



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA TÉCNICA E PREÇO Nº 002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º Nº 734/2026**

O MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Praça 09 de Maio, s/n, CAPIM GROSSO - BA, inscrito no CNPJ sob número: 13.230.982/0001-50, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal o Sr. JOSE SIVALDO RIOS DE CARVALHO**, no exercício do seu mandato político por meio da **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**, torna público que, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, com **CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA É O MENOR PREÇO GLOBAL** nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do presidente estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, VISANDO A INSTALAÇÃO DE UNIDADE DE PRODUÇÃO DE LATICÍNIOS, NESTE MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO – BAHIA, INCLUINDO, CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÕES, FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, BEM COMO, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME, TERMO DE CONVENIO Nº 562/2022, CELEBRADO COM A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR.**

**ÓRGÃO INTERESSADO:**

Secretário de Obras e Prédios Públicos

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00m horas do dia 26/05/2026 às 09h29m do dia 09/06/2026.**

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h30m do dia 09/06/2026.**

**LOCAL: SITE PARA REALIZAÇÃO DO CONCORRÊNCIA: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)**

**REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R\$ 378.831,60 (trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e trinta e um reais e sessenta centavos).**

**REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.**

**3.1 A Concorrência será realizada por meio do sistema eletrônico de licitações LICITANET**

**3.2 O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://licitanet.com.br/>**

**3.3 O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/app/editais> e <https://transparencia.capimgrosso.ba.gov.br/editais>.**

**3.4 Os trabalhos serão conduzidos pela Agente de Contratação, nomeada pela portaria 180/2025 a Sra. ARIANE VIEIRA RIOS DA SILVA**

**E-mail: [licitacg@gmail.com](mailto:licitacg@gmail.com)**

**Telefones: (74) 3651-2453**

**Endereço: Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte, CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia**

**O atendimento será feito no horário das 08h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min.**

Capim Grosso/Ba, 21 de maio de 2026.

**JOSE SIVALDO RIOS DE CARVALHO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**EDITAL DE LICITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º Nº 734/2026**

O Município de Capim Grosso - Bahia, torna público que realizará licitação, na modalidade de Concorrência Eletrônica, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, VISANDO A INSTALAÇÃO DE UNIDADE DE PRODUÇÃO DE LATICÍNIOS, NESTE MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO – BAHIA, INCLUINDO, CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÕES, FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, BEM COMO, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME, TERMO DE CONVENIO Nº 562/2022, CELEBRADO COM A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR**, conforme projetos, planilha orçamentária e demais documentos em anexo ao processo, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014, 155/2016, do DECRETO MUNICIPAL Nº 023/2024 de 01 de março de 2024, e demais legislações aplicáveis.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. – A Concorrência, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração municipal **LICITANET**, conforme instruções que podem ser obtidas na página [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) ou, ainda, por meio dos telefones (34) 2512-6500; [contato@licitanet.com.br](mailto:contato@licitanet.com.br); [fornecedor@licitanet.com.br](mailto:fornecedor@licitanet.com.br).

1.2. - Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de contratação ou comissão de contratação formada por servidores indicados através de Portaria especial, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica do **licitanet** <https://licitanet.com.br/>,

1.3. – Integram o edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos, que especificam o serviço:

Anexo I – Modelo declaração unificada;

Anexo II – Modelo declaração de responsabilidade técnica;

Anexo III – Modelo de tratamento diferenciado (ME/EPP);

Anexo IV – Minuta de Contrato;

Anexo V – Modelo de Apresentação da Proposta - Carta Proposta, Planilha Orçamentária e BDI;

Anexo VI – Projeto Executivo/Básico

1.4. - O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no **site** <https://transparencia.capimgrosso.ba.gov.br/> e **licitanet** site <https://licitanet.com.br/>

1.5 - O valor máximo que o Município de Capim Grosso se propõe a pagar pela execução da totalidade dos serviços, objeto desta CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA TÉCNICA E PREÇO, perfaz o importe de R\$ 378.831,60 (trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e trinta e um reais e sessenta centavos).

**2. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS**

2.1. - Os pedidos de esclarecimentos e impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados até **03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**, conforme disposição elencada no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, por meio eletrônico, via sistema **licitanet** <https://licitanet.com.br/>, via e-mail: [licitacg@gmail.com](mailto:licitacg@gmail.com), ou ser protocolizado no horário de expediente da Prefeitura (das 08h às 12h) – no Setor de Licitações, situado à Praça 09 de Maio, s/n, CAPIM GROSSO - BA.

2.1.1. - As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo e-mail: [licitacg@gmail.com](mailto:licitacg@gmail.com)

2.1.2. - As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Secretaria de Obras e Prédios Públicos, e-mail acima mencionado.

2.2. - Nos termos do Art. 164 da Lei nº 14.133/2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

2.2.1. - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

2.3. - Caberá ao Agente de Contratação e ou comissão de contratação, auxiliado pelos responsáveis requisitantes pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- 2.4. - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 2.5. - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 2.5.1. - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação e ou comissão de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 2.6. - Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.
- 2.7. - Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica do licitanet <https://licitanet.com.br/>, e as especificações constantes no Projeto básico, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO prevalecerão às últimas.**

### **3. REFERÊNCIAS DE TEMPO**

- 3.1. - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

### **4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

- 4.1. - Poderá participar desta licitação qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, que atenda às exigências deste Edital e seus Anexos, que esteja devidamente credenciada, munida de chave de identificação e de senha, cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que satisfaçam as condições deste Edital.

#### **4.2. Consórcio:**

- 4.2.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio. A vedação se fundamenta na justificativa técnica e econômica de que a natureza do objeto licitado (prestação de serviços de elaboração de projetos técnicos de engenharia), sendo predominantemente intelectual, exige a responsabilidade integral e direta de um único Contratado. Tal medida visa garantir a simplificação da gestão e fiscalização contratual, bem como mitigar os riscos operacionais e de responsabilização que poderiam advir da complexidade administrativa inerente à formação e gestão de consórcios, assegurando a economicidade e a eficiência na execução do contrato.

#### **4.3. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:**

- 4.3.1. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos
- 4.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.3.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;
- 4.3.4. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.3.5. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.4. É vedada a subcontratação de serviços a terceiros, sem a prévia concordância do **CONTRATANTE** manifestada por escrito.

#### **4.4.1. Em caso de subcontratação, para serviços deste contrato, a mesma somente, poderá ocorrer com anuência e autorização prévia da Administração e, obrigatoriamente, para micro e pequenas empresas, conforme estabelece a Lei Federal nº 147/2014;**

- 4.5. Não será permitida nesta licitação a participação direta ou indireta de empresas que tenham elaborado o Projeto Básico deste Edital, ou participado de sua elaboração
- 4.6. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
- 4.7. É proibida a participação de empresa que já esteja contratada para serviços de assistência a fiscalização e gerenciamento de obras do Município, se o objeto da presente licitação estiver entre os contratos a serem fiscalizados ou gerenciados.

- 4.8. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

- 4.9.** Como condição específica para participação na concorrência por meio eletrônico será necessário o credenciamento prévio das pessoas jurídicas, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no **licitanet** <https://licitanet.com.br/>.

- 4.10.** Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração municipal LICITANET, conforme instruções que podem ser obtidas na página [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) ou, ainda, por meio dos telefones (34) 2512-6500; [contato@licitanet.com.br](mailto:contato@licitanet.com.br); [provedor@licitanet.com.br](mailto:provedor@licitanet.com.br).



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

4.11. Em se tratando de microempresas ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar a expressão **“Empresa de Pequeno Porte”** ou sua abreviação **“EPP”** ou **“Microempresa** ou sua abreviação **“ME”**, à sua firma ou denominação, conforme o caso.

4.11.1. Caso o licitante já esteja cadastrado no Sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no Sistema LICITANET, conforme instruções que podem ser obtidas na página [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) ou, ainda, por meio dos telefones (34) 2512-6500; [contato@licitanet.com.br](mailto:contato@licitanet.com.br); [fornecedor@licitanet.com.br](mailto:fornecedor@licitanet.com.br).

4.12. Quaisquer informações e esclarecimentos sobre o sistema devem ser obtidos, exclusivamente, junto ao LICITANET, conforme instruções que podem ser obtidas na página [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) ou, ainda, por meio dos telefones (34) 2512-6500; [contato@licitanet.com.br](mailto:contato@licitanet.com.br); [fornecedor@licitanet.com.br](mailto:fornecedor@licitanet.com.br). Os licitantes deverão responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Capim Grosso a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

4.13. - O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

## **5. CREDENCIAMENTOS NO APLICATIVO LICITAÇÕES**

5.1. - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada LICITANET, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

5.2. - A participação do licitante nesta Concorrência Eletrônica se dará por meio de participação direta ao **LICITANET**, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;

5.3. - O acesso do operador ao certame, para efeito de encaminhamento da documentação de habilitação, proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;

5.4. - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer licitação eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do **LICITANET**;

5.5. - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao LICITANET a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.6. - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a concorrência eletrônica;

5.7. - Quaisquer informações e esclarecimentos sobre o sistema devem ser obtidos, exclusivamente, junto ao LICITANET, através dos telefones (34) 2512-6500; [contato@licitanet.com.br](mailto:contato@licitanet.com.br); [fornecedor@licitanet.com.br](mailto:fornecedor@licitanet.com.br)

5.8. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da LICITANET.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

6.1. A participação no certame Eletrônico ocorrerá mediante utilização da chave de identificação e de senha privativa do Licitante e subsequente encaminhamento da PROPOSTA, no valor total do item/grupo ou percentual de menor preço.

6.2. Após a divulgação do edital, os Licitantes deverão encaminhar PROPOSTA inicial com o valor na Moeda Real com seu MENOR PREÇO, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico do LICITANET [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) - quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

6.3. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

6.4. Incumbirá, à licitante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da concorrência eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

6.5. Os itens das propostas que eventualmente contemplem objeto que não corresponda às especificações contidas no ANEXO I deste Edital serão desconsiderados.

6.6. Nas propostas, serão consideradas obrigatoriamente:

- a) **Preço unitário de cada item, objeto licitado**, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 12, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) Marca e especificações detalhadas dos objetos ofertados, no que couber.
- c) Inclusão de todas as despesas que influem nos custos, tais como: transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos e indiretos;
- d) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão desta concorrência eletrônica;

6.7. Poderão ser admitidos pelo Agente de Contratação e ou comissão de contratação, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

6.8. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, implicando na plena aceitação destas pelo proponente.

6.9. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente edital e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

6.10. O menor preço proposto será de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.11. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o Licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

6.12. A proposta da licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do contrato.

6.13. Qualquer elemento que possa identificar o Licitante importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.14. As propostas e eventuais anexos ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. O Agente de Contratação e ou comissão de contratação, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para o item licitado.

7.2. - Aberta a etapa competitiva, os Licitantes classificados poderão encaminhar lances públicos, sucessivos e com menor preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e percentual consignados no registro de cada lance.

7.3. - Durante o transcurso da sessão, os Licitantes terão informações, em tempo real, do valor de menor preço registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

7.4. - Será permitido aos Licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa. Serão considerados intermediários os lances cujos descontos percentuais forem iguais ou superiores ao menor ofertado, mas inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante, e registrado no sistema eletrônico pela própria Licitante.

7.5. - Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, sujeitando-se a Licitante desistente às sanções previstas neste Edital.

7.6. - Durante a fase de lances, o Agente de Contratação e ou comissão de contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.6.1. - **O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO VALOR GLOBAL.**

7.7. - **Fica previsto o intervalo mínimo de diferença de valor de R\$ 100,00 (cem reais) entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, podendo ser alterado pelo agente de contratação ou comissão de contratação.

7.8. - **MODO DE DISPUTA: conforme, estabelecido no sistema de concorrência eletrônica, que poderá ser das seguintes formas:**

7.8.1. - **ABERTO**

7.8.1.1. Será adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.8.1.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.8.1.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.8.1.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

7.8.1.5. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**7.8.2. ABERTO E FECHADO**

7.8.2.1. Será adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.8.2.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.8.2.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.8.2.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.8.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).

7.8.2.6. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.8.2.7. Poderá o(a) Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

7.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

7.11. No caso de desconexão com o(a) Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.13. critério de julgamento adotado será o menor preço (ou maior desconto), conforme definido neste Edital e na plataforma do sistema.

7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.16. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17. A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18. Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.22. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.24. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.25. O(a) Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

7.26. É facultado ao(a) Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 7.25

7.27. Após a negociação do preço, o(a) Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.28. - É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nas leis pertinentes.

## **8. - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

8.1.- Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação e ou comissão de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**8.2.- Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada (aquela que tiver o menor preço global) com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:**

8.2.1. - Contenha vícios insanáveis;

8.2.2. - Não obedeça às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

8.2.3. - Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

8.2.4. - Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;

8.2.5. - Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

8.3.- O Agente de Contratação ou comissão de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.

8.3.1. - No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme disposto no art. 59 §4º da Lei 14.133/2021.

**8.3.2. Na hipótese prevista no item 8.3.1 do presente edital, a Administração poderá oportunizar ao licitante que comprove a exequibilidade da sua proposta, por meio de apresentação de composição de preços, no prazo máximo de 01 dia útil, e, não havendo comprovação suficiente neste sentido, desclassificá-lo em razão da inexequibilidade apurada.**

8.3.3. - Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme disposto no art. 59 §5º da Lei 14.133/2021.

8.4.- A Administração conferirá ao Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários relevantes.

8.5.- Na hipótese acima, o Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições do valor global.

8.6.- A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

8.7.- Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.8.- Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.9.- O Agente de Contratação ou comissão de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9.1. - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação ou comissão de contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

## **8.10. DAS DILIGÊNCIAS**

O Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação poderá, a qualquer momento, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

As diligências serão realizadas preferencialmente por meio do sistema eletrônico LICITANET, utilizando a funcionalidade específica de “Diligência”, podendo envolver:

- I – Solicitação de esclarecimentos sobre propostas e documentos apresentados;
- II – Requisição de documentos complementares;
- III – Saneamento de falhas formais, desde que não alterem a substância da proposta ou da habilitação;

O licitante deverá atender às solicitações no prazo estipulado pelo Agente de Contratação no sistema, sob pena de:

- desclassificação da proposta; ou
- inabilitação, conforme o caso.

Não será admitida a inclusão de documentos que deveriam constar originalmente da proposta ou da habilitação, salvo nos casos permitidos pela legislação vigente.

Todas as diligências realizadas serão devidamente registradas no sistema eletrônico, assegurando a transparência e rastreabilidade dos atos praticados.

8.11 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação ou comissão de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.12 - Havendo necessidade, o Agente de Contratação ou comissão de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.13 - Após o julgamento das propostas, o licitante arrematante será convocado para reelaborar e apresentar ao Agente de Contratação ou comissão de contratação, por meio eletrônico pela aba “documentos complementares”, a **PROPOSTA DE PREÇOS adequada ao seu último lance, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.**

## **9 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

9.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- a) A Contratada deverá ser pessoa jurídica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, estando sujeito o contrato à “Anotação de Responsabilidade Técnica – ART”, conforme Decisão Normativa CONFEA Nº 42, de 08 de julho de 1992, e Lei Nº 6.496, de 1977. A ART a que o contrato está sujeito deve ser registrada no CREA em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade, conforme RESOLUÇÃO Nº 1.025, de 30 de outubro de 2009.
- b) O Responsável Técnico pela realização dos serviços envolvidos no processo deverá ser um Engenheiro Civil ou profissional equivalente que possa exercer as funções contidas na Resolução CONFEA nº 218, de 29 junho de 1973.
- c) As empresas com seus empregados devem cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme DECRETO-LEI Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- d) Os serviços deverão ser prestados, preferencialmente, durante a jornada de trabalho regular do Órgão Municipal para favorecer o acompanhamento da fiscalização local.
- e) Será obrigatória a exigência e aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança usualmente chamados “normas técnicas” e elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, conforme Lei Nº 4.150, de 21 de novembro de 1962.
- f) Os serviços deverão atender no que couber, às exigências mínimas de aceitabilidade na construção, manutenção e demolição de edifícios públicos a cargo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG estabelecidas nas Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, devidamente atualizadas, constantes dos Anexos da Portaria MARE Nº 2.296, de 23 de julho de 1997.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- g) As especificações técnicas estarão detalhadas no Projeto básico, sob a análise dos fiscais locais. A Contratada deverá adotar, sem prejuízo dos demais normativos, as boas práticas de sustentabilidade ambiental.
- h) A obra em questão deverá seguir o cronograma pré-definido. Na possibilidade de eventual caso de força maior, fatos imprevisíveis e afins, que possam impactar no prazo de execução da obra, a empresa deverá justificar formalmente o Município, do contrário poderá sofrer punições, uma vez que o principal objetivo da entidade é o exercício pleno das funções para atingir o melhor resultado em benefício da população.
- i) Orienta-se que, o prazo de vigência do contrato deverá ser superior ao de execução dos serviços para: Amparar a necessidade de acolher possíveis dilatações do prazo da execução dos serviços, provocadas por fatos alheios à vontade da contratada, sem, contudo, alterar o prazo de vigência do contrato;

Propiciar tempo hábil para que sejam efetuados os pagamentos devidos;

Englobar os recebimentos provisórios e definitivos.

O recebimento da obra provisoriamente será realizado pela fiscalização sob o aval do Secretário Municipal de Infraestrutura, já o definitivo será executado no prazo máximo de 03 (três) meses após a emissão do termo de recebimento provisório, por um servidor ou comissão designada especificamente para tal serviço, visando uma maior segregação de função para que haja verificação dos serviços de forma imparcial.

9.1.1 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## **9.2 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

9.2.1 O julgamento das propostas deverá ser realizado segundo o critério de julgamento da proposta é o menor preço global, conforme estabelecido em Edital.

### **9.2.2 AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO**

#### **9.3 CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

##### **9.3.1.1 Dos critérios gerais para desempate entre propostas:**

9.3.1.1.1 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- I. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão preferencialmente utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;
- III. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.3.1.1.2 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II. empresas brasileiras;
- III. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.3.1.1.3 Após o encerramento da etapa de lances, o agente de contratação e ou a comissão de contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital;

9.3.1.1.4 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.3.1.1.5 É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nas leis pertinentes.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

#### **9.4 ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS**

9.4.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação e ou comissão de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

##### **9.4.2 Critérios Gerais de Aceitabilidade das Propostas**

9.4.2.1 Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

9.4.2.2 Contenha vícios insanáveis;

9.4.2.3 Não obedeça às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

**9.4.3** Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

##### **9.4.4 Análise de Exequibilidade das Propostas de Preço**

9.4.4.1 Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

9.4.4.2 Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;

9.4.4.3 O Agente de Contratação ou comissão de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.

9.4.4.3.1 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme disposto no art. 59 §4º da Lei 14.133/2021.

9.4.4.3.2 A Administração poderá oportunizar ao licitante que comprove a exequibilidade da sua proposta, por meio de apresentação de composição de preços, e, não havendo comprovação suficiente neste sentido, desclassificá-lo em razão da inexequibilidade apurada.

9.4.4.3.3 Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme disposto no art. 59 §5º da Lei 14.133/2021.

9.4.4.3.4 A Administração conferirá ao Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários relevantes.

9.4.4.3.5 Na hipótese acima, o Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições do valor global.

9.4.4.3.6 A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

9.4.4.3.7 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.4.4.3.8 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.4.4.3.9 O Agente de Contratação ou comissão de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4.4.3.9.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação ou comissão de contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita.

##### **9.4.5 Procedimentos de Desclassificação**

9.4.5.1 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação ou comissão de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.4.5.2 Havendo necessidade, o Agente de Contratação ou comissão de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

##### **9.4.6 Reelaboração da Proposta de Preços**

9.4.6.1 Após o julgamento das propostas, o licitante arrematante será convocado para reelaborar e apresentar ao Agente de Contratação ou comissão de contratação, por meio eletrônico pela aba “documentos complementares”, **a PROPOSTA DE PREÇOS adequada ao seu último lance, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, juntamente com as planilhas indicando os quantitativos e custos unitários, o Cronograma Físico-Financeiro e Critérios de Pagamentos, bem como o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**Encargos Sociais (ES), no que couber. Planilha está fornecida pelo município a qual faz parte da pasta técnica integrante do edital, disponibilizada no Diário Oficial Eletrônico do Município, bem como no PNCP.**

## **9.5 ACEITABILIDADE DO OBJETO**

9.5.1 O objeto contratado, para efeito de verificação da conformidade do serviço com a especificação exigida pelo CONTRATANTE, será recebido PROVISORIAMENTE pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação por escrito do CONTRATADO.

9.5.2 O recebimento DEFINITIVO do objeto contratado só se dará depois de adotados, pelo CONTRATANTE, todos os procedimentos previstos nas normas da Lei nº 14.133 de 2021

9.5.3 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, qualquer prestação de serviços em desacordo com as especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO.

## **10 DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO**

10.1 - Após a fase de julgamento, o licitante vencedor será convocado para apresentar os documentos relativos à HABILITAÇÃO, em formato digital, preferencialmente em .pdf para compor a sequência dos autos digitais, devendo ser anexados no exclusivamente por meio do sistema do LICITANET no prazo de até **02 (duas) horas** contados da solicitação do agente de contratação/comissão de contratação, responsável pela condução do certame, podendo vir ser prorrogado a critério do agente de contratação/comissão de contratação, em quanto tempo for necessário e durante o horário de expediente do órgão.

10.1.1 - Se a licitante desatender as exigências de habilitação, a mesma será inabilitada e o Agente de Contratação ou comissão de contratação examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

10.2 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação ou comissão de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>);

10.2.1 - A consulta aos Cadastros acima será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429/1992 que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.2.2 - Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação ou comissão de contratação reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

10.3 - Será considerado habilitado o licitante que apresentar os documentos relacionados nos subitens 9.6 a 9.13.

10.3.1 - O licitante que participar do certame declarando que cumpre os requisitos de habilitação e não cumpri-los, será inabilitado e estará sujeito às penalidades previstas no item 19 do edital.

10.4 - Constituem motivos para inabilitação do licitante:

10.4.1 - a apresentação de documentos com prazo de validade vencido;

10.4.2 - a substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

10.4.3 - o não cumprimento dos requisitos de habilitação.

10.5 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.5.1 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.5.2 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.5.3 - Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

## **10.6 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

10.6.1 Cédula de identidade do representante legal da empresa;

10.6.2 Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;

10.6.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- 10.6.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;
- 10.6.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país.

## **10.7 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

10.7.1 Prova de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, e ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou outro Conselho Profissional ao qual os profissionais registrados nos mesmos possuam atribuições e capacidade técnica para executar os serviços exigidos na qualificação técnica do edital (engenheiro mecânico ou Engenheiro de Alimentos com especialização em instalações), da pessoa jurídica e da pessoa física, através da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Certidão de Registro de Pessoa Física, em plena validade.

10.7.2 Atestado de visita expedida pelo licitador (facultativo). É recomendado à proponente, quando da visita do local da(s) obras(s), que obtenham, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta. Todos os custos associados com a visita ao local da(s) obra(s) serão custeados integralmente pela própria proponente.

10.7.3 Caso a empresa interessada, opte por realizar a visita técnica, a mesma deverá ser agendada e realizado até 24 horas antes da data da sessão, sendo que, este agendamento, deve ocorrer em horário de expediente do Município, na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

10.7.4 O atestado de visita a que se refere o item anterior, poderá ser substituído por declaração firmada pelo responsável da empresa e por engenheiro devidamente qualificado, de que conhece o local e as condições da obra, responsabilizando-se pela mesma, independentemente de sua condição.

10.7.5 Atestado e/ou declaração de execução de obra de características semelhantes complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, em nome do responsável técnico, atendendo os seguintes itens de relevâncias, para serviços de engenharia de instalação de unidade de beneficiamento de leite:

- a) **MONTAGEM INDUSTRIAL - REDE DE UTILIDADES**
- b) **MONTAGEM INDUSTRIAL - EQUIPAMENTOS**

10.7.5.1 Obrigatoriamente, o(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante;
- Nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA;
- Identificação do contrato (tipo ou natureza da obra)
- Localização da obra ou dos serviços;
- Serviços executados (Especificação e quantidade dos serviços executados);
- Data do início e término dos serviços.

10.7.6 Os atestados e/ou declarações deverão ser comprovados através de “Certificado de Acervo Técnico Profissional ATP” do responsável(eis) técnico(os), emitido(s) pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA”, e ou pelo Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

10.7.7 Declaração de responsabilidade técnica indicando o responsável técnico pela execução da(s) obra(s) até o seu recebimento definitivo pelo Contratante. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do Contratante.

10.7.8 Comprovação de vínculo empregatício entre o responsável técnico e a proponente, mediante registro em carteira de trabalho e ficha de registro da empresa, e ou contrato de prestação de serviços entre o profissional e a proponente. Para dirigente ou sócio de empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social.

10.7.9 Em caso de não comprovação de vínculo, conforme, itens anteriores as empresas deverão apresentar declaração de contratação futura do responsável técnico detentor do(s) atestado(s) apresentado(s), devidamente





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

acompanhada da declaração de anuência assinada pelo referido profissional. A comprovação da contratação do referido profissional, deverá ocorrer de forma anterior ao momento da assinatura do termo contratual.

10.7.10 Relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos a serem disponibilizados para a execução da obra, constando o nome, número do RG, assinatura do responsável legal e nome e número do registro no CREA e assinatura do responsável técnico indicado, com declaração expressa de sua disponibilidade durante a execução, sobre pena de inabilitação.

10.7.11 Apresentar Relação de Equipe Técnica proposta para execução dos serviços, acompanhada das declarações específica para esta licitação (fazer menção obrigatória ao objeto e número, deste certame), de cada profissional, autorizando a inclusão do seu nome na equipe técnica, devidamente assinada, bem como, a apresentação de registro no conselho competente, para cada profissional, devidamente, válido. A Equipe Técnica deve conter no mínimo:

- a) Engenheiro mecânico;
- b) Engenheiro de Alimentos / Tecnólogo em Laticínios;
- c) Engenheiro Civil;
- d) Engenheiro Eletricista / Automação;
- e) Soldador TIG (Aço Inox);
- f) Montador Industrial/Mecânico;
- g) Eletricista Industrial;
- h) Técnico de Refrigeração;
- i) Médico Veterinário;
- j) Engenheiro ou Técnico de Segurança do Trabalho;

10.7.12 Apresentar prova de registro obrigatório no MTE para o técnico de segurança do trabalho ou certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia – CREA.

## **10.8 DA QUALIFICAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA**

10.8.1 - **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 02 (dois) últimos exercícios sociais**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

10.8.1.1 – **No caso de Sociedade Civil** (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral) deverão apresentar da empresa, devidamente registrado pelo órgão competente, com o Termo de Abertura e de Encerramento e assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis ou outro profissional, legalmente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade, constando nome completo e registro profissional.

10.8.1.2 - **Em se tratando de Sociedade por Ações** (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial.

10.8.1.3 - **As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente aos **02 (dois) últimos exercícios sociais** exigíveis, assinado por Contador ou Técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, ficando dispensadas de apresentar os Termos de Abertura e de Encerramento.

10.8.1.4 **O MEI (Micro Empreendedor Individual)** para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Micro Empreendedor.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

10.8.1.5 **As sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses**, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura.

10.8.1.6 Os documentos referidos item 9.8.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.8.1.7 **As empresas optantes do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL-SPEED**, submetida ao IND DNRC 107/08, deverão apresentar:

10.8.1.7.1 Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPEED contábil);

10.8.1.7.2 Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPEED contábil);

10.8.1.7.3 Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPEED contábil);

10.8.1.7.4 Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPEED contábil);

10.9 **Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial** (deverá constar obrigatoriamente, as palavras falência e concordata), expedida no local da sede da licitante, no caso de não constar na certidão, o seu prazo de validade, a mesma deverá ter sido emitida há menos de **30 (trinta)** dias da data de solicitação.

10.9.1 Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Edital.

10.9.2 Em se tratando de Licitante subsidiária integral, caso sua empresa controladora esteja em recuperação judicial, deverá ser apresentado Termo de Compromisso no qual a Licitante assegure que manterá a capacidade técnica, econômica, financeira e operacional, com vista a assegurar a execução do contrato.

10.9.3 As empresas deverão apresentar a comprovação da situação financeira da empresa, a qual, será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

9.9.4 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1,0 no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1,0 no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,0 no índice de Liquidez Corrente (LC).

9.9.5 As empresas deverão apresentar os índices já calculados, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

## **10.10 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

10.10.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.);

10.10.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.10.3 Prova de regularidade para com a União, Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade, expresso na própria certidão ou, na hipótese de as certidões não trazerem o prazo de validade, que elas tenham sido expedidas há, no máximo, 90 (noventa) dias, **composta de:**

10.10.3.1 Certidão negativa de débito relativa aos tributos federais e à dívida ativa da união, nela abrangidas as contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal;

10.10.3.2 Certidão Negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado;

10.10.3.3 Certidão Negativa expedida pelo Município.

10.10.3.4 Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRS - Certidão de Regularidade de Situação, dentro do seu período de validade;

10.10.3.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT).



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

10.10.4 - Os documentos referidos no item 9.10 poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

## **10.11 DECLARAÇÕES**

Anexo I – Modelo de Declaração Unificada

Anexo II – Declaração de Responsabilidade Técnica

Anexo III – Declaração de ME/EPPDA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

10.11.1 Para participar na condição de ME/EPP e ter tratamento diferenciado, as empresas deverão apresentar juntamente com os documentos de habilitação os documentos abaixo:

10.11.1.1 – Declaração solicitando tratamento diferenciado e afirmando estar na condição de ME/EPP, conforme modelo constante no **anexo III** deste edital;

10.11.1.2 - Certidão simplificada da Junta Comercial, emitida há menos de 90 dias da data prevista para abertura das propostas, na qual deverá comprovada esta condição.

10.11.1.3 - A não apresentação dos documentos constantes nos itens 9.12.1.1 e 9.12.1.2 não acarretará na inabilitação, a empresa participará normalmente do certame, porém, mesmo sendo ME/EPP, participará da licitação sem os benefícios concedidos às ME/EPP.

## **10.12 - DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

10.12.1 As Microempresas, Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição.

10.12.2 Será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as ME ou EPP.

10.12.3 Considerar-se-á empate quando as propostas apresentadas por microempresa ou empresa de pequeno porte forem iguais ou estiverem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta mais bem classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por outra ME ou EPP.

10.12.4 Ocorrendo o empate acima descrito, a ME ou EPP melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preço inferior à menor proposta classificada, na própria sessão se presente o representante com poder para ofertar nova proposta ou no prazo de 24 horas se não estiver presente. Uma vez apresentada nova proposta em valor inferior será considerada vencedora do certame e adjudicado o objeto em seu favor.

10.12.5 No caso de ME ou EPP ser declarada vencedora do certame e havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do licitador, para a regularização da restrição e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.

10.12.6 Após a entrega das certidões e análise quanto à regularidade fiscal e trabalhista da proponente, a Comissão de contratação decidirá quanto à habilitação final da mesma, que será comunicada às proponentes por meio dos meios usuais de comunicação (edital, e-mail e publicação na imprensa oficial).

10.12.7 Caso a proponente vencedora não apresente os documentos exigidos neste item, ou não ocorrendo a contratação ou a apresentação de nova proposta de preços pela ME ou EPP melhor classificada, serão convocadas as ME, EPP remanescentes que se enquadrem nesta hipótese, segundo a ordem de classificação.

10.12.8 Na hipótese de não contratação de ME ou EPP, nos termos dos itens anteriores, o objeto será adjudicado em favor da proposta de menor preço originalmente vencedora do certame.

## **11 DA MANIFESTAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCESSO**

11.1 - Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a contar da convocação do Comissão de Contratação, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação

11.2 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Setor de Licitações e no **Município de Capim Grosso, situada na Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte, CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia.**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

11.5 - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. Os documentos comprobatórios do representante legal (que comprovam os poderes legais) deverão ser enviados juntamente com o recurso.

11.6 - Ao final da sessão, divulgada a decisão do Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, em face do ato de julgamento das propostas ou ato de habilitação ou inabilitação de licitante, se dela discordar, caberá recurso, em conformidade com o que dispõe o art. 165, inc. I da Lei 14.133/2021, devendo a licitante **manifestar motivadamente** em campo próprio do sistema do LICITANET sua intenção de recorrer, explicitando sucintamente suas razões.

11.7 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.8 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Agente de Contratação à vencedora.

11.9 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.10 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.11 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Setor de Licitações do Município de Capim Grosso, situada na Praça 09 de Maio, s/n, CAPIM GROSSO - BA

11.12 - Caso o Agente de Contratação ou a Comissão de Licitação não reconsidere o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme disposto no art. 165, §2º da Lei nº 14.133/2021.

11.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.15 - Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

11.16 - Os prazos previstos iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do Município de Capim Grosso.

## **12 DA HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO**

12.1 - Finalizada a fase recursal e definido o resultado de julgamento o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação fará a adjudicação do objeto do presente certame à Licitante vencedora.

12.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Agente de Contratação ou Comissão de Licitação, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

12.3 - Será facultado à Prefeitura Municipal de Capim Grosso, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

12.4 - Na hipótese de nenhum dos Licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem acima, o Município de Capim Grosso poderá convocar os Licitantes remanescentes, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital:

- I. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- II. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **13 - DA ASSINATURA DO CONTRATO**

13.1 - Homologada a licitação pela autoridade competente da Prefeitura, a empresa licitante vencedora do certame será convocada oficialmente para, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, assinar o Contrato, sob pena de decair o direito à contratação.

## **14 DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

14.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

14.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais de contrato:

SECRETARIA/FUNDO MUNICIPAL	SERVIDOR	PORTARIA
Secretário de Obras e Prédios Públicos	JORNEI OLIVEIRA DOS SANTOS	526/2025

14.7 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

14.8 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

14.9 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

14.10 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

14.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

14.12 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

14.13 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

14.14 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

14.15 O gestor do contrato a Sr. **Joabe Nathan Rodrigues Ramos**, devidamente, nomeado pela **Portaria nº 214/2025**, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

14.16 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

14.17 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

14.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

14.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

14.20 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

14.21 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

## **15 DAS OBRIGAÇÕES**

### **15.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 15.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 15.1.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 15.1.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 15.1.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 15.1.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 15.1.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 15.1.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;
- 15.1.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 15.1.6.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 15.1.6.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 15.1.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 15.1.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 15.1.9 Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 15.1.9.1 "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- 15.1.9.2 comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- 15.1.9.3 carta "habite-se", emitida pela prefeitura;
- 15.1.9.4 certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 15.1.10 Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

## **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **15.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 15.2.1 Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
- 15.2.1 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato a partir de relatório disponibilizado por fiscal técnico, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

15.2.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.2.2.1 A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade Municipal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;

15.2.3 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

15.2.4 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos da lei.

15.2.5 A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

15.2.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

15.2.6.1 A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

15.2.7 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

15.2.8 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

15.2.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

15.2.10 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

15.2.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

15.2.12 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

15.2.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

15.2.14 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

15.2.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

15.2.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.2.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

15.2.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

15.2.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos da Lei nº 14.133 de 2021;

15.2.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

15.2.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

**15.3 ASSEGURAR À CONTRATANTE:**

15.3.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

15.3.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congênere, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

15.4 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

15.5 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

15.6 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

15.7 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

15.8 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

15.9 Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

15.10 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;

15.11 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

15.12 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- 15.13 Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 15.14 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 15.15 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 15.15.1 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/77 e 12.378/2010);
- 15.16 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 15.17 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 15.18 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 15.19 Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 15.20 Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 15.20.1 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 15.20.2 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- 15.20.3 Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- 15.20.3.1 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 15.21 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 15.21.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

15.21.2 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

15.21.2.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

15.21.2.2 resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

15.21.2.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

15.21.2.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

15.21.3 Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

15.21.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

15.22 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

15.22.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

15.22.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152

- Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

15.22.3 Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

15.23 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

15.24 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

15.25 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

15.26 No caso de execução de obras:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

15.26.1 Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

15.26.1.1 Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, haverá retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

15.26.2 Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.

15.27 Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratante, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

15.27.1 A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Projeto Básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

15.27.2 Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

15.27.3 A Contratada deverá realizar a aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais para setores específicos definidos em ato do Poder Executivo Federal, quando aplicável, observadas as disposições do art. 3º-A da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, e do Decreto nº 11.889, de 22 de Janeiro de 2024;

## **15.28 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA**

15.28.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no presente contrato e demais documentos anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas, decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Efetuar a entrega do objeto/execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto básico, no presente contrato e demais documentos anexos;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- c) A Contratada deverá substituir, reconstruir, remover, reparar ou corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 05 (cinco) dias o material/serviços nos quais se verificarem vícios, avarias, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- d) A Contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Atender às determinações regulares, emitidas pelo fiscal (is) e gestor (es) do contrato, ou autoridade superior, conforme determinado no art. 137, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por ele (s) solicitado (s);



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

15.28.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração Pública ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.28.3 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

15.28.4 Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

15.28.5 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

15.28.6 Comunicar aos fiscais do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou incidente que obste à execução do objeto contratual;

15.28.7 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

15.28.8 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

15.28.9 Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante;

15.28.10 Apresentar os empregados devidamente identificados, com uso de uniformes ou por meio de crachás;

15.28.11 Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão nas dependências da Administração para execução do serviço;

15.28.12 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

15.28.13 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Contratante;

15.28.14 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

15.28.15 Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto básico, em plena validade;

15.28.16 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

15.28.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação, conforme artigo 116 da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.28.18 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme artigo 116, § único da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.28.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- 15.28.20 Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 15.28.21 Para restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, a Contratada deverá apresentar requerimento formal à Administração, acompanhado de documentação comprobatória dos fatos alegados, ensejadores do eventual desequilíbrio;
- 15.28.22 O pedido a que se refere a alínea “a” deste inciso, deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação;
- 15.28.23 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 15.28.24 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e/ou utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 15.28.25 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força de execução deste contrato;
- 15.28.26 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre as condições de segurança e disciplina;
- 15.28.27 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 15.28.28 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 15.28.29 Indicar preposto para representá-lo durante toda a execução do contrato;
- 15.28.30 Manter instalações adequadas à execução do contrato;
- 15.28.31 Dirigir tecnicamente os serviços e obras, executando-os com rigorosa observância ao estabelecido nas Instruções, bem como na forma da lei, respeitando as recomendações das Normas Técnicas Brasileiras, das Normas Técnicas da Concessionária e o Código de Obras do Município.
- 15.28.32 Fornecer toda a mão de obra, ferramental, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços.
- 15.28.33 Realizar todos os serviços descritos neste documento, e, diligenciar os casos omissos a fiscalização.
- 15.28.34 Providenciar equipamentos de segurança individuais e coletivos necessários à segurança na execução dos trabalhos, observando as normas de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 15.28.35 Sinalizar, com equipamento adequado, conforme as normas e de acordo com as exigências do Código Nacional de Trânsito, os locais onde estiverem sendo executados os serviços.
- 15.28.36 Utilizar somente pessoal comprovadamente habilitado para todos os serviços técnicos e administrativos.
- 15.28.37 Manter seus empregados identificados e uniformizados.
- 15.28.38 A CONTRATADA deverá registrar Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços junto ao CREA, devendo a ser encaminhada via juntada à primeira Nota Fiscal/Fatura de Serviço.
- 15.28.39 Emitir nota fiscal/documento fiscal, de acordo com a cláusula décima primeira do presente contrato.
- 15.28.40 Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

16.1 O pagamento será efetuado em moeda brasileira corrente, **em até 30 (trinta) dias**, após a apresentação correta da fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, desde que atendidas às condições para liberação das parcelas.

16.2 A fiscalização procederá mensalmente, a contar da formalização do contrato de empreitada, à medição mensal ou quinzenal baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro, para que se permita a elaboração do processo de faturamento.

16.3 O faturamento de cada parcela mensal, mediante e, após a medição deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

16.3.1 Nota Fiscal com discriminação resumida dos serviços executados, especificando em separados cada obra, período de execução da etapa, número da licitação e termo de contrato de empreitada, observação referente a retenção do INSS e outros dados que julgar convenientes, na presente rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo licitador.

16.3.2 Fatura com discriminação resumida dos serviços executados, especificando em separados cada obra, período de execução da etapa, número da licitação e do termo de contrato de empreitada e outros dados que julgar convenientes, na presente rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo licitador.

16.3.3 Cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do último recolhimento devido, devidamente quitada e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para cada obra.

16.3.4 A liberação da parcela referente a primeira medição fica condicionada à apresentação:

16.3.4.1 Cópia da ART de Execução.

16.3.4.2 Da quitação junto ao INSS, através de matrícula e/ou CND.

16.3.4.3 Da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRF.

16.3.5 A liberação da última parcela fica condicionada à apresentação:

16.3.5.1 Da certidão negativa de débitos, expedida pelo INSS, referente ao objeto contratado concluído.

16.3.5.2 Do Termo de Recebimento Provisório.

16.3.5.3 De comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução da obra, são de inteira responsabilidade da contratada, no que couber.

16.4 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

16.5 Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021.

#### **16.6 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE PAGAMENTO**

16.7 Os pagamentos serão feitos através de crédito em conta corrente da empresa a ser contratada, conforme disponibilidade dos dados, no ato da contratação/celebração da ata.

16.8 Somente serão efetuados os pagamentos após ser atestado pela Administração do recebimento, conferência e aceite dos serviços/produtos efetivamente entregues e/ou dos serviços efetivamente prestado, tudo de acordo com a Autorização de Fornecimento, não sendo permitidas entregas parciais sem autorização expressa do CONTRATANTE, sob pena de caracterização de inexecução contratual.

16.9 O atesto será realizado na Nota Fiscal, e nesta deverá conter a descrição da quantidade e dos produtos efetivamente entregues.

16.10 Na Nota Fiscal deverão obrigatoriamente constar destacados em campo próprio todos os impostos, bem como a Contribuição previdenciária e retenções tributárias, relativas ao seu objeto obedecendo as regras de destaque das bases de cálculos relativas à mão de obra, materiais e equipamentos observadas as regras da IN/RFB 2110/2022.

16.11 Quando o objeto não comportar a retenção de impostos, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente apresentar Ato Declaratório.

16.12 Conforme Art. 116 da IN/RFB 2110/2022, não integram a base de cálculo da retenção, desde que comprovados, valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, exceto os equipamentos manuais, fornecidos pela contratada, devidamente discriminados no contrato e na nota fiscal.

16.13 Consideram-se discriminados os valores relativos a material ou equipamentos, quando expressos na nota fiscal, bem como previstos em planilha integrante no contrato.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

16.14 Na ausência de discriminação dos valores relativos a material ou equipamentos, na forma do item anterior, aplicar-se-á o quanto previsto no Art. 117 da IN/RFB 2110/2022.

16.15 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação de enquadramento em anexo específico, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor;

16.16 Haverá retenção na Fonte referente ao IR sobre os pagamentos de fornecimentos de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras, obedecendo às alíquotas previstas na IN/RFB 1.234/2012.

16.17 As empresas que não estão sujeitas às retenções do IR na fonte devem apresentar declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da IN/RFB nº 1.234/2012, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal.

16.18 É de inteira responsabilidade informar ao Contratante suspensões de cobrança do Imposto em virtude de processos administrativos ou judiciais e as decisões ainda que em caráter liminar devem ser apensadas à nota fiscal.

16.19 Na data da apresentação da Nota Fiscal, junto à ela a CONTRATADA deverá juntar Certidão de Regularidade de FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, além das certidões negativas de débitos tributários estadual, municipal e federal (incluindo Dívida Ativa e Seguridade Social), todos em plena vigência, além da Planilha de Composição de Preços, quando se aplicar ao objeto do contrato, sob pena de não pagamento.

16.20 Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade do contratado junto aos órgãos fazendários, mediante consulta on-line, cujos comprovantes serão anexados ao processo de pagamento.

16.21 Havendo erro na fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a CONTRATADA adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerado, para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura, devidamente corrigida.

16.22 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajuste de preço.

16.23 O pagamento somente será efetuado se a nota fiscal for emitida conforme o exigido.

16.23.1 Havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data do atesto da nova nota fiscal aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da contratada

16.23.2 Quando se tratar de recursos oriundos de convênio, contrato de repasse ou outro acordo celebrado com o Estado da Bahia ou com a União, o pagamento de fatura, em favor do CONTRATADO, ficará condicionado à liberação de recursos financeiros destes entes, conforme, o caso.

## **17 DA CAUÇÃO CONTRATUAL**

17.1 A licitante vencedora prestará garantia ao Contrato, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor global, nas modalidades definidas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que lhe será devolvida após o término da vigência contratual, mediante solicitação por escrito, descontado, se for o caso, o valor das multas porventura aplicadas e ainda não pagas pela empresa licitante vencedora.

17.2 Caberá à licitante vencedora optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) caução em dinheiro, conforme, dados a serem fornecidos pela Contratante.

c) Seguro-Garantia – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da SEMOB, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato;

d) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

17.3 Caso a Licitante opte pela prestação da garantia na modalidade prevista na alínea “b” do item 17.2, deverá fazê-lo no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato. O comprovante de que a contratada prestou garantia nas demais modalidades deverão ser entregue ao Gestor e Fiscal do Contrato, em até 10 (dez) dias corridos, após a data de assinatura do contrato. A ordem de serviço só será emitida após a constituição da garantia.

17.4 A Prefeitura restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento.

17.5 Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a Prefeitura, nos termos da legislação vigente.

17.6 Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

17.7 Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

17.8 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

## **18 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

18.1 O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato nos Diários Oficiais, nos termos do §1º do art. 54 da Lei nº 14.133/2021, e terá duração de **12 (doze) meses**, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

18.2 A Ordem de serviço será emitida em até 10 (dez) dias após a publicação do Contrato, salvo prorrogação justificada pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PRÉDIOS PÚBLICOS** e anuída expressamente pelo Contratado, registrada nos autos.

18.3 Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Art. 183 da Lei nº. 14.133/2021.

18.4 Só se iniciam e vencem os prazos previstos neste instrumento em dia de expediente no Município de Capim Grosso.

18.5 A critério da Administração, o objeto da presente licitação poderão sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

## **19 – DO EQUILÍBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO**

19.1 - Os preços deverão ser fixos e irrevogáveis, pelo período mínimo de 01 (um) ano a contar da data base da proposta;

19.2 - Os preços referentes a mão de obra deverão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

I.à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II.ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

**19.3 - Os preços referentes a materiais deverão ser reajustados conforme índice INPC ou outro índice previsto em contrato.**

19.4 - A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

19.5 - O pleito de reequilíbrio econômico-financeiro não será acolhido quando a parte interessada falhar em comprovar os requisitos previstos no caput desta Cláusula, em especial nas seguintes hipóteses:

a) A efetiva elevação dos encargos não resultar em onerosidade excessiva ou não restar comprovada e quantificada por memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada;

b) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio houver ocorrido em data anterior à sessão pública de disputa ou posterior à expiração da vigência do contrato;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- c) Não for comprovado o nexo de causalidade entre o evento e a majoração dos encargos suportados pela parte interessada;
- d) A parte interessada houver, direta ou indiretamente, contribuído para a majoração de seus próprios encargos, seja pela previsibilidade do evento, seja pela possibilidade de evitar a sua ocorrência;
- e) A elevação dos encargos decorrer exclusivamente de variação inflacionária, hipótese já contemplada nos critérios de reajuste previstos neste instrumento;
- f) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio constituir álea ordinária imputável à CONTRATADA, quando o pleito houver sido apresentado por esta.

19.6 - O prazo para manifestação quanto aos pedidos de reajuste, reequilíbrio e repactuação será de 30 dias (trinta) dias, a contar da data de protocolo do requerimento.

19.6.1 – Caso falem informações e a administração solicite complementação do pedido, o prazo irá reiniciar, a contar da data do novo protocolo com os documentos faltantes.

## **20 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1 Nos termos do previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021, as sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Capim Grosso – Bahia, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme, a seguir:

19.1.1 ADVERTÊNCIA: será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.

19.1.2 MULTA: será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto do processo e compreenderá:

I - 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do fornecimento, pelo atraso no atendimento do magistrado, considerando o prazo previsto no projeto básico/termo de referência, salvo por motivo de força maior;

II - 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do fornecimento, pelo atraso na entrega do laudo, considerando o prazo previsto no projeto básico /termo de referência, salvo por motivo de força maior;

III - 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do fornecimento, pelo descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas no edital e seus anexos, caso não haja previsão de multa específica, salvo por motivo de força maior.

19.1.3 Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o Município de Capim Grosso – Bahia, poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual da empresa.

19.1.4 Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, a CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.

19.1.5 Na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, o MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO - BAHIA inscreverá o valor em dívida ativa.

19.1.6 IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta do Município de Capim Grosso - Bahia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

19.1.7 não manter a proposta durante o período em que estiver contratada, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.1.8 não atender às autorizações de fornecimento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.9 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do processo sem motivo justificado;

19.1.10 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo ou a execução do contrato;

b) fraudar o processo ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

19.2 É admitida a reabilitação da contratada perante o MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO - BAHIA, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

19.3 transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

19.4 cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

19.5 análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.6 Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO - BAHIA e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

19.7 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração deste MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO - BAHIA, a CONTRATADA, conforme o caso, ficará isenta das penalidades mencionadas.

19.8 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

19.9 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

## **21 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

21.1 – A dotação orçamentária para suportar as despesas com a execução do contrato será a conta da dotação orçamentária prevista:

ORGÃO/UNIDADE:

PROJETO ATIVIDADE:

ELEMENTO DE DESPESA:

FONTE DE RECURSO:

## **22 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1 - É facultado, ao Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

22.2 - A critério da Administração, os objetos da presente licitação poderão sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo da Lei Federal nº 14.133/21.

22.3 Quaisquer informações e esclarecimentos sobre o sistema devem ser obtidos, exclusivamente, junto ao via sistema LICITANET (em local específico).

22.4 - As licitantes deverão observar atentamente as normas deste Edital;

22.5 - Fica assegurado à autoridade superior da Prefeitura, no interesse da Administração, o direito de adiar a data da abertura e julgamentos das propostas, divulgando a nova data marcada.

22.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas. A Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

22.7 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.8 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração deste Município.

22.9 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação ou Comissão de Contratação em sentido contrário.

22.10 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura. Considerar-se-ão dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

22.11 - O desatendimento às exigências formais não-essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública da licitação.

22.12 - Em caso de desfazimento deste processo licitatório, o mesmo será devidamente motivado, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

22.13 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas de preços, sem convocação para contratação ou pedido de prorrogação da validade, os licitantes ficarão liberados dos compromissos assumidos neste certame.

22.14 - A homologação do resultado desta licitação gera mera expectativa de direito à contratação.

22.15 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da legislação vigente que rege a matéria.

**23 OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

23.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

23.1.1 § 1º. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

23.1.2 § 2º. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

23.1.3 § 3º. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

23.1.4 § 4º. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

23.1.5 § 5º. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados, quando for o caso, o cumprimento dos deveres da presente CLÁUSULA, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

23.1.6 § 6º. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa CLÁUSULA, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

23.1.7 § 7º. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

23.1.8 § 8º. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

23.1.9 § 9º. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável e estruturado (LGPD, art. 25)

23.1.10 § 10º. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a LGPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**23.1.11 § 11º.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

23.1.12 § 12º. O Contratado deverá, caso receba qualquer comunicação de qualquer pessoa em relação ao Processamento de Dados Pessoais do Contratante (incluindo Titulares dos Dados ou autoridades de proteção de dados):

- a) Notificar o Contratante no prazo de 1 dia útil após o seu recebimento;
- b) Fornecer toda assistência razoavelmente solicitada pelo Contratante para permitir que este responda a respectiva solicitação; e
- c) Não responder solicitações diretamente sem autorização por escrito do Contratante.

23.1.13 § 13º. O Fornecedor deverá implementar e manter as medidas técnicas e organizacionais necessárias para a proteção dos Dados Pessoais do Contratante, contra destruição acidental ou ilegal, danos, perdas, alterações, divulgação ou acesso não autorizados, sem prejuízo do cumprimento de qualquer outra medida exigida pelas leis de proteção de dados aplicáveis. O Contratado deverá assegurar que qualquer pessoa autorizada a processar os Dados Pessoais do Cliente esteja vinculada a obrigações contratuais de confidencialidade.

**24 - DO FORO**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

24.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Capim Grosso - Bahia, para dirimir quaisquer dúvidas se/ ou litígio oriundo da execução das obrigações previstas neste edital, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Capim Grosso/Ba, 21 de maio de 2026.



---

**JOSE SIVALDO RIOS DE CARVALHO**  
PREFEITO MUNICIPAL

---



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**ANEXO I**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

Prefeitura Municipal de Capim Grosso, Estado de Bahia

**A Comissão de Contratação do Município de Capim Grosso**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026**

Pelo presente instrumento, a empresa. . . . ., CNPJ nº . . . . ., com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

1. Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
2. Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
3. Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.
4. Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) . . . . ., Portador(a) do RG sob nº . . . . . e CPF nº . . . . ., cuja função/cargo é . . . . .(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.
5. Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.
6. Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).
7. Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:
8. Declaramos ter ciência de que em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Município, para a execução do serviço objeto deste edital e em decorrência de obrigações legais e cumprimento do edital/instrumento contratual, notadamente em cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011), da Legislação de Licitações e determinações legais emanadas dos Órgãos de Controle, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF, RG, telefone, endereço físico e eletrônico, e todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, e poderá dar o tratamento legal aos mesmos, inclusive para atendimento de exigências dos órgãos de controle interno e externo.
9. Declaramos que não possui, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal.
10. Declaramos que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente. E-mail: . . . . ., Telefone: ( ) . . . . . Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.
11. Declaramos que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de apresentação da proposta, sob pena de desclassificação.
12. Declaramos de que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
13. Nomeamos e constituímos o senhor(a) . . . . ., portador(a) do CPF/MF sob nº . . . . ., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços/contrato, referente à **Concorrência Eletrônica nº 002/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e Minuta de Contrato.
14. . . . ., xx de xxxx de 2025.

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**ANEXO II**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

Prefeitura Municipal de Capim Grosso, Estado de Bahia

**Ao Sr. Agente de Contratação ou Comissão de Contratação do Município de Capim Grosso**

Ref.: Edital de **Concorrência Eletrônica n.º 002/2026**

Conforme o disposto no Edital em epígrafe e de acordo com a Resolução nº 218 de 29/06/73 e nº 317, de 31/10/86, do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura, e Agronomia, declaramos que o responsável técnico pela(s) obra(s) caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

LOTE	NOME	ESPECIALIDADE	CREA/CAU	DATA REGISTRO	ASSINATURA

Declaramos, outrossim, que o(s) profissional(is) acima relacionado(s) pertence(m) ao nosso quadro técnico de profissionais permanentes, com relacionamento junto à empresa, dentro das leis trabalhistas vigentes.

\_\_\_\_\_  
(carimbo, nome, RG e assinatura do responsável legal)



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO TRATAMENTO DIFERENCIADO LEI 123/2006.**

**Concorrência Eletrônica n.º 002/2026**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_,

por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme art. 1º do Decreto nº 8.538/2015.

Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Que do capital da Empresa não participa pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar;

Que o titular ou sócio da Empresa não participa com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar.

Que estará observando as disposições do § 2º do art. 4, não tendo celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, no ano-calendário de realização da licitação.

.....  
Local e data.

.....  
**Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)**





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, VISANDO A INSTALAÇÃO DE UNIDADE DE PRODUÇÃO DE LATICÍNIOS, NESTE MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO – BAHIA, INCLUINDO, CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÕES, FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, BEM COMO, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME, TERMO DE CONVENIO Nº 562/2022, CELEBRADO COM A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR.

QUALIFICAÇÃO DAS PARTES

O Município de Capim Grosso - Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua [Nome da Rua], [Número], [Bairro], [Cidade], [Estado], inscrito no CNPJ sob o n.º [Número do CNPJ], neste ato representado pelo(a) [Nome da Autoridade], [Cargo], nomeado pelo Decreto n.º [Número do Decreto], inscrito no CPF sob o n.º [Número do CPF], portador da carteira de identidade n.º [Número da Identidade], expedida pela [Sigla do Órgão Expedidor].

CONTRATADO(A):

[NOME DO CONTRATADO], pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua [Nome da Rua], [Número], [Bairro], [Cidade], [Estado], inscrita no CNPJ sob o n.º [Número do CNPJ], neste ato representada por [Nome do Representante], [Cargo], inscrito no CPF sob o n.º [Número do CPF], portador da carteira de identidade n.º [Número da Identidade], expedida pela [Sigla do Órgão Expedidor], residente e domiciliado na Rua [Nome da Rua], [Número], [Bairro], [Cidade], [Estado], com e-mail [E-mail] e telefone [Telefone].

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – REGÊNCIA LEGAL E VINCULAÇÃO AO ATO DE AUTORIZAÇÃO

- 1.1. O presente contrato será regido pelas normas aqui previstas e aos casos omissos será aplicada a Lei nº 14.133/2021, no que couber.
- 1.2. O presente Contrato será publicado, por extrato, no Portal de Compras Públicas, no Diário Oficial Eletrônico do Município <https://transparencia.capimgrosso.ba.gov.br/#> e Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).
- 1.3. Este contrato fica vinculado no seu todo e, principalmente, nos casos omissos, com base Lei Federal n.º 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006, pelo DECRETO MUNICIPAL Nº 023/2024 de 01 de março de 2024, como também as normas do Edital da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA TÉCNICA E PREÇO n.º 002/2026.
- 1.4. Integram como se aqui estivessem descritas, as peças que compõem o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 734/2026, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA TÉCNICA E PREÇO n.º 002/2026, independentemente de transcrição de modo que estão vinculadas esta contratação, especialmente:
  - a) o projeto Básico que embasou a contratação contendo matriz de riscos e modelo de gestão do contrato;
  - b) Edital;
  - c) a proposta da Contratada e;
  - d) a Homologação do certame.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, VISANDO A INSTALAÇÃO DE UNIDADE DE PRODUÇÃO DE LATICÍNIOS, NESTE MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO – BAHIA, INCLUINDO, CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÕES, FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, BEM COMO, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME, TERMO DE CONVENIO Nº 562/2022, CELEBRADO COM A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR de acordo com as especificações constantes no Projeto Básico do Instrumento Convocatório, condições previstas neste contrato e na Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

2.1. Descrição detalhada de serviços/materiais no ANEXO I deste contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O preço global para a execução do objeto deste contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por escrito), daqui por diante denominado “VALOR CONTRATUAL”;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**3.2.** o valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros que sejam necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

**3.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos e prestados.

<b>4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
---

**4.1.** As despesas com o presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

FONTE: XXXX

<b>5. CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>
--

**5.1** O prazo de execução do contrato será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por igual período;

**5.2** O prazo para execução dos serviços será de **30 (trinta) a 45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço pela Administração. Esse prazo abrange todas as etapas necessárias à elaboração dos projetos técnicos de engenharia, incluindo levantamentos preliminares, elaboração dos estudos, desenvolvimento dos projetos executivos, compatibilizações entre disciplinas, entrega dos memoriais descritivos e orçamentários, bem como quaisquer ajustes solicitados durante o processo de validação técnica.

**5.2.1** A definição deste prazo leva em consideração a complexidade do objeto, a necessidade de elaboração e/ou reelaboração de projetos distintos para áreas diversas (educacional, de saúde e infraestrutura urbana/rural), bem como a previsão de fases sucessivas de entrega e validação por parte da equipe técnica do município;

**5.3** A Contratada deve assegurar que os serviços/fornecimentos executados atendam às normas de qualidade e segurança estabelecidas pelos órgãos regulamentadores competentes;

**5.4** A Contratada deve manter um canal de comunicação aberto com a prefeitura para acompanhar o contrato e solucionar eventuais problemas ou demandas adicionais que possam surgir ao longo do contrato;

**5.5** Os serviços deverão ser prestados de forma **presencial e continuada**, conforme cronograma a ser definido conjuntamente com as Secretarias Municipais demandantes. A execução envolverá atividades de campo, como levantamentos topográficos, vistorias técnicas e coleta de dados, bem como a elaboração em escritório dos projetos técnicos de engenharia e da documentação complementar.

**5.6** A contratada deverá realizar todas as etapas com base nas normas técnicas aplicáveis (como as da ABNT, ANVISA e demais órgãos reguladores), observando o escopo definido pela Administração. A entrega dos produtos será feita de forma **parcelada por etapas técnicas**, mediante apresentação de documentos parciais (plantas, memoriais descritivos, orçamentos, laudos, etc.) e validação por parte da equipe técnica da Prefeitura.

**5.7** Toda a documentação técnica deverá ser entregue em **meio digital (formato PDF, DWG e Excel, conforme aplicável)** e, quando solicitado, também em **formato físico impresso**, devidamente assinada pelo responsável técnico, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso.

**5.8** A execução dos serviços ocorrerá **dentro do território do município de Capim Grosso/BA**, conforme a localização específica dos imóveis e áreas públicas que serão objeto dos projetos técnicos de engenharia. A contratada deverá realizar os levantamentos, vistorias técnicas e demais atividades de campo diretamente nos locais indicados pela Administração, conforme cronograma estabelecido em conjunto com as secretarias demandantes.

**5.9** A entrega dos produtos finais — projetos, memoriais e demais documentos técnicos — deverá ocorrer na **sede da Prefeitura Municipal de Capim Grosso/BA**, situada na **Praça Nove de Maio, s/n, Bairro Novo Horizonte, Capim Grosso/BA**, ou por meio eletrônico, conforme definido pela Administração Pública.

**5.10** As atividades deverão ser executadas em **dias úteis**, dentro do horário de expediente da Administração Pública Municipal, compreendido entre **08h às 12h e das 14h às 17h**, podendo haver ajustes mediante autorização prévia da unidade gestora responsável pelo acompanhamento da contratação.

**5.11** A Contratada deve enviar as notas fiscais em nome da Secretária solicitante, contendo o CNPJ, número do contrato e demais informações pertinentes, de acordo com o contrato estabelecido.

<b>6 CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO</b>
--

**6.1** O pagamento será efetuado em moeda brasileira corrente, em até **30 (trinta) dias**, após a apresentação correta da fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, desde que atendidas às condições para liberação das parcelas.

**6.2** O pagamento a ser efetuado à CONTRATADA corresponderá ao valor, definido em cada Ordem de Serviço, correspondente aos projetos elaborados, concluídos, aprovados e liberados pela secretaria solicitante, e que integram as respectivas medições mensais.

**6.3** Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

6.4 Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **INPC** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021.

**6.5 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE PAGAMENTO**

6.6 Os pagamentos serão feitos através de crédito em conta corrente da empresa a ser contratada, conforme disponibilidade dos dados, no ato da contratação/celebração da ata.

6.7 Somente serão efetuados os pagamentos após ser atestado pela Administração do recebimento, conferência e aceite dos serviços/produtos efetivamente entregues e/ou dos serviços efetivamente prestado, tudo de acordo com a Autorização de Fornecimento, não sendo permitidas entregas parciais sem autorização expressa do CONTRATANTE, sob pena de caracterização de inexecução contratual.

6.8 O atesto será realizado na Nota Fiscal, e nesta deverá conter a descrição da quantidade e dos produtos efetivamente entregues.

6.9 **Na Nota Fiscal deverão obrigatoriamente constar destacados em campo próprio todos os impostos, bem como a Contribuição previdenciária e retenções tributárias, relativas ao seu objeto obedecendo as regras de destaque das bases de cálculos relativas à mão de obra, materiais e equipamentos observadas as regras da IN/RFB 2110/2022.**

6.10 **Quando o objeto não comportar a retenção de impostos, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente apresentar Ato Declaratório.**

6.11 **Conforme Art. 116 da IN/RFB 2110/2022, não integram a base de cálculo da retenção, desde que comprovados, valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, exceto os equipamentos manuais, fornecidos pela contratada, devidamente discriminados no contrato e na nota fiscal.**

6.12 **Consideram-se discriminados os valores relativos a material ou equipamentos, quando expressos na nota fiscal, bem como previstos em planilha integrante no contrato.**

6.13 **Na ausência de discriminação dos valores relativos a material ou equipamentos, na forma do item anterior, aplicar-se-á o quanto previsto no Art. 117 da IN/RFB 2110/2022.**

6.14 **Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação de enquadramento em anexo específico, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor;**

6.15 **Haverá retenção na Fonte referente ao IR sobre os pagamentos de fornecimentos de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras, obedecendo às alíquotas previstas na IN/RFB 1.234/2012.**

6.16 **As empresas que não estão sujeitas às retenções do IR na fonte devem apresentar declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da IN/RFB nº 1.234/2012, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal.**

6.17 **É de inteira responsabilidade informar ao Contratante suspensões de cobrança do Imposto em virtude de processos administrativos ou judiciais e as decisões ainda que em caráter liminar devem ser apensadas à nota fiscal.**

6.18 **Na data da apresentação da Nota Fiscal, junto à ela a CONTRATADA deverá juntar Certidão de Regularidade de FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, além das certidões negativas de débitos tributários estadual, municipal e federal (incluindo Dívida Ativa e Seguridade Social), todos em plena vigência, além da Planilha de Composição de Preços, quando se aplicar ao objeto do contrato, sob pena de não pagamento.**

6.19 **Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade do contratado junto aos órgãos fazendários, mediante consulta on-line, cujos comprovantes serão anexados ao processo de pagamento.**

6.20 **Havendo erro na fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a CONTRATADA adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerado, para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura, devidamente corrigida.**

6.21 **Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajuste de preço.**

6.22 **O pagamento somente será efetuado se a nota fiscal for emitida conforme o exigido.**

6.22.1 **Havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data do atesto da nova nota fiscal aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da contratada.**

6.22.2 **Quando se tratar de recursos oriundos de convênio, contrato de repasse ou outro acordo celebrado com o Estado da Bahia ou com a União, o pagamento de fatura, em favor do CONTRATADO, ficará condicionado à liberação de recursos financeiros destes entes, conforme, o caso.**

**7. DO REAJUSTAMENTO**

7.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC. É um índice mais adequado para



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

fazer o reajuste de contratos municipais, ele é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é um órgão responsável por produzir informações sobre o país. Por isso, é um índice confiável e reconhecido no mercado.

- 19.10 Por fim, a escolha do INPC como índice de reajuste é importante para manter o equilíbrio financeiro dos contratos, tanto para as empresas contratadas como para os órgãos públicos contratantes. Dessa forma, o INPC é uma opção justa e segura para a realização de reajustes de contratos municipais.
- 19.11 A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.
- 19.12 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 19.13 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.
- 19.14 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.
- 19.15 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

<b>8 CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO</b>
--

- 8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo cada parte responsável pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.23 **Os serviços objeto do contrato serão apontados por medições mensais apresentadas pela CONTRATADA, condicionadas à aprovação da secretaria solicitante, englobando todos os projetos concluídos no mês da apuração.**
- 6.24 **Os projetos concluídos no mês da apuração serão discriminados pela CONTRATADA em um relatório contendo as atividades desenvolvidas e previstas nas Ordens de Serviço aprovadas pela secretaria solicitante, medidos a partir dos recursos utilizados para a realização dessas atividades e em conformidade com as respectivas Ordens de Serviço e Planilha de Serviços e Preços do Contrato.**
- 6.25 **As medições deverão ser encaminhadas em 2 (duas) vias diretamente ao gestor do contrato nomeado e responsável por cada secretaria solicitante.**
- 6.26 **Procedidas as medições, os seus resultados deverão ser encaminhados pela CONTRATADA à secretaria solicitante, até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao mês apurado, para exame e aprovação ou rejeição, o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias contados da data de entrega da medição.**
- 6.27 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante simples apostila.
- 6.28 As comunicações entre o órgão contratante e a empresa contratada deverão ocorrer por escrito sempre que a formalidade for exigida, sendo admitido o uso de mensagens eletrônicas quando pertinente.
- 6.29 O órgão contratante poderá convocar representantes da empresa contratada para adoção imediata de providências que se fizerem necessárias.
- 6.30 Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial com o representante da empresa contratada para apresentação do plano de fiscalização, contemplando as obrigações contratuais, estratégias de execução, formas de aferição dos resultados e demais aspectos pertinentes.
- 6.31 A fiscalização da execução do objeto será exercida por fiscais formalmente designados, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.32 O fiscal do contrato acompanhará a execução dos serviços de elaboração dos projetos técnicos de engenharia, assegurando o cumprimento das condições pactuadas.
- 6.33 As ocorrências registradas durante a execução serão anotadas em histórico próprio pelo fiscal, com a devida descrição e orientação para regularização.
- 6.34 Havendo identificação de falhas ou irregularidades, o fiscal notificará formalmente a contratada, estabelecendo prazo para correção.
- 6.35 Situações que exijam decisão além da competência do fiscal serão imediatamente encaminhadas ao gestor do contrato.
- 6.36 Ocorrências que possam inviabilizar a execução dentro dos prazos estipulados também deverão ser comunicadas ao gestor do contrato.
- 6.37 O fiscal comunicará com antecedência ao gestor o término do contrato, para fins de providências relativas a prorrogações ou encerramento.
- 6.38 Compete ao gestor do contrato a coordenação da fiscalização, o acompanhamento dos registros e a elaboração de relatórios que indiquem a necessidade de adequações contratuais.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- 6.39 O gestor verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como as ocorrências que possam obstar a liquidação e o pagamento da despesa.
- 6.40 O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais, reportando à autoridade superior os casos que ultrapassarem sua competência.
- 6.41 O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação do desempenho da contratada, com base em indicadores definidos, para fins de atesto e eventuais sanções.
- 6.42 O gestor tomará providências para instauração de processo administrativo sancionador, quando necessário, conforme arts. 155 a 158 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.43 A contratada deverá manter preposto com poderes para responder pela execução do contrato e para manter comunicação direta com a fiscalização.
- 6.44 Toda fiscalização exercida não exime a contratada de sua responsabilidade civil, técnica e legal pelos serviços prestados.
- 6.45 A contratada deverá refazer ou corrigir, às suas expensas, qualquer produto entregue com defeito, falha ou não conformidade técnica, mesmo após o recebimento provisório.
- 6.46 O CONTRATANTE se reserva o direito de, em caso de inexecução total ou parcial, adotar medidas para garantir a continuidade do interesse público, inclusive por execução indireta, com ressarcimento dos custos pela contratada.
- 6.47 O cumprimento integral das condições pactuadas será verificado com base nos critérios definidos no Projeto Básico e proposta vencedora.
- 6.48 A contratada deverá garantir o fornecimento de todos os documentos técnicos exigidos (plantas, memoriais, relatórios, orçamentos etc.), devidamente assinados por profissional habilitado e acompanhados de ART/RRT, conforme legislação aplicável.
- 6.49 O descumprimento injustificado das obrigações contratuais poderá ensejar sanções administrativas, inclusive a rescisão contratual e a aplicação de penalidades previstas nos arts. 155 a 158 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.50 À Administração não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.
- 6.51 Ao preposto da empresa vencedora competirá, entre outras atribuições:
- a) representar os interesses da empresa perante a Administração;
  - b) realizar os procedimentos administrativos junto a Administração;
  - c) manter a Administração informada sobre o andamento e a qualidade dos produtos fornecidos;
  - d) comunicar eventuais irregularidades de caráter urgente, por escrito, ao fiscal do contrato com os esclarecimentos julgados necessários.
- 6.52 A empresa contratada deve indicar um responsável pelo serviço, para comunicação entre a fiscalização do contrato e a empresa contratada. Fica a critério da fiscalização, solicitar, a qualquer tempo a substituição de qualquer funcionário da contratada, ao seu exclusivo critério, cabendo à contratada, neste caso, promover a substituição imediata ou no prazo de **05 dias úteis**, a contar do recebimento da solicitação, desde que não ocorra prejuízo da continuidade dos serviços, neste caso sendo prorrogado o prazo por igual período.
- 6.53 O município de Capim Grosso exercerá ampla fiscalização da Contratada através de equipe de funcionários com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços de manutenção normal e especial.
- 6.54 A fiscalização deverá ter acesso diário ao sistema informatizado, implementado pela contratada, que contenha os registros de solicitações, manutenções e a relação dos materiais aplicados e ou substituídos em cada serviço executado, conforme medição e cronograma físico-financeiro.
- 6.55 Será permitido, a qualquer horário, o acesso da fiscalização às dependências da Contratada. A Contratada deverá submeter à aprovação da Fiscalização, mensalmente, relatório dos materiais e serviços efetivamente aplicados na execução do objeto, conforme, cronograma físico-financeiro.
- 6.56 A fiscalização da execução dos serviços, objeto deste Contrato, será feita pelo CONTRATANTE através do profissional qualificado e devidamente credenciado.
- 6.57 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas/serviços executados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 6.58 A verificação da adequação do fornecimento/do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Projeto básico;
- 6.59 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme §1º, do artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021;





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

6.60 A conformidade do material a ser entregue/do serviço a ser executado, deverá ser verificada junto ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada deste, de acordo com o estabelecido no Projeto básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas;

6.61 A Contratada deverá manter preposto, aceito pelo Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118, da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.62 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.63 Ficam designados para as funções de gestor, fiscal e fiscal substituto (quando houver), nos termos dos artigos 7º e 117, Lei Federal nº 14.133/2021, os servidores indicados na cláusula terceira do presente contrato;

6.64 A fiscalização de que trata esta cláusula, não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme artigo 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.65 A CONTRATADA deverá permitir que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto do presente contrato; examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir; sob pena de multa e em caso de reincidência na eventual rescisão contratual.

6.66 No desempenho destas tarefas, deverão os técnicos do CONTRATANTE, contar com a total colaboração da CONTRATADA.

6.67 A CONTRATADA deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança em todos os locais de serviços, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

6.68 Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções não revelados até o Recebimento Definitivo, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiro para o CONTRATANTE.

6.69 Entende-se por defeito, vício ou incorreção oculta aquele resultante da má execução ou má qualidade de materiais empregados e/ou da aplicação de material em desacordo com as normas e/ou prescrições da ABNT, especificação e/ou memoriais, não se referindo aos defeitos devidos ao desgaste normal de uso. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas relacionadas com a correção, remoção ou substituição do material rejeitado.

6.70 Caso a CONTRATADA não execute, total ou parcialmente, qualquer dos itens ou serviços previstos, o CONTRATANTE reserva-se o direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada, a então CONTRATADA responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou garantias e/ou pagamento direto, inclusive será declarada inidônea, ficando suspensa de firmar contrato pelo prazo de 03 (três) anos até 06 (seis) anos, conforme a gravidade da infração e dos danos decorrentes. Caberá, também, a aplicação do Art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **9 CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

9.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação a cada etapa de execução prevista no cronograma físico-financeiro deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo da respectiva etapa, nos termos abaixo:

9.1.1 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.2 No prazo de até **03 (três) meses** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato, comissão ou servidor designado, que não o fiscal técnico, deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

9.2.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.2.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.2.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.3 Nos contratos de escopo o recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- 9.3.1 provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante ART de fiscalização expedida, assinado pelas partes, quando na conclusão dos serviços visualmente constatados;
- 9.3.2 definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou visita que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 119 da Lei 14.133/21;
- 9.3.3 O prazo para recebimento definitivo será de 03 (três) meses.
- 9.3.4 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.
- 9.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 9.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **10 CLÁUSULA DECIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 10.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, salvo autorização expressa emitida pela CONTRATANTE, nas formas legalmente previstas.
- 10.2 Se eventualmente for concedida a subcontratação no todo ou em parte, pelo CONTRATANTE, não reduz nem elimina as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA para com o CONTRATANTE em decorrência deste contrato, nem importará em estabelecer qualquer vínculo entre o CONTRATANTE e os subcontratados.
- 10.3 A subcontratação depende de autorização prévia e expressa do Contratante, a quem incumbe avaliar e decidir se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 10.4 A Contratada apresentará à Contratante documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo licitatório.
- 10.5 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquele ou seus dirigentes mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até terceiro grau.

## **11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA/CAUÇÃO CONTRATUAL**

- 11.1 A licitante vencedora prestará garantia ao Contrato, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor global, nas modalidades definidas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que lhe será devolvida após o término da vigência contratual, mediante solicitação por escrito, descontado, se for o caso, o valor das multas porventura aplicadas e ainda não pagas pela empresa licitante vencedora.
- 11.2 Caberá à licitante vencedora optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- e) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- f) caução em dinheiro, conforme, dados a serem fornecidos pela Contratante.
- g) Seguro-Garantia – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da SEMOB, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato;
- h) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- 11.3 Caso a Licitante opte pela prestação da garantia na modalidade prevista na alínea “b” do item 17.2, deverá fazê-lo no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato. O comprovante de que a contratada prestou garantia nas demais modalidades deverão ser entregue ao Gestor e Fiscal do Contrato, em até 10 (dez) dias corridos, após a data de assinatura do contrato. A ordem de serviço só será emitida após a constituição da garantia.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

11.4 A Prefeitura restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento.

11.5 Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a Prefeitura, nos termos da legislação vigente.

11.6 Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

11.7 Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

11.8 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

**12 CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO**

12.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais de contrato:

SECRETARIA/FUNDO MUNICIPAL	SERVIDOR	PORTARIA

12.7 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

12.8 O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

12.10 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

12.12 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

12.13 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.14 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

12.15 O gestor do contrato a Sr. **Joabe Nathan Rodrigues Ramos**, devidamente, nomeado pela **Portaria nº 214/2025**, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.16 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.17 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

12.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.20 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

12.21 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

### **13 CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

13.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

13.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

13.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

13.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

13.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

13.6.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

13.6.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

13.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

13.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

13.9 Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

13.9.1 "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

13.9.2 comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

13.9.3 carta "habite-se", emitida pela prefeitura;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

13.9.4 certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

13.10 Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

**14 CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1 Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

14.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato a partir de relatório disponibilizado por fiscal técnico, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.3.1 A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade Municipal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;

14.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

14.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos da lei.

14.6 A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 6) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 7) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 8) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 9) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 10) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

14.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

14.7.1 A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

14.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

14.9 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- 14.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 14.11 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 14.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 14.13 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 14.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 14.15 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 14.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 14.17 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.18 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 14.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 14.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos da Lei nº 14.133 de 2021;
- 14.21 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 14.22 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 14.23 ASSEGURAR À CONTRATANTE:**
- 14.23.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 14.23.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congênere, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 14.24 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 14.25 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- 14.26 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 14.27 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 14.28 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 14.29 Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 14.30 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
- 14.31 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 14.32 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 14.33 Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 14.34 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 14.35 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 14.35.1 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/77 e 12.378/2010);
- 14.36 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 14.37 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 14.38 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 14.39 Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 14.40 Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 14.40.1 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 14.40.2 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

14.40.3 Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

14.40.3.1 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

14.41 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

14.41.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

14.41.2 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

14.41.2.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

14.41.2.2 resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

14.41.2.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

14.41.2.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

14.41.3 Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

14.41.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

14.42 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

14.42.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

14.42.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152

- Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

14.42.3 Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

14.43 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

14.44 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

14.45 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

14.46 No caso de execução de obras:

14.46.1 Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

14.46.1.1 Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, haverá retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

14.46.2 Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.

14.47 Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratante, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

14.47.1 A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Projeto Básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

14.47.2 Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

14.47.3 A Contratada deverá realizar a aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais para setores específicos definidos em ato do Poder Executivo Federal, quando aplicável, observadas as disposições do art. 3º-A da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, e do Decreto nº 11.889, de 22 de Janeiro de 2024;

**14.48 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA**

14.48.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no presente contrato e demais documentos anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas, decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- g) Efetuar a entrega do objeto/execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto básico, no presente contrato e demais documentos anexos;
  - h) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
  - i) A Contratada deverá substituir, reconstruir, remover, reparar ou corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 05 (cinco) dias o material/serviços nos quais se verificarem vícios, avarias, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
  - j) A Contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - k) A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - l) Atender às determinações regulares, emitidas pelo fiscal (is) e gestor (es) do contrato, ou autoridade superior, conforme determinado no art. 137, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por ele (s) solicitado (s);
- 14.48.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração Pública ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 14.48.3 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.48.4 Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - g) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
  - h) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;
  - i) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 14.48.5 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 14.48.6 Comunicar aos fiscais do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou incidente que obste à execução do objeto contratual;
- 14.48.7 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 14.48.8 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 14.48.9 Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante;
- 14.48.10 Apresentar os empregados devidamente identificados, com uso de uniformes ou por meio de crachás;
- 14.48.11 Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão nas dependências da Administração para execução do serviço;
- 14.48.12 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- 14.48.13 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Contratante;
- 14.48.14 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 14.48.15 Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto básico, em plena validade;
- 14.48.16 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 14.48.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação, conforme artigo 116 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 14.48.18 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme artigo 116, § único da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 14.48.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 14.48.20 Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 14.48.21 Para restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, a Contratada deverá apresentar requerimento formal à Administração, acompanhado de documentação comprobatória dos fatos alegados, ensejadores do eventual desequilíbrio;
- 14.48.22 O pedido a que se refere a alínea “a” deste inciso, deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação;
- 14.48.23 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 14.48.24 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e/ou utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 14.48.25 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força de execução deste contrato;
- 14.48.26 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre as condições de segurança e disciplina;
- 14.48.27 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 14.48.28 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 14.48.29 Indicar preposto para representá-lo durante toda a execução do contrato;
- 14.48.30 Manter instalações adequadas à execução do contrato;
- 14.48.31 Dirigir tecnicamente os serviços e obras, executando-os com rigorosa observância ao estabelecido nas Instruções, bem como na forma da lei, respeitando as recomendações das Normas Técnicas Brasileiras, das Normas Técnicas da Concessionária e o Código de Obras do Município.
- 14.48.32 Fornecer toda a mão de obra, ferramental, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- 14.48.33 Realizar todos os serviços descritos neste documento, e, diligenciar os casos omissos a fiscalização.
- 14.48.34 Providenciar equipamentos de segurança individuais e coletivos necessários à segurança na execução dos trabalhos, observando as normas de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 14.48.35 Sinalizar, com equipamento adequado, conforme as normas e de acordo com as exigências do Código Nacional de Trânsito, os locais onde estiverem sendo executados os serviços.
- 14.48.36 Utilizar somente pessoal comprovadamente habilitado para todos os serviços técnicos e administrativos.
- 14.48.37 Manter seus empregados identificados e uniformizados.
- 14.48.38 A CONTRATADA deverá registrar Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços junto ao CREA, devendo a ser encaminhada via juntada à primeira Nota Fiscal/Fatura de Serviço.
- 14.48.39 Emitir nota fiscal/documento fiscal, de acordo com a cláusula décima primeira do presente contrato.
- 14.48.40 Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis

**15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINA – DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELOS PROJETOS**

- 15.1 A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável pela qualidade técnica, precisão, exequibilidade e conformidade de todos os projetos, orçamentos, memoriais e demais documentos técnicos que elaborar, os quais deverão atender rigorosamente às Normas Técnicas Brasileiras (ABNT), à legislação aplicável e às melhores práticas da engenharia e arquitetura.
- 15.2 A CONTRATADA responderá por todos e quaisquer danos, prejuízos ou custos adicionais causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, que sejam decorrentes de erros, omissões, inconsistências ou defeitos técnicos nos projetos e documentos de sua autoria.
- 15.3 Identificada qualquer falha ou inadequação nos documentos técnicos entregues, mesmo após o recebimento, a CONTRATADA obriga-se a realizar, às suas expensas, todas as correções e revisões necessárias no prazo a ser determinado pela fiscalização do CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação de outras sanções contratuais.

**16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Nos termos do previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021, as sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Capim Grosso – Bahia, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme, a seguir:

16.1.1 ADVERTÊNCIA: será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.

16.1.2 MULTA: será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto do processo e compreenderá:

I - 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do fornecimento, pelo atraso no atendimento do magistrado, considerando o prazo previsto no projeto básico/termo de referência, salvo por motivo de força maior;

II - 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do fornecimento, pelo atraso na entrega do objeto, considerando o prazo previsto no projeto básico /termo de referência, salvo por motivo de força maior;

III - 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do fornecimento, pelo descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas no edital e seus anexos, caso não haja previsão de multa específica, salvo por motivo de força maior.

16.1.3 Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o Município de Capim Grosso – Bahia, poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual da empresa.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

16.1.4 Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, a CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.

16.1.5 Na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, o MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO -BAHIA inscreverá o valor em dívida ativa.

16.1.6 IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta do Município de Capim Grosso - Bahia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:

- d) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- e) dar causa à inexecução total do contrato;
- f) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.1.7 não manter a proposta durante o período em que estiver contratada, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.1.8 não atender às autorizações de fornecimento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.9 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do processo sem motivo justificado;

16.1.10 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

- f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo ou a execução do contrato;
- g) fraudar o processo ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

16.2 É admitida a reabilitação da contratada perante o MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO - BAHIA, exigidos, cumulativamente:

- c) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- d) pagamento da multa;

16.3 transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

16.4 cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

16.5 análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

16.6 Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO - BAHIA e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

16.7 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração deste MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO - BAHIA, a CONTRATADA, conforme o caso, ficará isenta das penalidades mencionadas.

16.8 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

16.9 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa:

**17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS DE EXTINÇÃO**

17.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

17.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

17.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

17.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.1.4 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

17.2 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa a Contratada.

17.3 A rescisão do presente contrato terá lugar de pleno direito, independente de ação ou interpelação judicial, se a Contratada:

17.3.1 falir ou dissolver-se;

17.3.2 transferir, no todo ou em parte, o contrato e os direitos dele decorrentes;

17.3.3 entregar o produto, com atraso superior ao prazo fixado na Ordem de Serviços;

17.3.4 tornar-se inadimplente com relação a qualquer das condições do contrato;

17.3.5 O conhecimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da Contratada;

17.3.6 Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 137 da Lei 14.133/2021;

17.3.7 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

17.4 Em caso de rescisão consensual, estabelecida por vontade das partes, observar-se-á, sobretudo, o interesse da Administração, sendo possível, apenas, se em razão disso não resultar lesão ao interesse público.

17.5 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.5.1 balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.5.2 relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.5.3 indenizações e multas.

17.6 Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

17.6.1 a devolução da garantia, se houver;

17.6.2 os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;

17.6.3 o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;

17.6.4 o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

17.7 Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato caso em que será realizada a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas

17.8 A extinção opera seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.9 O Contratante poderá a qualquer tempo alterar ou rescindir o presente contrato no interesse do serviço e na conveniência da Administração Pública, não cabendo à Contratada direito a qualquer indenização, salvo os pagamentos referentes ao item já entregue.

17.10 A Contratada, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

**18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**

18.1 O **CONTRATANTE** poderá fazer uso das prerrogativas previstas no art. 104, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2 A abstenção por parte do MUNICÍPIO, ora **CONTRATANTE**, da utilização de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em razão deste contrato e/ou da lei, não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

**19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS**

19.1 O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/21, e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público (coletivo), sendo que eventuais dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas do presente contrato serão solucionadas por meio da aplicação do princípio constitucional da proporcionalidade, da boa-fé objetiva (art. 422, do Código Civil)



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

e da função social dos contratos (art. 421 e 2.035, Parágrafo Único, do Código Civil), bem como de conformidade com os princípios gerais de direito, levando-se em conta sempre e preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser protegido/tutelado.

19.2 Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor, sobretudo na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

19.3 Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**20 CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DECLARAÇÕES FINAIS**

**20.1** As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

**20.2** Ficam cientes as partes contratuais:

**20.2.1** Havendo discrepância entre os valores indicados numericamente e por extenso, fica desde já acordado entre as partes contratantes que, sempre prevalecerão aqueles mencionados por extenso.

**20.2.2** Qualquer objeto de valor histórico ou de outro interesse ou valor significativo que venha a ser descoberto em qualquer parte do canteiro de obra e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente edital é de propriedade do CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá notificar à fiscalização tal descoberta e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos.

**20.3** A CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial Eletrônico do Município, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua assinatura, nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

**20.4** A CONTRATADA declara que no momento da assinatura deste termo estar em plena vigência e regular suas obrigações fiscais, tributária e trabalhistas conforme certidões emitidas.

**20.5** A contratada declara cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**21 CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

**21.1** É eleito o Foro da Comarca de Capim Grosso, Estado da Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

*E por estarem justos os termos acima mencionados as partes assinam este contrato em duas vias de igual teor e forma junto a duas testemunhas.*

Capim Grosso, xx de xxxx de 2025.

**JOSÉ SIVALDO RIOS DE CARVALHO**

Prefeito  
Contratante

**XXXXXXXXXXXXXX**  
(Nome da Empresa) Contratada

**TESTEMUNHAS:**

1. Sr (a). \_\_\_\_\_, portador (a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ (Órgão Emissor), inscrito (a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, (Cargo), lotado (a) na Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_.

2. Sr (a). \_\_\_\_\_, portador (a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ (Órgão Emissor), inscrito (a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, (Cargo), lotado (a) na Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**ANEXO V**  
**(razão social, endereço, telefone, e-mail, CNPJ)**  
**PROPOSTA DE PREÇOS**

**Local e data**

À Comissão de Licitação  
Ref. Edital de Concorrência nº 002/2026

Prezados Senhores

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. S<sup>as</sup>. nossa proposta de preços relativa à execução da obra objeto da licitação em epígrafe.

O preço global, fixo e sem reajuste, proposto para execução do objeto do lote único é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), conforme planilha de serviços, cronograma físico financeiro, Quadro de composição do BDI.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Referência do Preço Unitário	Preço unitário Sem BDI (R\$)	Preço unit. com BDI (R\$)	Preço total Com BDI (R\$)	Peso (%)
------	-----------	-------	--------	------------------------------	------------------------------	---------------------------	---------------------------	----------

O prazo de execução dos serviços é de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias a contar da expedição da ordem de serviço objeto do contrato de empreitada.

O prazo de validade da proposta de preços é de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias a partir da data do recebimento das propostas pela Comissão de Licitação.

**DECLARAÇÃO DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

Dados da empresa

Nome:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados do representante para assinatura do contrato

Nome:

Qualificação:

CPF:          RG:

Vínculo:

Endereço:      E-mail:          Telefone:  
Atenciosamente,

(carimbo, nome, RG e assinatura do responsável legal)



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**ANEXO VI  
PROJETO BÁSICO**

**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

**1. OBJETO**

**1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, VISANDO A INSTALAÇÃO DE UNIDADE DE PRODUÇÃO DE LATICÍNIOS, NESTE MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO – BAHIA, INCLUINDO, CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÕES, FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, BEM COMO, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME, TERMO DE CONVENIO Nº 562/2022, CELEBRADO COM A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:**

**1.2. O objeto da licitação tem a natureza de obra, sendo serviços comuns de engenharia, por se enquadrarem na classificação nos termos do parágrafo XXI, do art. 6º, da Lei 14.133, de 2021.**

**1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no anexo do Projeto Básico.**

**1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por preço global.**

**1.5. O prazo de execução é de aproximadamente 180 (cento e oitenta) dias.**

**2. JUSTIFICATIVA, OBJETIVO E SOLUÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** A presente aquisição encontra respaldo no Termo de Convênio nº 562/2022, celebrado entre o Município de Capim Grosso-BA e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), cujo objetivo é estruturar a unidade de beneficiamento de leite e derivados como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar e de desenvolvimento socioeconômico local.

**2.2** Durante a execução do convênio, foi identificado o fracasso parcial do Pregão Eletrônico nº 001/2023, que resultou na ausência de propostas válidas para alguns itens essenciais, comprometendo a integral implementação do projeto. Dessa forma, torna-se imperiosa a realização de uma nova licitação, visando assegurar a aquisição dos equipamentos não contratados, bem como o fornecimento de tubos e conexões e a devida instalação dos equipamentos, sob pena de inviabilizar o funcionamento pleno da unidade produtiva de laticínios.

**2.3** Os equipamentos e materiais a serem adquiridos são de natureza especializada, demandando especificações técnicas rigorosas que atendam às exigências sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis ao setor de laticínios, em conformidade com as normativas da Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Agricultura e demais órgãos de controle.

**2.4** Destaca-se que a implantação da unidade de beneficiamento de leite é um vetor estratégico para:

- O fomento da cadeia produtiva do leite do município;
- A agregação de valor à produção local, com a transformação da matéria-prima em produtos processados como queijos e iogurtes;
- A geração de empregos e renda, contribuindo para a fixação das famílias no campo;



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- A redução das desigualdades sociais e o combate à pobreza rural objetivos diretamente alinhados às diretrizes do Programa de Implementação de Projetos de Apoio à Produção, que financia o convênio.

**2.5** Ademais, os equipamentos, os materiais e os serviços de instalação são essenciais para assegurar o cumprimento do Plano de Trabalho aprovado no convênio, observando as metas pactuadas e o cronograma de execução física e financeira. Sua ausência compromete tanto a funcionalidade do laticínio quanto o alcance dos resultados sociais e econômicos pretendidos.

**2.6** Portanto, a contratação ora proposta é necessária e plenamente justificada, não apenas para atender às obrigações do Termo de Convênio nº 562/2022, mas também para garantir a efetividade da política pública de fortalecimento da agricultura familiar, desenvolvimento territorial e combate à pobreza rural.

**Solução da futura Contratação:**

**2.6** A solução proposta consiste na contratação de uma empresa especializada **PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, VISANDO A INSTALAÇÃO DE UNIDADE DE PRODUÇÃO DE LATICÍNIOS, NESTE MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO – BAHIA, INCLUINDO, CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÕES, FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, BEM COMO, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME, TERMO DE CONVENIO Nº 562/2022, CELEBRADO COM A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR.**

**2.7** A empresa será responsável por fornecer todos os materiais necessários, bem como pela mão de obra qualificada para a realização das atividades conforme as especificações técnicas e normativas vigentes. A solução selecionada para atender às necessidades do município de Capim Grosso/BA consiste na contratação de uma empresa especializada na execução dos serviços de engenharia visando a instalação de unidade de produção de laticínios, incluindo, a confecção e instalação de tubulações, bem como o fornecimento de equipamentos destinados à produção de laticínios, sendo que, essa escolha foi fundamentada em critérios técnicos, legais e operacionais, considerando as especificidades e os desafios associados às demandas de infraestrutura do município.

**2.8** A contratação abrange o conjunto de peças, materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra executada, sem a exigência de regime de dedicação exclusiva, conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e nas planilhas de serviços e insumos diversos, com base no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), ORSE ou outro sistema de especificações e valores para a construção civil

**2.9** A opção por essa solução justifica-se pelos motivos:

- a) Eficiência Operacional:** A execução dos serviços de confecção e instalação de tubulações, aliada ao fornecimento de equipamentos específicos para a produção de laticínios, por empresa especializada, assegura a atuação integrada de profissionais qualificados, reduzindo o tempo de execução e garantindo maior eficiência na implantação da unidade produtiva no Município de Capim Grosso.
- b) Conformidade com Padrões Técnicos e Sanitários:** A adoção de especificações técnicas adequadas, compatíveis com normas de engenharia e exigências sanitárias aplicáveis à atividade de laticínios,



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

garante que os serviços e equipamentos atendam aos padrões de qualidade, segurança alimentar e boas práticas de fabricação, assegurando o pleno funcionamento da unidade.

- c) **Custo-Benefício:** A contratação de empresa que reúna a execução dos serviços e o fornecimento dos equipamentos necessários proporciona maior economicidade, ao evitar a fragmentação da contratação, reduzindo custos operacionais e administrativos, além de garantir melhor compatibilidade entre os sistemas instalados.
- d) **Continuidade e Planejamento:** A solução adotada possibilita a execução dos serviços de forma integrada e planejada, em conformidade com o cronograma estabelecido no Termo de Convênio nº 562/2022, celebrado com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, assegurando o cumprimento dos prazos, a adequada instalação dos equipamentos e o pleno funcionamento da estrutura destinada à produção de laticínios.

**2.10** A proposta de solução consiste na contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de confecção e instalação de tubulações, bem como para o fornecimento de equipamentos destinados à produção de laticínios no Município de Capim Grosso, contemplando o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra qualificada necessários à plena execução do objeto.

**2.11** A contratação será realizada por meio de **Concorrência**, modalidade amplamente recomendada pela Lei nº 14.133/2021 para serviços de engenharia.

**Vantagens da modalidade eletrônica:**

- a) **Transparência:** A modalidade eletrônica permite ampla publicidade e acesso às informações da licitação, garantindo maior concorrência e controle social.
- b) **Eficiência:** O rito processual da modalidade eletrônica é simplificado e ágil, reduz o tempo para a realização da licitação, possibilitando uma contratação mais rápida para atender às necessidades do município.
- c) **Competitividade:** Por ser eletrônica, a modalidade amplia a participação de fornecedores/prestadores de serviços, de diferentes regiões, promovendo maior concorrência e, conseqüentemente, a obtenção de propostas mais vantajosas.
- d) **Aderência às especificações de mercado:** A modalidade é adequada para serviços padronizáveis, permitindo que as especificações técnicas sejam objetivamente definidas e atendidas pelos licitantes.

**2.12** A solução objeto deste Projeto Básico consiste na contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de confecção e instalação de tubulações, bem como o fornecimento de equipamentos destinados à produção de laticínios no Município de Capim Grosso.

**2.13** A contratação se dará por meio de procedimento licitatório na modalidade Concorrência, preferencialmente em sua forma eletrônica, considerando a natureza do objeto, que envolve serviços e fornecimentos de engenharia, além da necessidade de assegurar ampla competitividade, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

**2.14** Ressalta-se que a execução do objeto está vinculada ao Termo de Convênio nº 562/2022, celebrado com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, sendo indispensável a observância das diretrizes, prazos e condições estabelecidas no referido instrumento.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

### **3. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**3.1** Os serviços são considerados “comuns”, pois se enquadram na classificação nos termos do inciso XXI, alínea “a”, do art. 6º, da Lei 14.133, de 2021.

**3.2** É imprescindível que os serviços sejam acompanhados por profissionais habilitados, contratados pela empresa executora, uma vez que a fiscalização da prefeitura se restringe a aferição do serviço e não a orientações no que se refere a sua execução.

**3.3** A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### **4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1** Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- a) A Contratada deverá ser pessoa jurídica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, estando sujeito o contrato à "Anotação de Responsabilidade Técnica – ART", conforme Decisão Normativa CONFEA Nº 42, de 08 de julho de 1992, e Lei Nº 6.496, de 1977. A ART a que o contrato está sujeito deve ser registrada no CREA em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade, conforme RESOLUÇÃO Nº 1.025, de 30 de outubro de 2009.
- b) O Responsável Técnico pela realização dos serviços envolvidos no processo deverá ser um Engenheiro Civil ou profissional equivalente que possa exercer as funções contidas na Resolução CONFEA nº 218, de 29 junho de 1973.
- c) As empresas com seus empregados devem cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme DECRETO-LEI Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- d) Os serviços deverão ser prestados, preferencialmente, durante a jornada de trabalho regular do Órgão Municipal para favorecer o acompanhamento da fiscalização local.
- e) Será obrigatória a exigência e aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança usualmente chamados “normas técnicas” e elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, conforme Lei Nº 4.150, de 21 de novembro de 1962.
- f) Os serviços deverão atender no que couber, às exigências mínimas de aceitabilidade na construção, manutenção e demolição de edifícios públicos a cargo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG estabelecidas nas Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, devidamente atualizadas, constantes dos Anexos da Portaria MARE Nº 2.296, de 23 de julho de 1997.
- g) As especificações técnicas estarão detalhadas no Projeto básico, sob a análise dos fiscais locais. A Contratada deverá adotar, sem prejuízo dos demais normativos, as boas práticas de sustentabilidade ambiental.
- h) A obra em questão deverá seguir o cronograma pré-definido. Na possibilidade de eventual caso de força maior, fatos imprevisíveis e afins, que possam impactar no prazo de execução da obra, a empresa deverá justificar formalmente o Município, do contrário poderá sofrer punições, uma vez que o principal objetivo da entidade é o exercício pleno das funções para atingir o melhor resultado em benefício da população.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- i) Orienta-se que, o prazo de vigência do contrato deverá ser superior ao de execução dos serviços para: Amparar a necessidade de acolher possíveis dilatações do prazo da execução dos serviços, provocadas por fatos alheios à vontade da contratada, sem, contudo, alterar o prazo de vigência do contrato;

Propiciar tempo hábil para que sejam efetuados os pagamentos devidos;

Englobar os recebimentos provisórios e definitivos.

O recebimento da obra provisoriamente será realizado pela fiscalização sob o aval do Secretário Municipal de Infraestrutura, já o definitivo será executado no prazo máximo de 03 (três) meses após a emissão do termo de recebimento provisório, por um servidor ou comissão designada especificamente para tal serviço, visando uma maior segregação de função para que haja verificação dos serviços de forma imparcial.

**4.2** Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

**4.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**4.3.1** Prova de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, e ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou outro Conselho Profissional ao qual os profissionais registrados nos mesmos possuam atribuições e capacidade técnica para executar os serviços exigidos na qualificação técnica do edital (engenheiro mecânico ou Engenheiro de Alimentos com especialização em instalações), da pessoa jurídica e da pessoa física, através da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Certidão de Registro de Pessoa Física, em plena validade.

**4.3.2** Atestado de visita expedida pelo licitador (facultativo). É recomendado à proponente, quando da visita do local da(s) obras(s), que obtenham, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta. Todos os custos associados com a visita ao local da(s) obra(s) serão custeados integralmente pela própria proponente.

**4.3.3** Caso a empresa interessada, opte por realizar a visita técnica, a mesma deverá ser agendada e realizado até 24 horas antes da data da sessão, sendo que, este agendamento, deve ocorrer em horário de expediente do Município, na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

**4.3.4** O atestado de visita a que se refere o item anterior, poderá ser substituído por declaração firmada pelo responsável da empresa e por engenheiro devidamente qualificado, de que conhece o local e as condições da obra, responsabilizando-se pela mesma, independentemente de sua condição.

**4.3.5** Atestado e/ou declaração de execução de obra de características semelhantes complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, em nome do responsável técnico, atendendo os seguintes itens de relevâncias, para serviços de engenharia de instalação de unidade de beneficiamento de leite:

**a) MONTAGEM INDUSTRIAL - REDE DE UTILIDADES**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**b) MONTAGEM INDUSTRIAL - EQUIPAMENTOS**

**4.3.5.1** Obrigatoriamente, o(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante;
- Nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA;
- Identificação do contrato (tipo ou natureza da obra)
- Localização da obra ou dos serviços;
- Serviços executados (Especificação e quantidade dos serviços executados);
- Data do início e término dos serviços.

**4.3.6** Os atestados e/ou declarações deverão ser comprovados através de “Certificado de Acervo Técnico Profissional ATP” do responsável(eis) técnico(os), emitido(s) pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA”, e ou pelo Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

**4.3.7** Declaração de responsabilidade técnica indicando o responsável técnico pela execução da(s) obra(s) até o seu recebimento definitivo pelo Contratante. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do Contratante.

**4.3.8** Comprovação de vínculo empregatício entre o responsável técnico e a proponente, mediante registro em carteira de trabalho e ficha de registro da empresa, e ou contrato de prestação de serviços entre o profissional e a proponente. Para dirigente ou sócio de empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social.

**4.3.9** Em caso de não comprovação de vínculo, conforme, itens anteriores as empresas deverão apresentar declaração de contratação futura do responsável técnico detentor do(s) atestado(s) apresentado(s), devidamente acompanhada da declaração de anuência assinada pelo referido profissional. A comprovação da contratação do referido profissional, deverá ocorrer de forma anterior ao momento da assinatura do termo contratual.

**4.3.10** Relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos a serem disponibilizados para a execução da obra, constando o nome, número do RG, assinatura do responsável legal e nome e número do registro no CREA e assinatura do responsável técnico indicado, com declaração expressa de sua disponibilidade durante a execução, sobre pena de inabilitação.

**4.3.11** Apresentar Relação de Equipe Técnica proposta para execução dos serviços, acompanhada das declarações específica para esta licitação (fazer menção obrigatória ao objeto e número, deste certame), de cada profissional, autorizando a inclusão do seu nome na equipe técnica, devidamente assinada, bem como, a apresentação de registro no conselho competente, para cada profissional, devidamente, válido. A Equipe Técnica deve conter no mínimo:

- a) Engenheiro mecânico;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- b) Engenheiro de Alimentos / Tecnólogo em Laticínios;
- c) Engenheiro Civil;
- d) Engenheiro Eletricista / Automação;
- e) Soldador TIG (Aço Inox);
- f) Montador Industrial/Mecânico;
- g) Eletricista Industrial;
- h) Técnico de Refrigeração;
- i) Médico Veterinário;
- j) Engenheiro ou Técnico de Segurança do Trabalho;

**4.3.12** Apresentar prova de registro obrigatório no MTE para o técnico de segurança do trabalho ou certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia – CREA.

## **5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**5.1.** Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

## **6. VISITA PARA A LICITAÇÃO**

**6.1.** Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar visita nos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, em horário de expediente, devendo o agendamento ser efetuado previamente.

**6.2.** O prazo para visita iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**6.2.1.** Para a visita o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da visita.

**6.3.** A não realização da visita não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**6.4.** A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**7.1.** A execução do objeto seguirá a dinâmica prevista em cronograma em anexo.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

## **8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

**8.1.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas em memorial descritivo com especificações determinadas, promovendo sua substituição quando necessário.

## **9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, a seguir especificadas:

<b>Órgão/Unidade:</b>	02.11.01 SECRETARIA DE OBRAS E PRÉDIOS PÚBLICOS
<b>Projeto/Atividade:</b>	15.452.2.2.080 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E PRÉDIOS PÚBLICOS
<b>Elemento de Despesa:</b>	4.4.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES
<b>Fonte de Recurso:</b>	17010000 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**10.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**10.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**10.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

**10.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

**10.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

**10.6.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

**10.6.1.** exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;

**10.6.2.** direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

**10.6.3.** promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**10.6.4.** considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

**10.7.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

**10.8.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

**10.9.** Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

**10.9.1.** "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

**10.9.2.** comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

**10.9.3.** carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

**10.9.4.** certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

**10.10.** Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1.** Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

**11.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato a partir de relatório disponibilizado por fiscal técnico, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**11.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**11.3.1.** A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade Municipal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;

**11.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**11.5.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos da lei.

**11.6.** A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**11.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

**11.7.1.** A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

**11.8.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**11.9.** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

**11.10.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**11.11.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**11.12.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

**11.13.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

**11.14.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**11.15.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

**11.16.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**11.17.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- 11.18.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.19.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.20.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos da Lei nº 14.133 de 2021;
- 11.21.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.22.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.23. ASSEGURAR À CONTRATANTE:**
- 11.23.1.** O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 11.23.2.** Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 11.24.** Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 11.25.** Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 11.26.** Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 11.27.** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 11.28.** Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 11.29.** Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 11.30.** Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
- 11.31.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- 11.32.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 11.33.** Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 11.34.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 11.35.** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 11.35.1.** Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/77 e 12.378/2010);
- 11.36.** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 11.37.** Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 11.38.** Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 11.39.** Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 11.40.** Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 11.40.1.** Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 11.40.2.** Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**11.40.3.** Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

**11.40.3.1.** Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

**11.41.** Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

**11.41.1.** O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

**11.41.2.** Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

**11.41.2.1.** resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

**11.41.2.2.** resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

**11.41.2.3.** resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

**11.41.2.4.** resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

**11.41.3.** Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

**11.41.4.** Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

**11.42.** Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

**11.42.1.** Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

**11.42.2.** Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152

- Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

**11.42.3.** Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

**11.43.** Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

**11.44.** Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

**11.45.** Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

**11.46.** No caso de execução de obras:

**11.46.1.** Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

**11.46.1.1.** Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, haverá retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

**11.46.2.** Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.

**11.47.** Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratante, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

**11.47.1.** A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Projeto Básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

**11.47.2.** Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

**11.47.3.** A Contratada deverá realizar a aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais para setores específicos definidos em ato do Poder Executivo Federal, quando aplicável, observadas as disposições do art. 3º-A da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, e do Decreto nº 11.889, de 22 de Janeiro de 2024;

**11.48. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA**

**11.48.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no presente contrato e demais documentos anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas, decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Efetuar a entrega do objeto/execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto básico, no presente contrato e demais documentos anexos;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- c) A Contratada deverá substituir, reconstruir, remover, reparar ou corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 05 (cinco) dias o material/serviços nos quais se verificarem vícios, avarias, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- d) A Contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Atender às determinações regulares, emitidas pelo fiscal (is) e gestor (es) do contrato, ou autoridade superior, conforme determinado no art. 137, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por ele (s) solicitado (s);

**11.48.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração Pública ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**11.48.3.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**11.48.4.** Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**11.48.5.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**11.48.6.** Comunicar aos fiscais do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou incidente que obste à execução do objeto contratual;

**11.48.7.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**11.48.8.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

**11.48.9.** Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante;

**11.48.10.** Apresentar os empregados devidamente identificados, com uso de uniformes ou por meio de crachás;

**11.48.11.** Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão nas dependências da Administração para execução do serviço;

**11.48.12.** Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

**11.48.13.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Contratante;

**11.48.14.** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

**11.48.15.** Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto básico, em plena validade;

**11.48.16.** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

**11.48.17.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação, conforme artigo 116 da Lei Federal nº 14.133/2021;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- 11.48.18.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme artigo 116, § único da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 11.48.19.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.48.20.** Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 11.48.21.** Para restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, a Contratada deverá apresentar requerimento formal à Administração, acompanhado de documentação comprobatória dos fatos alegados, ensejadores do eventual desequilíbrio;
- 11.48.22.** O pedido a que se refere a alínea “a” deste inciso, deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação;
- 11.48.23.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 11.48.24.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e/ou utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 11.48.25.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força de execução deste contrato;
- 11.48.26.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre as condições de segurança e disciplina;
- 11.48.27.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 11.48.28.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.48.29.** Indicar preposto para representá-lo durante toda a execução do contrato;
- 11.48.30.** Manter instalações adequadas à execução do contrato;
- 11.48.31.** Dirigir tecnicamente os serviços e obras, executando-os com rigorosa observância ao estabelecido nas Instruções, bem como na forma da lei, respeitando as recomendações das Normas Técnicas Brasileiras, das Normas Técnicas da Concessionária e o Código de Obras do Município.
- 11.48.32.** Fornecer toda a mão de obra, ferramental, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços.
- 11.48.33.** Realizar todos os serviços descritos neste documento, e, diligenciar os casos omissos a fiscalização.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**11.48.34.** Providenciar equipamentos de segurança individuais e coletivos necessários à segurança na execução dos trabalhos, observando as normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

**11.48.35.** Sinalizar, com equipamento adequado, conforme as normas e de acordo com as exigências do Código Nacional de Trânsito, os locais onde estiverem sendo executados os serviços.

**11.48.36.** Utilizar somente pessoal comprovadamente habilitado para todos os serviços técnicos e administrativos.

**11.48.37.** Manter seus empregados identificados e uniformizados.

**11.48.38.** A CONTRATADA deverá registrar Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços junto ao CREA, devendo a ser encaminhada via juntada à primeira Nota Fiscal/Fatura de Serviço.

**11.48.39.** Emitir nota fiscal/documento fiscal, de acordo com a cláusula décima primeira do presente contrato.

**11.48.40.** Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis

## **12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**12.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**12.2.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva

## **13. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

**13.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**13.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**13.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**13.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**13.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**13.6.** A fiscalização da execução do objeto será efetuada pela Srª JORNEI OLIVEIRA DOS SANTOS, devidamente, nomeado pela Portaria nº 526/2025, atendendo aos termos do artigo 117 da Lei 14.133/21.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- 13.7.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 13.8.** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 13.9.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 13.10.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 13.11.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 13.12.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 13.13.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 13.14.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 13.15.** O gestor do contrato será o Sr. Joabe Nathan Rodrigues Ramos, devidamente, nomeado pela Portaria nº 214/2025, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 13.16.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 13.17.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 13.18.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 13.19.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso
- 13.20.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**13.21.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**13.22.** O responsável pela fiscalização da execução da entrega dos serviços objeto deste Edital, ao qual, compete o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, deverá informar ao gestor do contrato, as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato e ainda:

- I. atestar, em documento hábil, o fornecimento e a entrega dos equipamentos e após conferência prévia do objeto contratado encaminhar os documentos pertinentes ao gestor para certificação;
- II. confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;
- III. verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
- IV. comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto, bem como os pedidos de prorrogação, se for o caso;
- V. acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto contratado, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e /ou previstas contratualmente;
- VI. informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato ao gestor do contrato;
- VII. emitir e controlar, periodicamente, as ordens de serviço necessárias para a execução do objeto contratado;

**13.23.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, pelos danos causados a Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

**13.24.** A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração ou do servidor designado para a fiscalização;

**13.25.** À Administração não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.

**13.26.** Ao preposto da empresa vencedora competirá, entre outras atribuições:

- a) representar os interesses da empresa perante a Administração;
- b) realizar os procedimentos administrativos junto a Administração;
- c) manter a Administração informada sobre o andamento e a qualidade dos produtos fornecidos;
- d) comunicar eventuais irregularidades de caráter urgente, por escrito, ao fiscal do contrato com os esclarecimentos julgados necessários.

**13.27.** A empresa contratada deve indicar um responsável pelo serviço, para comunicação entre a fiscalização do contrato e a empresa contratada. Fica a critério da fiscalização, solicitar, a qualquer tempo a substituição de qualquer funcionário da contratada, ao seu exclusivo critério, cabendo à contratada, neste caso, promover a substituição imediata ou no prazo de 05 dias úteis, a contar do recebimento da solicitação, desde que não ocorra prejuízo da continuidade dos serviços, neste caso sendo prorrogado o prazo por igual período.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

- 13.28.** O município de Capim Grosso exercerá ampla fiscalização da Contratada através de equipe de funcionários com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços de manutenção normal e especial.
- 13.29.** A fiscalização deverá ter acesso diário ao sistema informatizado, implementado pela contratada, que contenha os registros de solicitações, manutenções e a relação dos materiais aplicados e ou substituídos em cada serviço executado, conforme medição e cronograma físico-financeiro
- 13.30.** Será permitido, a qualquer horário, o acesso da fiscalização às dependências da Contratada. A Contratada deverá submeter à aprovação da Fiscalização, mensalmente, relatório dos materiais e serviços efetivamente aplicados na execução do objeto, conforme, cronograma físico-financeiro.
- 13.31.** A fiscalização da execução dos serviços, objeto deste Contrato, será feita pelo CONTRATANTE através do profissional qualificado e devidamente credenciado.
- 13.32.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas/serviços executados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 13.33.** A verificação da adequação do fornecimento/do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Projeto básico;
- 13.34.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme §1º, do artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 13.35.** A conformidade do material a ser entregue/do serviço a ser executado, deverá ser verificada junto ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada deste, de acordo com o estabelecido no Projeto básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas;
- 13.36.** A Contratada deverá manter preposto, aceito pelo Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 13.37.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 13.38.** Ficam designados para as funções de gestor, fiscal e fiscal substituto (quando houver), nos termos dos artigos 7º e 117, Lei Federal nº 14.133/2021, os servidores indicados na cláusula terceira do presente contrato;
- 13.39.** A fiscalização de que trata esta cláusula, não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme artigo 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 13.40.** A CONTRATADA deverá permitir que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto do presente contrato; examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir; sob pena de multa e em caso de reincidência na eventual rescisão contratual.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**13.41.** No desempenho destas tarefas, deverão os técnicos do CONTRATANTE, contar com a total colaboração da CONTRATADA.

**13.42.** A CONTRATADA deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança em todos os locais de serviços, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

**13.43.** A CONTRATADA deve manter no canteiro de obra um projeto completo e cópias das: especificações técnicas e memoriais, os quais deverão ficar reservados para o manuseio da fiscalização e do pessoal do órgão financiador das obras.

**13.44.** Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções não revelados até o Recebimento Definitivo, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiro para o CONTRATANTE.

**13.45.** Entende-se por defeito, vício ou incorreção oculta aquele resultante da má execução ou má qualidade de materiais empregados e/ou da aplicação de material em desacordo com as normas e/ou prescrições da ABNT, especificação e/ou memoriais, não se referindo aos defeitos devidos ao desgaste normal de uso. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas relacionadas com a correção, remoção ou substituição do material rejeitado.

**13.46.** Caso a CONTRATADA não execute, total ou parcialmente, qualquer dos itens ou serviços previstos, o CONTRATANTE reserva-se o direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada, a então CONTRATADA responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou garantias e/ou pagamento direto, inclusive será declarada inidônea, ficando suspensa de firmar contrato pelo prazo de 03 (três) anos até 06 (seis) anos, conforme a gravidade da infração e dos danos decorrentes. Caberá, também, a aplicação do Art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **14. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

**14.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o boletim de medição para os devidos pagamentos, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**14.2.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**14.2.1.** não produziu os resultados acordados;

**14.2.2.** deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

**14.2.3.** deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**15. DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**15.1.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação a cada etapa de execução prevista no cronograma físico-financeiro deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo da respectiva etapa, nos termos abaixo:

**15.1.1.** Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

**15.1.2.** Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

**15.1.3.** A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

**15.2.** O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

**15.2.1.** A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

**15.2.2.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**15.2.3.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**15.2.4.** A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados, uma vez que os vícios construtivos poderão estar ocultos, impossibilitando um ateste eficaz.

**15.3.** No prazo de até **03 (três) meses** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato, comissão ou servidor designado, que não o fiscal técnico, deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

**15.3.1.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**15.3.2.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**15.3.3.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**15.4.** Nos contratos de escopo O recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

**15.4.1.** provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante ART de fiscalização expedida, assinado pelas partes, quando na conclusão dos serviços visualmente constatados;

**15.4.2.** definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou visita que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 119 da Lei 14.133/21;

**15.4.3.** O prazo para recebimento definitivo será de 03 (três) meses.

**15.4.4.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

**15.5.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

**15.6.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**16. OS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS SERÃO:**

Valor Global: 378.831,60 (trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e trinta e um reais e sessenta centavos), conforme, planilha de quantidades e valores do Anexo Único, deste termo de referência.

**16.1.** Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

**16.2.** O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

**16.3.** As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

**17. LEVANTAMENTO DE MERCADO:**

**17.1.** Não houve a necessidade de realização de levantamento de mercado, tendo em vista que, como o objeto se trata de obras de engenharia, os valores unitários foram obtidos pelo SINAPI, ORSE, SICRO ou outro sistema disponível para preços atualizados para serviços e obras de engenharia

**18. OS CRITÉRIOS PARA A FORMA DE PAGAMENTO SERÃO:**

**18.1.** O pagamento será efetuado em moeda brasileira corrente, **em até 30 (trinta) dias**, após a apresentação correta da fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, desde que atendidas às condições para liberação das parcelas.

**18.2.** A fiscalização procederá mensalmente, a contar da formalização do contrato de empreitada, à medição mensal ou quinzenal baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro, para que se permita a elaboração do processo de faturamento.

**18.3.** O faturamento de cada parcela mensal, mediante e, após a medição deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**18.3.1.** Nota Fiscal com discriminação resumida dos serviços executados, especificando em separados cada obra, período de execução da etapa, número da licitação e termo de contrato de empreitada, observação referente a retenção do INSS e outros dados que julgar convenientes, na presente rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo licitador.

**18.3.2.** Fatura com discriminação resumida dos serviços executados, especificando em separados cada obra, período de execução da etapa, número da licitação e do termo de contrato de empreitada e outros dados que julgar convenientes, na presente rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo licitador.

**18.3.3.** Cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do último recolhimento devido, devidamente quitada e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para cada obra.

**18.3.4.** A liberação da parcela referente a primeira medição fica condicionada à apresentação:

**18.3.4.1.** Cópia da ART de Execução.

**18.3.4.2.** Da quitação junto ao INSS, através de matrícula e/ou CND.

**18.3.4.3.** Da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRF.

**18.3.5.** A liberação da última parcela fica condicionada à apresentação:

**18.3.5.1.** Da certidão negativa de débitos, expedida pelo INSS, referente ao objeto contratado concluído.

**18.3.5.2.** Do Termo de Recebimento Provisório.

**18.3.5.3.** De comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução da obra, são de inteira responsabilidade da contratada, no que couber.

**18.4.** Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

**18.5.** Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021.

**18.6. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE PAGAMENTO**

**18.7.** Os pagamentos serão feitos através de crédito em conta corrente da empresa a ser contratada, conforme disponibilidade dos dados, no ato da contratação/celebração da ata.

**18.8.** Somente serão efetuados os pagamentos após ser atestado pela Administração do recebimento, conferência e aceite dos serviços/produtos efetivamente entregues e/ou dos serviços efetivamente prestado, tudo de acordo com a Autorização de Fornecimento, não sendo permitidas entregas parciais sem autorização expressa do CONTRATANTE, sob pena de caracterização de inexecução contratual.

**18.9.** O atesto será realizado na Nota Fiscal, e nesta deverá conter a descrição da quantidade e dos produtos efetivamente entregues.

**18.10.** Na Nota Fiscal deverão obrigatoriamente constar destacados em campo próprio todos os impostos, bem como a Contribuição previdenciária e retenções tributárias, relativas ao seu objeto obedecendo as regras de destaque das bases de cálculos relativas à mão de obra, materiais e equipamentos observadas as regras da IN/RFB 2110/2022.

**18.11.** Quando o objeto não comportar a retenção de impostos, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente apresentar Ato Declaratório.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**18.12.** Conforme Art. 116 da IN/RFB 2110/2022, não integram a base de cálculo da retenção, desde que comprovados, valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, exceto os equipamentos manuais, fornecidos pela contratada, devidamente discriminados no contrato e na nota fiscal.

**18.13.** Consideram-se discriminados os valores relativos a material ou equipamentos, quando expressos na nota fiscal, bem como previstos em planilha integrante no contrato.

**18.14.** Na ausência de discriminação dos valores relativos a material ou equipamentos, na forma do item anterior, aplicar-se-á o quanto previsto no Art. 117 da IN/RFB 2110/2022.

**18.15.** Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação de enquadramento em anexo específico, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor;

**18.16.** Haverá retenção na Fonte referente ao IR sobre os pagamentos de fornecimentos de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras, obedecendo às alíquotas previstas na IN/RFB 1.234/2012.

**18.17.** As empresas que não estão sujeitas às retenções do IR na fonte devem apresentar declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da IN/RFB nº 1.234/2012, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal.

**18.18.** É de inteira responsabilidade informar ao Contratante suspensões de cobrança do Imposto em virtude de processos administrativos ou judiciais e as decisões ainda que em caráter liminar devem ser apensadas à nota fiscal.

**18.19.** Na data da apresentação da Nota Fiscal, junto à ela a CONTRATADA deverá juntar Certidão de Regularidade de FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, além das certidões negativas de débitos tributários estadual, municipal e federal (incluindo Dívida Ativa e Seguridade Social), todos em plena vigência, além da Planilha de Composição de Preços, quando se aplicar ao objeto do contrato, sob pena de não pagamento.

**18.20.** Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade do contratado junto aos órgãos fazendários, mediante consulta on-line, cujos comprovantes serão anexados ao processo de pagamento.

**18.21.** Havendo erro na fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a CONTRATADA adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerado, para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura, devidamente corrigida.

**18.22.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajuste de preço.

**18.23.** O pagamento somente será efetuado se a nota fiscal for emitida conforme o exigido.

**18.23.1.** Havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data do atesto da nova nota fiscal aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da contratada

**18.23.2.** Quando se tratar de recursos oriundos de convênio, contrato de repasse ou outro acordo celebrado com o Estado da Bahia ou com a União, o pagamento de fatura, em favor do CONTRATADO, ficará condicionado à liberação de recursos financeiros destes entes, conforme, o caso.

## **19. DA GARANTIA / CAUÇÃO CONTRATUAL**

**19.1.** A licitante vencedora prestará garantia ao Contrato, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor global, nas modalidades definidas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que lhe será devolvida



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

após o término da vigência contratual, mediante solicitação por escrito, descontado, se for o caso, o valor das multas porventura aplicadas e ainda não pagas pela empresa licitante vencedora.

**19.2.** Caberá à licitante vencedora optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) caução em dinheiro, conforme, dados a serem fornecidos pela Contratante.
- c) Seguro-Garantia – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da SEMOB, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato;
- d) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**19.3.** Caso a Licitante opte pela prestação da garantia na modalidade prevista na alínea “b” do item 17.2, deverá fazê-lo no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato. O comprovante de que a contratada prestou garantia nas demais modalidades deverão ser entregue ao Gestor e Fiscal do Contrato, em até 10 (dez) dias corridos, após a data de assinatura do contrato. A ordem de serviço só será emitida após a constituição da garantia.

**19.4.** A Prefeitura restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento.

**19.5.** Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a Prefeitura, nos termos da legislação vigente.

**19.6.** Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

**19.7.** Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

**19.8.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

## **20. DO REAJUSTAMENTO**

**20.1.** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC. É um índice mais adequado para fazer o reajuste de contratos municipais, ele é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é um órgão responsável por produzir informações sobre o país. Por isso, é um índice confiável e reconhecido no mercado.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**20.2.** Por fim, a escolha do INPC como índice de reajuste é importante para manter o equilíbrio financeiro dos contratos, tanto para as empresas contratadas como para os órgãos públicos contratantes. Dessa forma, o INPC é uma opção justa e segura para a realização de reajustes de contratos municipais.

**20.2.1.** A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

**20.2.2.** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**20.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**20.4.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**20.5.** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

## **21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**21.1.** Nos termos do previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021, as sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Capim Grosso – Bahia, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme, a seguir:

**21.1.1. ADVERTÊNCIA:** será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.

**21.1.2. MULTA:** será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto do processo e compreenderá:

I - 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do fornecimento, pelo atraso no atendimento do magistrado, considerando o prazo previsto no projeto básico/termo de referência, salvo por motivo de força maior;

II - 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do fornecimento, pelo atraso na entrega do objeto, considerando o prazo previsto no projeto básico /termo de referência, salvo por motivo de força maior;

III - 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do fornecimento, pelo descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas no edital e seus anexos, caso não haja previsão de multa específica, salvo por motivo de força maior.

**21.1.3.** Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o Município de Capim Grosso – Bahia, poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual da empresa.

**21.1.4.** Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, a CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.

**21.1.5.** Na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, o MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO -BAHIA inscreverá o valor em dívida ativa.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**21.1.6.** IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta do Município de Capim Grosso - Bahia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**21.1.7.** não manter a proposta durante o período em que estiver contratada, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**21.1.8.** não atender às autorizações de fornecimento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**21.1.9.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do processo sem motivo justificado;

**21.1.10.** DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo ou a execução do contrato;
- b) fraudar o processo ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

**21.2.** É admitida a reabilitação da contratada perante o MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO - BAHIA, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;

**21.3.** transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**21.4.** cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

**21.5.** análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**21.6.** Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO - BAHIA e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

**21.7.** Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração deste MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO - BAHIA, a CONTRATADA, conforme o caso, ficará isenta das penalidades mencionadas.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**21.8.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

**21.9.** Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa:

**22. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

**22.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**22.1.1.** § 1º. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**22.1.2.** § 2º. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**22.1.3.** § 3º. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**22.1.4.** § 4º. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**22.1.5.** § 5º. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados, quando for o caso, o cumprimento dos deveres da presente CLÁUSULA, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**22.1.6.** § 6º. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa CLÁUSULA, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**22.1.7.** § 7º. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**22.1.8.** § 8º. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**22.1.9.** § 9º. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável e estruturado (LGPD, art. 25)

**22.1.10.** § 10º. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**22.1.11.** § 11º. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**22.1.12.** § 12º. O Contratado deverá, caso receba qualquer comunicação de qualquer pessoa em relação ao Processamento de Dados Pessoais do Contratante (incluindo Titulares dos Dados ou autoridades de proteção de dados):

- a) Notificar o Contratante no prazo de 1 dia útil após o seu recebimento;
- b) Fornecer toda assistência razoavelmente solicitada pelo Contratante para permitir que este responda a respectiva solicitação; e
- c) Não responder solicitações diretamente sem autorização por escrito do Contratante.

**22.2.** § 13º. O Fornecedor deverá implementar e manter as medidas técnicas e organizacionais necessárias para a proteção dos Dados Pessoais do Contratante, contra destruição acidental ou ilegal, danos, perdas, alterações, divulgação ou acesso não autorizados, sem prejuízo do cumprimento de qualquer outra medida exigida pelas leis de proteção de dados aplicáveis. O Contratado deverá assegurar que qualquer pessoa autorizada a processar os Dados Pessoais do Cliente esteja vinculada a obrigações contratuais de confidencialidade

**23. ESTIMATIVA E REFERENCIAIS DE PREÇOS.**

**23.1.** O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo. Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes **Anexos**:

- Anexo I – Planilha Orçamentária;
- Anexo II – Cronograma físico-financeiro;
- Anexo III – Planilha Estimativa de Composição de BDI;
- Anexo IV – Planilha de Composição de preços

Capim Grosso/BA, 26 de fevereiro de 2026

**Emanuel Mendes Gonçalves**  
Secretário de Obras e Prédios Públicos  
Responsável pela elaboração do Termo de Referência



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

**ANEXO ÚNICO**

			Obra	Bancos	B.D.I.		Encargos Sociais		
			MONTAGEM INDUSTRIAL - UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE LEITE - CAPIM GROSSO	SINAPI - 08/2025 - Bahia SBC - 09/2025 - Bahia SICRO3 - 04/2025 - Bahia ORSE - 07/2025 - Sergipe SEINFRA - 028 - Ceará	20,76%		Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.		
Orçamento Sintético									
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			MONTAGEM INDUSTRIAL - REDE DE UTILIDADES		1		128.535,30	128.535,30	33,93 %
1.1			TUBULAÇÃO DE AR COMPRIMIDO - LINHA PRINCIPAL		1		5.120,00	5.120,00	1,35 %
1.1.1	96679	SINAPI	TUBO, PPR, DN 50, CLASSE PN 25, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022 (REDE DE AR COMPRIMIDO)	M	45	62,93	75,99	3.419,55	0,90 %
1.1.2	96742	SINAPI	LUVA, PPR, DN 50 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024 (REDE DE AR COMPRIMIDO)	UN	15	21,00	25,35	380,25	0,10 %
1.1.3	96751	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PPR, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024 (REDE DE AR COMPRIMIDO)	UN	12	25,50	30,79	369,48	0,10 %
1.1.4	13555	ORSE	Válvula de esfera em aço d = 1 1/2", com alavanca azul, Docol ou similar - Fornecimento e Instalação (REDE DE AR COMPRIMIDO)	un	3	207,40	250,45	751,35	0,20 %
1.1.5	96760	SINAPI	TÊ, PPR, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024 (REDE DE AR COMPRIMIDO)	UN	2	42,32	51,10	102,20	0,03 %
1.1.6	052819	SBC	CAP/TAMPAO PPR AGUA QUENTE 50mm - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (REDE DE AR COMPRIMIDO)	UN	3	26,83	32,39	97,17	0,03 %
1.2			TUBULAÇÃO PARA LINHA DE VAPOR - LINHA PRINCIPAL		1		9.885,36	9.885,36	2,61 %
1.2.1	95697	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CONEXÃO SOLDADA, DN 40 (1 1/2"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	60	104,20	125,83	7.549,80	1,99 %
1.2.2	055953	SBC	CURVA 90 RAO LONGO ACO CARBONO SCH 40 1 1/2"" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	12	40,77	49,23	590,76	0,16 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

1.2.3	055340	SBC	TE 90 ACO CARBONO SCH 40 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	60,37	72,90	291,60	0,08 %
1.2.4	022046	Próprio	REDUÇÃO CONCENTRICA 1.1/2" x 3/4" AÇO CARBONO SCH40 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	43,89	53,00	159,00	0,04 %
1.2.5	022045	Próprio	VALVULA ESFERA TRIPARTIDA 1.1/2" AÇO CARBONO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	267,93	323,55	1.294,20	0,34 %
<b>1.3</b>			<b>REVESTIMENTO DA TUBULAÇÃO - VAPOR</b>		<b>1</b>		<b>16.996,34</b>	<b>16.996,34</b>	<b>4,49 %</b>
1.3.1	022047	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBO DE LÃ DE ROCHA (CALHA BIPARTIDA) THERMAX 1.1/2" x 63MM	M	60	139,36	168,29	10.097,40	2,67 %
1.3.2	022048	Próprio	TUBO DE LÃ DE ROCHA (CALHA BIPARTIDA) THERMAX 3/4" x 40MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	18	111,36	134,47	2.420,46	0,64 %
1.3.3	0127	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SELO DE ALUMÍNIO 1/2" EM ISOLAMENTO TÉRMICO (PACOTE COM 100 SELOS)	un	3	45,36	54,77	164,31	0,04 %
1.3.4	071844	SBC	FITA ALUMINIZADA COMUM PARA REFRIGERACAO 45X40M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	4,53	5,47	10,94	0,00 %
1.3.5	012349	Próprio	CINTA DE ALUMÍNIO 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	3	221,36	267,31	801,93	0,21 %
1.3.6	012348	Próprio	ISOLAMENTO TÉRMICO EM ALUMÍNIO CORRUGADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	30	96,65	116,71	3.501,30	0,92 %
<b>1.4</b>			<b>TUBULAÇÃO PARA LINHA DE CONDENSADO - LINHA PRINCIPAL</b>		<b>1</b>		<b>8.578,12</b>	<b>8.578,12</b>	<b>2,26 %</b>
1.4.1	95697	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CONEXÃO SOLDADA, DN 40 (1 1/2"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	50	104,20	125,83	6.291,50	1,66 %
1.4.2	055953	SBC	CURVA 90 RAO LONGO ACO CARBONO SCH 40 1 1/2" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	12	40,77	49,23	590,76	0,16 %
1.4.3	055715	SBC	TE 90 GALVANIZADO 1.1/2" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	52,36	63,22	189,66	0,05 %
1.4.4	022046	Próprio	REDUÇÃO CONCENTRICA 1.1/2" x 3/4" AÇO CARBONO SCH40 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	43,89	53,00	212,00	0,06 %
1.4.5	022045	Próprio	VALVULA ESFERA TRIPARTIDA 1.1/2" AÇO CARBONO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	267,93	323,55	1.294,20	0,34 %
<b>1.5</b>			<b>REVESTIMENTO DA TUBULAÇÃO - CONDENSADO</b>		<b>1</b>		<b>14.696,00</b>	<b>14.696,00</b>	<b>3,88 %</b>
1.5.1	022047	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBO DE LÃ DE ROCHA (CALHA BIPARTIDA) THERMAX 1.1/2" x 63MM	M	50	139,36	168,29	8.414,50	2,22 %
1.5.2	022048	Próprio	TUBO DE LÃ DE ROCHA (CALHA BIPARTIDA) THERMAX 3/4" x 40MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	18	111,36	134,47	2.420,46	0,64 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

1.5.3	0127	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SELO DE ALUMÍNIO 1/2" EM ISOLAMENTO TÉRMICO (PACOTE COM 100 SELOS)	un	3	45,36	54,77	164,31	0,04 %
1.5.4	071844	SBC	FITA ALUMINIZADA COMUM PARA REFRIGERACAO 45X40M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	4,53	5,47	10,94	0,00 %
1.5.5	012349	Próprio	CINTA DE ALUMÍNIO 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	221,36	267,31	534,62	0,14 %
1.5.6	012348	Próprio	ISOLAMENTO TÉRMICO EM ALUMÍNIO CORRUGADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	27	96,65	116,71	3.151,17	0,83 %
<b>1.6</b>			<b>TUBULAÇÃO PARA LINHA DE ÁGUA GELADA - LINHA PRINCIPAL</b>		<b>1</b>		<b>7.238,10</b>	<b>7.238,10</b>	<b>1,91 %</b>
1.6.1	96722	SINAPI	TUBO, PPR, DN 50 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	45	35,28	42,60	1.917,00	0,51 %
1.6.2	0222051	Próprio	CURVA 90 GRAUS PPR VERDE, DN 50MM, PN12 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	12	42,47	51,28	615,36	0,16 %
1.6.3	022049	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REGISTRO ESFERA 50MM PPR/METAL	un	4	583,93	705,15	2.820,60	0,74 %
1.6.4	96760	SINAPI	TÊ, PPR, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	3	42,32	51,10	153,30	0,04 %
1.6.5	052730	SBC	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL EM LATAO ROSCA BSP 1.1/2"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	146,93	177,43	532,29	0,14 %
1.6.6	055423	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1.1/2"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	6	41,72	50,38	302,28	0,08 %
1.6.7	96742	SINAPI	LUVA, PPR, DN 50 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	15	21,00	25,35	380,25	0,10 %
1.6.8	022072	Próprio	LUVA MISTA 32 x 1" PPR PN 12, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	6	71,36	86,17	517,02	0,14 %
<b>1.7</b>			<b>REVESTIMENTO DA TUBULAÇÃO - ÁGUA GELADA</b>		<b>1</b>		<b>12.969,11</b>	<b>12.969,11</b>	<b>3,42 %</b>
1.7.1	022104.4	Próprio	TUBO ISOLANTE ELASTOMÉRICO ARMAFLEX R050 28.5MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	45	139,30	168,21	7.569,45	2,00 %
1.7.2	012350	Próprio	TUBO ISOLANTE ELASTOMÉRICO ARMAFLEX R032 27MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	12	134,41	162,31	1.947,72	0,51 %
1.7.3	0127	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SELO DE ALUMÍNIO 1/2" EM ISOLAMENTO TÉRMICO (PACOTE COM 100 SELOS)	un	2	45,36	54,77	109,54	0,03 %
1.7.4	070063	SBC	ADESIVO PARA TUBO DE ESPUMA ELASTOMERICA - LATA 900ML FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	146,37	176,75	707,00	0,19 %
1.7.5	012349	Próprio	CINTA DE ALUMÍNIO 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	221,36	267,31	534,62	0,14 %





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

1.7.6	012348	Próprio	ISOLAMENTO TÉRMICO EM ALUMÍNIO CORRUGADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	18	96,65	116,71	2.100,78	0,55 %
<b>1.8</b>			<b>TUBULAÇÃO PARA LINHA DE ÁGUA GELADA - LINHA DE RETORNO</b>		<b>1</b>		<b>6.082,78</b>	<b>6.082,78</b>	<b>1,61 %</b>
1.8.1	96722	SINAPI	TUBO, PPR, DN 50 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	45	35,28	42,60	1.917,00	0,51 %
1.8.2	0222051	Próprio	CURVA 90 GRAUS PPR VERDE, DN 50MM, PN12 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	14	42,47	51,28	717,92	0,19 %
1.8.3	022049	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REGISTRO ESFERA 50MM PPR/METAL	un	3	583,93	705,15	2.115,45	0,56 %
1.8.4	96760	SINAPI	TÊ, PPR, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	42,32	51,10	51,10	0,01 %
1.8.5	052730	SBC	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL EM LATAO ROSCA BSP 1.1/2" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	146,93	177,43	354,86	0,09 %
1.8.6	055423	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1.1/2" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	41,72	50,38	201,52	0,05 %
1.8.7	96742	SINAPI	LUVA, PPR, DN 50 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	15	21,00	25,35	380,25	0,10 %
1.8.8	022072	Próprio	LUVA MISTA 32 x 1" PPR PN 12, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	71,36	86,17	344,68	0,09 %
<b>1.9</b>			<b>REVESTIMENTO DA TUBULAÇÃO - RETORNO DE ÁGUA GELADA</b>		<b>1</b>		<b>12.418,77</b>	<b>12.418,77</b>	<b>3,28 %</b>
1.9.1	022104.4	Próprio	TUBO ISOLANTE ELASTOMÉRICO ARMAFLEX R050 28.5MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	45	139,30	168,21	7.569,45	2,00 %
1.9.2	012350	Próprio	TUBO ISOLANTE ELASTOMÉRICO ARMAFLEX R032 27MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	9	134,41	162,31	1.460,79	0,39 %
1.9.3	070063	SBC	ADESIVO PARA TUBO DE ESPUMA ELASTOMERICA - LATA 900ML FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	146,37	176,75	176,75	0,05 %
1.9.4	012348	Próprio	ISOLAMENTO TÉRMICO EM ALUMÍNIO CORRUGADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	22	96,65	116,71	2.567,62	0,68 %
1.9.5	0127	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SELO DE ALUMÍNIO 1/2" EM ISOLAMENTO TÉRMICO (PACOTE COM 100 SELOS)	un	2	45,36	54,77	109,54	0,03 %
1.9.6	012349	Próprio	CINTA DE ALUMÍNIO 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	221,36	267,31	534,62	0,14 %
<b>1.10</b>			<b>LINHA DE ÁGUA COMUM - TUBULAÇÃO PRINCIPAL</b>		<b>1</b>		<b>3.823,21</b>	<b>3.823,21</b>	<b>1,01 %</b>
1.10.1	96720	SINAPI	TUBO, PPR, DN 32 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	60	17,60	21,25	1.275,00	0,34 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

1.10.2	96739	SINAPI	LUVA, PPR, DN 32 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	20	8,66	10,45	209,00	0,06 %
1.10.3	052729	SBC	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL EM LATAO ROSCA BSP 1" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	75,90	91,65	183,30	0,05 %
1.10.4	055423	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1.1/2" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	41,72	50,38	201,52	0,05 %
1.10.5	022072	Próprio	LUVA MISTA 32 x 1" PPR PN 12, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	71,36	86,17	344,68	0,09 %
1.10.6	022064	Próprio	VÁLVULA ESFERA TRIPARTIDA 1", PASSAGEM PLENA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	6	128,61	155,30	931,80	0,25 %
1.10.7	0222051	Próprio	CURVA 90 GRAUS PPR VERDE, DN 50MM, PN12 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	12	42,47	51,28	615,36	0,16 %
1.10.8	96758	SINAPI	TÊ, PPR, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	3	17,27	20,85	62,55	0,02 %
<b>1.11</b>			<b>ISOLAMENTO RESERVATÓRIO 3.000L</b>		<b>1</b>		<b>7.792,21</b>	<b>7.792,21</b>	<b>2,06 %</b>
1.11.1	1430	ORSE	Caixa d'água em fibra de vidro - instalada, sem estrutura de suporte cap. 3.000 litros (Fornecimento e instalação)	un	1	1.757,48	2.122,33	2.122,33	0,56 %
1.11.2	022051	Próprio	Isolamento térmico de reservatório da caixa d'água de fibra de vidro de 3000L, utilizando materiais como: resina de poliéster L-500; manta 450; placas de poliuretano de 50mm (0,50x1,00m) catalisador mek e acelerador de cobalto. Fornecimento e Instalação	un	1	4.695,17	5.669,88	5.669,88	1,50 %
<b>1.12</b>			<b>PIPE RACK E SUPORTES</b>		<b>1</b>		<b>22.935,30</b>	<b>22.935,30</b>	<b>6,05 %</b>
1.12.1	022104.5	Próprio	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE SUPORTES PARA AS 2 LINHAS DE TUBULAÇÕES DE LEITE NA ÁREA DE PRODUÇÃO. CONFECÇÃO EM AÇO AÇO INOX AISI 304 DE TUBO RETANGULAR DE 30 X 20 MM COM PAREDE MÍNIMA DE 2MM. DIMENSÕES APROXIMADAS: 300MM DE LARGURA E 300MM DE ALTURA COM FIXAÇÃO EM PARAFUSO ATRAVESSANDO PAREDE DE 150MM E COM ABRAÇADEIRA SUPORTE 1.1/2" INOX AISI 304 PARA TUBULAÇÃO DE INOX	un	20	58,78	70,98	1.419,60	0,37 %
1.12.2	0123/111	Próprio	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE SUPORTES PARA AS 6 LINHAS DE TUBULAÇÕES (VAPOR, CONDENSADO, AR COMPRIMIDO, ÁGUA GELADA, RETORNO DE ÁGUA GELADA E ÁGUA COMUM) NA ÁREA DE PRODUÇÃO. CONFECÇÃO EM AÇO INOX AISI 304 DE TUBO RETANGULAR DE 50 X 30MM COM PAREDE MÍNIMA	un	30	122,68	148,14	4.444,20	1,17 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

			DE 2MM. DIMENSÕES APROXIMADAS: 750MM DE LARGURA E 380MM DE ALTURA COM FIXAÇÃO EM PARAFUSO ATRAVESSANDO PAREDE DE 150MM COM SUPORTE ABRAÇADEIRA EM AÇO INOX AISI 304						
1.12.3	022052	Próprio	CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA EM AÇO, DE PASSAGEM AÉREA PARA TUBULAÇÃO DE VAPOR, CONDENSADO, AR COMPRIMIDO E ÁGUA GELADA E ÁGUA COMUM EM ESTRUTURA DUPLA TRELIÇADA COM 8,50 METROS DE COMPRIMENTO E 5,00 DE ALTURA FIXADA NO BLOCO DE CONCRETO (APROXIMADAMENTE 0,90x0,50x0,70m)(L x C x A), CHUMBADA NO SOLO (H=1,5M DE PROFUNDIDADE) - COMPOSTO POR TUBO INDUSTRIAL LQ RT 3,00 X 30 X 50 NBR6591; TUBO INDUSTRIAL LQ RD 3,00 X 101,60 NBR6591; TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA	un	1	10.636,72	12.844,90	12.844,90	3,39 %
1.12.4	0125/2026	Próprio	CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA EM AÇO PARA TANQUE DE RESFRIAMENTO 2000L, MEDIDA 2,50X2,60M, PROVER CHAPA METALICA PARA ESTRUTURA LATERAL COM 500MM DE LARGURA PARA APOIO DO TANQUE FABRICADO COM METALOM 100X100 NA CHAPA 16. TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA, POSSUI ESCADA PARA ACESSO AO PATAMAR ; TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA	UN	1	3.500,00	4.226,60	4.226,60	1,12 %
2			INOX		1		111.108,11	111.108,11	29,33 %
2.1	0222029	Próprio	ABRAÇADEIRA ARTICULADA DE AÇO INOX 304 - 1.1/2" COM LUVA DE 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	30	127,87	154,41	4.632,30	1,22 %
2.2	0123/113	Próprio	CURVA 90° DE AÇO INOX 304 - 1.1/2"X1,50MM/PIPE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	23	51,41	62,08	1.427,84	0,38 %
2.3	0123/115	Próprio	TUBO SEM COSTURA DE AÇO INOX 304 - 1.1/2"X1,50MM/PIPE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	115	81,01	97,82	11.249,30	2,97 %
2.4	0123/119	Próprio	REDUÇÃO 2" x 1.1/2" INOX 304 X1,50MM/PIPE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	67,31	81,28	162,56	0,04 %
2.5	0123/118	Próprio	REDUÇÃO 1.1/2X1" INOX 304 X1,50MM/PIPE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	45,13	54,49	54,49	0,01 %
2.6	0123/117	Próprio	VÁLVULA BORBOLETA DE AÇO INOX 304 - 1.1/2"X1,50MM/PIPE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	25	602,41	727,47	18.186,75	4,80 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

2.7	0123/116	Próprio	UNIÃO SMS DE AÇO INOX 304 - 1.1/2"X1,50MM/PIPE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	35	219,41	264,95	9.273,25	2,45 %
2.8	0123/114	Próprio	TÊ RETO DE AÇO INOX 304 - 1.1/2"X1,50MM/PIPE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	8	89,52	108,10	864,80	0,23 %
2.9	0123/124	Próprio	PONTA DE ROSCA INOX AISI 304 PIPE 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	4	31,12	37,58	150,32	0,04 %
2.10	0123/125	Próprio	ABRAÇADEIRA DE AÇO INOX 304 - 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	4	44,41	53,62	214,48	0,06 %
2.11	022060	Próprio	TUBO SEM COSTURA INOX 304 - 2" X1,50 MM/PIPE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	5	217,91	263,14	1.315,70	0,35 %
2.12	0123/127	Próprio	MANGUEIRA TRAQUEADA ALIMENTÍCIA 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	25	52,41	63,29	1.582,25	0,42 %
2.13	0123/128	Próprio	Filtro – In – Line. Entrada e saída com 1.1/2", com elemento filtrante em tela de aço inox com malha 60 e tecido metálico em aço inox 304.	un	3	352,91	426,17	1.278,51	0,34 %
2.14	0123/132	Próprio	TANQUE PULMÃO COM CAPACIDADE DE 400L, diametro 70 cm e altura 120 cm. TOTALMENTE EM AÇO INOX AISI 304 com chapa escovada em grão 360 (espessura da chapa 1.5 com spray ball). Deve possuir duas tampas em inox com alça. A entrada do produto deve ser parte superior. Saída: tubulação inox aisi 304 com 1" e registro em inox 1". 3 pés de sustentação com altura 30 cm, emborrachado na extremidade, toda estrutura em aço inox AISI 304 com acabamento polido sanitário.	un	1	7.626,37	9.209,60	9.209,60	2,43 %
2.15	022061	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BOMBA SANITÁRIA AUTO-ASPIRANTE PARA LATICÍNIO Vazão: 1.500 L/h Altura manométrica: 20–25 m.c.a. Fluido: leite / soro / água de CIP Temperatura máx.: 90 °C Corpo e partes molhadas: inox AISI 316L Conexões: DN25 – SMS Vedação: selo mecânico sanitário EPDM Acabamento interno: Ra ≤ 0,8 µm Motor: 0,5 kW – IP55 – 220/380 V – 60 Hz Compatível com CIP quente POSSUI quadro de acionamento elétrico com botoeiras ON/OFF E INVERSOR DE FREQUENCIA PARA REGULAR A VAZÃO	un	1	3.526,86	4.259,03	4.259,03	1,12 %
2.16	0222066	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BOMBA SANITÁRIA Bomba centrífuga sanitária para transferência de produto, equipado com rotor, palhetas e carenagem, construídos totalmente em aço inox aisi – 304 com acabamento polido sanitário, com selo mecânico de vedação em “viton” (suporta altas ou baixas temperaturas), entrada e saída com conexões “sms” de diâmetro 1.1/2”, VAZÃO 1500 L/H, motor elétrico com eixo em aço inox aisi – 304, com potência de 1 cv, sistema de alimentação elétrica do	UN	4	6.251,02	7.548,73	30.194,92	7,97 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

			motor para rede MONOFASICA 220 volts. Incluso capa meia lua em inox aisi 304.						
2.17	0222064	Próprio	Bomba sanitária para iogurte bomba de deslocamento positivo sanitária, destinada ao recalque de iogurte em linha de processamento e envase, atendendo às condições operacionais, sanitárias. •Bomba de deslocamento positivo tipo LÓBULOS SANITÁRIA, de rotores sincronizados •Projeto adequado para produtos viscosos e pastosos •Operação com baixo cisalhamento, sem degradação da estrutura do produto Não serão aceitas bombas centrífugas ou de princípio construtivo incompatível com produtos viscosos e sensíveis. Bomba Positiva p/liquido pastoso em Aço AISI 304. Construída: em aço inoxidável AISI – 304, Finalidade: Transferência de iogurte, Capacidade: 1500 lts/h, Sucção:1 ½ M/SMS Recalque: 1 ½ M/SMS, Capa: Construída em aço inoxidável, Acabamento: interno polido sanitário. •Tensão220 V AC (monofásico), GRAU DE PROTEÇÃO IP55 •Potência 1100 W •Consumo energético1,1 kWh •Frequência60 Hz •Capacidade de fluxo1,5 L/h •Velocidade de rotação do motor Até 1120 rpm •Dimensões (C x L x A)1050 x 262 x 295 mm •Peso 70 kg •Temperatura do produto: 25 °C •Altura manométrica estática: 3 metros •Altura manométrica total estimada: mínimo 5 mca •Regime de operação: Contínua •Acabamento interno: Sanitário, polimento ≤ 0,8 µ •Vedação: Selo mecânico sanitário simples, compatível com produtos alimentícios •Elastômeros: EPDM ou Viton, grau alimentício, compatíveis com CIP •Conexões: SMS •Compatibilidade com CIP: Obrigatória •Controle de vazão: Compatível com inversor de frequência (fornecimento o OBRIGATORIO) •POSSUI quadro de acionamento elétrico com botoeiras ON/OFF E INVERSOR DE FREQUENCIA PARA REGULAR A VAZÃO. Materiais em conformidade com normas sanitárias para indústria de alimentos Projeto compatível com boas práticas de fabricação (BPF) Equipamento novo, sem uso, com placa de identificação do fabricante	UN	1	13.008,83	15.709,46	15.709,46	4,15 %
2.18			<b>PLATAFORMA RESERVATÓRIO DE SORO</b>		1		1.342,55	1.342,55	0,35 %





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

2.18.1	102613	SINAPI	CAIXA D'ÁGUA EM POLIÉSTER REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO, 1000 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2021	UN	1	619,30	747,86	747,86	0,20 %
2.18.2	94705	SINAPI	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 40 MM X 1 1/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	33,98	41,03	82,06	0,02 %
2.18.3	052510	SBC	CURVA 90 PVC RIGIDO ROSCA 1" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	21,98	26,54	53,08	0,01 %
2.18.4	96720	SINAPI	TUBO, PPR, DN 32 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	3	17,60	21,25	63,75	0,02 %
2.18.5	022064	Próprio	VÁLVULA ESFERA TRIPARTIDA 1", PASSAGEM PLENA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	128,61	155,30	310,60	0,08 %
2.18.6	052444	SBC	NIPLE PARALELO PVC ROSCA 1" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	17,64	21,30	85,20	0,02 %
<b>3</b>			<b>MONTAGEM INDUSTRIAL - EQUIPAMENTOS</b>		<b>1</b>		<b>139.188,19</b>	<b>139.188,19</b>	<b>36,74 %</b>
<b>3.1</b>			<b>PRESSURIZAÇÃO DO CONDENSADO</b>		<b>1</b>		<b>1.885,99</b>	<b>1.885,99</b>	<b>0,50 %</b>
3.1.1	W012386	Próprio	REDUÇÃO 1.1/2" x 3/4" AÇO CARBONO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	40,19	48,53	97,06	0,03 %
3.1.2	012360	Próprio	PONTA DE ROSCA 3/4" SCH40 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	58,00	70,04	140,08	0,04 %
3.1.3	091025	AGETOP CIVIL	VÁLVULA DE ESFERA TRIPARTIDA 3/4", PASSAGEM PLENA, ROSCA NPT, CLASSE 300 - NORMA ASME B16.34. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Un	2	192,16	232,05	464,10	0,12 %
3.1.4	012311	Próprio	PURGADOR INOX 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	495,38	598,22	598,22	0,16 %
3.1.5	052284	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 3/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	6	12,51	15,10	90,60	0,02 %
3.1.6	055454	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 3/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	70,29	84,88	169,76	0,04 %
3.1.7	055958	SBC	CURVA 90 RAO LONGO ACO CARBONO SCH 40 3/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	20,17	24,35	48,70	0,01 %
3.1.8	92690	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	3	76,59	92,49	277,47	0,07 %
<b>3.2</b>			<b>VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO - ENTRADA DE VAPOR</b>		<b>1</b>		<b>740,15</b>	<b>740,15</b>	<b>0,20 %</b>



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.2.1	95697	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CONEXÃO SOLDADA, DN 40 (1 1/2"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	3	104,20	125,83	377,49	0,10 %
3.2.2	055961	SBC	CURVA 90 RAIO CURTO ACO CARBONO SCH 40 1.1/2"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	37,75	45,58	45,58	0,01 %
3.2.3	071841	AGETOP CIVIL	PARAFUSO CABEÇA ABAULADA (FRANCES) M16 X 150 MM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Un	4	10,54	12,72	50,88	0,01 %
3.2.4	022063	Próprio	FLANGE LISA WCB 150lb 1.1/2" 4 FUROS FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	75,69	91,40	91,40	0,02 %
3.2.5	0123578	Próprio	JUNTA GRAFITADA 1.1/2" ALTA TEMPERATURA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	72,38	87,40	174,80	0,05 %
<b>3.3</b>			<b>VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO - SAÍDA DE VAPOR</b>		<b>1</b>		<b>740,15</b>	<b>740,15</b>	<b>0,20 %</b>
3.3.1	95697	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CONEXÃO SOLDADA, DN 40 (1 1/2"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	3	104,20	125,83	377,49	0,10 %
3.3.2	055961	SBC	CURVA 90 RAIO CURTO ACO CARBONO SCH 40 1.1/2"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	37,75	45,58	45,58	0,01 %
3.3.3	071841	AGETOP CIVIL	PARAFUSO CABEÇA ABAULADA (FRANCES) M16 X 150 MM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Un	4	10,54	12,72	50,88	0,01 %
3.3.4	022063	Próprio	FLANGE LISA WCB 150lb 1.1/2" 4 FUROS FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	75,69	91,40	91,40	0,02 %
3.3.5	0123578	Próprio	JUNTA GRAFITADA 1.1/2" ALTA TEMPERATURA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	72,38	87,40	174,80	0,05 %
<b>3.4</b>			<b>VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO</b>		<b>1</b>		<b>24.691,19</b>	<b>24.691,19</b>	<b>6,52 %</b>
3.4.1	022063	Próprio	FLANGE LISA WCB 150lb 1.1/2" 4 FUROS FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	75,69	91,40	91,40	0,02 %
3.4.2	055422	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	13	14,64	17,67	229,71	0,06 %
3.4.3	055716	SBC	TE 90 GALVANIZADO 1"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	5	27,37	33,05	165,25	0,04 %
3.4.4	9012	ORSE	Válvula esfera em aço carbono NPT d=1", classe 300 (Forneimento e Instalação)	un	3	77,40	93,46	280,38	0,07 %
3.4.5	055451	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 1"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	84,50	102,04	306,12	0,08 %
3.4.6	012366	Próprio	PONTA DE ROSCA 1" AÇO CARBONO SCH40 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	7	47,55	57,42	401,94	0,11 %
3.4.7	92938	SINAPI	LUVA DE REDUÇÃO, EM FERRO GALVANIZADO, 1" X 1/2", CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA SPRINKLER - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2	28,17	34,01	68,02	0,02 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.4.8	052285	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1/2" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	10,34	12,48	24,96	0,01 %
3.4.9	190891	SBC	SIFAO TIPO TROMBETA DE LATAO 1/2" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	172,83	208,70	417,40	0,11 %
3.4.10	7859	ORSE	Manômetro 0 a 10 Kgf/cm2, d=100mm, conexão 1/2" BSP - fornecimento e instalação	un	2	292,79	353,57	707,14	0,19 %
3.4.11	056165	SBC	TE GALVANIZADO 1/2" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	18,91	22,83	22,83	0,01 %
3.4.12	92359	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CONEXÃO SOLDADA, DN 25 (1"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	3	70,93	85,65	256,95	0,07 %
3.4.13	052284	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 3/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	5	12,51	15,10	75,50	0,02 %
3.4.14	091025	AGETOP CIVIL	VÁLVULA DE ESFERA TRIPARTIDA 3/4", PASSAGEM PLENA, ROSCA NPT, CLASSE 300 - NORMA ASME B16.34. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Un	2	192,16	232,05	464,10	0,12 %
3.4.15	ED-48255	SETOP	FILTRO TIPO "Y" EM BRONZE, DIÂMETRO DE 3/4" NPT FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	U	1	118,43	143,01	143,01	0,04 %
3.4.16	055969	SBC	CURVA 90 RAIO CURTO ACO CARBONO SCH 40 3/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	21,47	25,92	25,92	0,01 %
3.4.17	92690	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	3	76,59	92,49	277,47	0,07 %
3.4.18	071841	AGETOP CIVIL	PARAFUSO CABEÇA ABAULADA (FRANCES) M16 X 150 MM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Un	4	10,54	12,72	50,88	0,01 %
3.4.19	92944	SINAPI	LUVA DE REDUÇÃO, EM FERRO GALVANIZADO, 1 1/2" X 1", CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA SPRINKLER - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1	40,23	48,58	48,58	0,01 %
3.4.20	ED-48256	SETOP	FILTRO TIPO "Y" EM BRONZE, DIÂMETRO DE 1" NPT FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	U	1	133,27	160,93	160,93	0,04 %
3.4.21	055969	SBC	CURVA 90 RAIO CURTO ACO CARBONO SCH 40 3/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	21,47	25,92	25,92	0,01 %
3.4.22	92690	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	3	76,59	92,49	277,47	0,07 %
3.4.23	012396	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO DE VAPOR EM FERRO FUNDIDO 1".	un	1	10.040,77	12.125,23	12.125,23	3,20 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.4.24	012397	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SEPARADOR DE UMIDADE 1" EM FERRO FUNDIDO PARA SISTEMAS DE VAPOR.	un	1	3.511,21	4.240,13	4.240,13	1,12 %
3.4.25	012311	Próprio	PURGADOR INOX 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	495,38	598,22	598,22	0,16 %
3.4.26	0123578	Próprio	JUNTA GRAFITADA 1.1/2" ALTA TEMPERATURA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	72,38	87,40	174,80	0,05 %
3.4.27	012398	Próprio	VALVULA DE SEGURANÇA 1" LATÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	2.509,88	3.030,93	3.030,93	0,80 %
<b>3.5</b>			<b>LINHA DE VAPOR - MISTURADOR DE VAPOR</b>		<b>1</b>		<b>15.004,63</b>	<b>15.004,63</b>	<b>3,96 %</b>
3.5.1	92690	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	15	76,59	92,49	1.387,35	0,37 %
3.5.2	055340	SBC	TE 90 ACO CARBONO SCH 40 1.1/2" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	5	60,37	72,90	364,50	0,10 %
3.5.3	091025	AGETOP CIVIL	VÁLVULA DE ESFERA TRIPARTIDA 3/4", PASSAGEM PLENA, ROSCA NPT, CLASSE 300 - NORMA ASME B16.34. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Un	5	192,16	232,05	1.160,25	0,31 %
3.5.4	052284	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 3/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	5	12,51	15,10	75,50	0,02 %
3.5.5	052815	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 3/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	5	70,29	84,88	424,40	0,11 %
3.5.6	012348	Próprio	ISOLAMENTO TÉRMICO EM ALUMÍNIO CORRUGADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	15	96,65	116,71	1.750,65	0,46 %
3.5.7	0127	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SELO DE ALUMÍNIO 1/2" EM ISOLAMENTO TÉRMICO (PACOTE COM 100 SELOS)	un	1	45,36	54,77	54,77	0,01 %
3.5.8	012349	Próprio	CINTA DE ALUMÍNIO 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - ROLO DE 100MTS	un	1	221,36	267,31	267,31	0,07 %
3.5.9	012346	Próprio	TUBO DE LÃ DE ROCHA (CALHA BIPARTIDA) THERMAX 3/4" x 40MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	15	111,36	134,47	2.017,05	0,53 %
3.5.10	012360	Próprio	PONTA DE ROSCA 3/4" SCH40 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	5	58,00	70,04	350,20	0,09 %
3.5.11	012361	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MISTURADOR DE VAPOR + ÁGUA QUENTE EM INOX 304 (DIÂMETRO DE 100MM X COMPRIMENTO DE 500MM X ESPESSURA 2MM)	un	5	865,37	1.045,02	5.225,10	1,38 %
3.5.12	012362	Próprio	SUPORTE PARA MANGUEIRA EM INOX EM AISI 304 COM CAPACIDADE PARA MANGUEIRA DE 10M DE COMPRIMENTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	5	288,83	348,79	1.743,95	0,46 %
3.5.13	071710	AGETOP CIVIL	LUVA DE REDUÇÃO EM AÇO GALVANIZADO 1.1/2" X 3/4"	Un	5	30,41	36,72	183,60	0,05 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

			FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO						
<b>3.6</b>			<b>LINHA DE ÁGUA COMUM - MISTURADOR DE VAPOR</b>		<b>1</b>		<b>3.181,50</b>	<b>3.181,50</b>	<b>0,84 %</b>
3.6.1	96720	SINAPI	TUBO, PPR, DN 32 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	15	17,60	21,25	318,75	0,08 %
3.6.2	96758	SINAPI	TÊ, PPR, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	5	17,27	20,85	104,25	0,03 %
3.6.3	022072	Próprio	LUVA MISTA 32 x 1" PPR PN 12, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	5	71,36	86,17	430,85	0,11 %
3.6.4	052282	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	10	14,87	17,95	179,50	0,05 %
3.6.5	052754	SBC	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL EM LATAO ROSCA BSP 1" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	5	105,55	127,46	637,30	0,17 %
3.6.6	C1826	SEINFRA	NIPLE DUPLO DE REDUÇÃO AÇO GALV. D=20X15mm (3/4"X1/2") À 25X20mm (1"X3/4") FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	5	24,12	29,12	145,60	0,04 %
3.6.7	022064	Próprio	VÁLVULA ESFERA TRIPARTIDA 1", PASSAGEM PLENA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	5	128,61	155,30	776,50	0,20 %
3.6.8	055454	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 3/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	5	70,29	84,88	424,40	0,11 %
3.6.9	052260	SBC	COTOVELO 90 GALVANIZADO 3/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	5	14,93	18,02	90,10	0,02 %
3.6.10	055231	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 3/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	5	12,30	14,85	74,25	0,02 %
<b>3.7</b>			<b>LINHA DE ÁGUA QUENTE - MISTURADOR DE VAPOR</b>		<b>1</b>		<b>7.568,80</b>	<b>7.568,80</b>	<b>2,00 %</b>
3.7.1	052284	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 3/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	15	12,51	15,10	226,50	0,06 %
3.7.2	091025	AGETOP CIVIL	VÁLVULA DE ESFERA TRIPARTIDA 3/4", PASSAGEM PLENA, ROSCA NPT, CLASSE 300 - NORMA ASME B16.34. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Un	5	192,16	232,05	1.160,25	0,31 %
3.7.3	070371	AGETOP CIVIL	ABRAÇADEIRA METALICA TIPO "D" DIAM. 3/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Un	5	1,55	1,87	9,35	0,00 %
3.7.4	012363	Próprio	ESPIGÃO PARA MANGUEIRA ENTRADA/SAÍDA 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	5	72,83	87,94	439,70	0,12 %
3.7.5	012364	Próprio	MANGUEIRA FRIGORÍFICA 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	50	94,95	114,66	5.733,00	1,51 %
<b>3.8</b>			<b>MONOBLOCO - VAPOR</b>		<b>1</b>		<b>2.462,67</b>	<b>2.462,67</b>	<b>0,65 %</b>
3.8.1	056144	SBC	TE REDUCAO GALVANIZADO DIAM. 1.1/2"x3/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	76,12	91,92	91,92	0,02 %





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.8.2	92690	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	3	76,59	92,49	277,47	0,07 %
3.8.3	091025	AGETOP CIVIL	VÁLVULA DE ESFERA TRIPARTIDA 3/4", PASSAGEM PLENA, ROSCA NPT, CLASSE 300 - NORMA ASME B16.34	Un	2	192,16	232,05	464,10	0,12 %
3.8.4	052284	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 3/4"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	11	12,51	15,10	166,10	0,04 %
3.8.5	056126	SBC	TE GALVANIZADO 3/4"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	27,54	33,25	99,75	0,03 %
3.8.6	052815	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 3/4"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	70,29	84,88	339,52	0,09 %
3.8.7	055969	SBC	CURVA 90 RAIO CURTO ACO CARBONO SCH 40 3/4"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	21,47	25,92	77,76	0,02 %
3.8.8	070807	SBC	BUCHA REDUCAO GALVANIZADO 3/4""x1/2"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	12,55	15,15	30,30	0,01 %
3.8.9	052285	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1/2"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	10,34	12,48	12,48	0,00 %
3.8.10	190891	SBC	SIFAO TIPO TROMBETA DE LATAO 1/2"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	172,83	208,70	208,70	0,06 %
3.8.11	7859	ORSE	Manômetro 0 a 10 Kgf/cm2, d=100mm, conexão 1/2" BSP - fornecimento e instalação	un	1	292,79	353,57	353,57	0,09 %
3.8.12	12896	ORSE	Válvula de segurança por pressão de 1/2" (Fornecimento e instalação)	un	1	132,31	159,77	159,77	0,04 %
3.8.13	92700	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2	34,98	42,24	84,48	0,02 %
3.8.14	012368	Próprio	CURVA 180° 3/4" AÇO CARBONO SCH 40 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	80,12	96,75	96,75	0,03 %
3.9			<b>MONOBLOCO - CONDENSADO</b>		1		849,87	849,87	0,22 %
3.9.1	056144	SBC	TE REDUCAO GALVANIZADO DIAM. 1.1/2""x3/4"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	76,12	91,92	91,92	0,02 %
3.9.2	92690	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	3	76,59	92,49	277,47	0,07 %
3.9.3	055969	SBC	CURVA 90 RAIO CURTO ACO CARBONO SCH 40 3/4"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	21,47	25,92	25,92	0,01 %
3.9.4	052815	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 3/4"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	70,29	84,88	84,88	0,02 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.9.5	052284	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 3/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	12,51	15,10	45,30	0,01 %
3.9.6	055347	SBC	TE 90 ACO CARBONO SCH 40 3/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	33,01	39,86	79,72	0,02 %
3.9.7	012360	Próprio	PONTA DE ROSCA 3/4" SCH40 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	3	58,00	70,04	210,12	0,06 %
3.9.8	C0941	SEINFRA	COTOVELO AÇO GALV. D= 20mm (3/4") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	28,61	34,54	34,54	0,01 %
<b>3.10</b>			<b>MONOBLOCO - AR COMPRIMIDO</b>		<b>1</b>		<b>916,99</b>	<b>916,99</b>	<b>0,24 %</b>
3.10.1	96713	SINAPI	TÊ NORMAL, PPR, DN 50 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO . AF_08/2022	UN	1	50,57	61,06	61,06	0,02 %
3.10.2	105229	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, PPR, DN 50 X 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	28,98	34,99	34,99	0,01 %
3.10.3	96719	SINAPI	TUBO, PPR, DN 25 MM, CLASSE PN 20, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	3	19,50	23,54	70,62	0,02 %
3.10.4	022044	Próprio	VÁLVULA DE ESFERA TRIPARTIDA COM ROSCA BSP, CLASSE 300lbs 3/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1	413,93	499,86	499,86	0,13 %
3.10.5	052834	SBC	CONECTOR FEMEA PPR 25mm x 3/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	26,21	31,65	31,65	0,01 %
3.10.6	070807	SBC	BUCHA REDUCAO GALVANIZADO 3/4"x1/2" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	12,55	15,15	15,15	0,00 %
3.10.7	012370	Próprio	CONEXÃO ROSCA MACHO 1/2" x 8MM RETA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	50,35	60,80	60,80	0,02 %
3.10.8	012371	Próprio	MANGUEIRA PU 8MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	39,41	47,59	47,59	0,01 %
3.10.9	105150	SINAPI	JOELHO PPR 45 GRAUS, SOLDÁVEL, DN 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	9,01	10,88	21,76	0,01 %
3.10.10	012375	Próprio	CURVA 180° 25MM PPR AZUL PN20 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	60,88	73,51	73,51	0,02 %
<b>3.11</b>			<b>MONOBLOCO - ÁGUA COMUM</b>		<b>1</b>		<b>495,63</b>	<b>495,63</b>	<b>0,13 %</b>
3.11.1	96720	SINAPI	TUBO, PPR, DN 32 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	3	17,60	21,25	63,75	0,02 %
3.11.2	96758	SINAPI	TÊ, PPR, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	17,27	20,85	20,85	0,01 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.11.3	94675	SINAPI	CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	11,32	13,67	13,67	0,00 %
3.11.4	022072	Próprio	LUVA MISTA 32 x 1" PPR PN 12, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	71,36	86,17	86,17	0,02 %
3.11.5	022064	Próprio	VÁLVULA ESFERA TRIPARTIDA 1", PASSAGEM PLENA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	128,61	155,30	155,30	0,04 %
3.11.6	055451	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 1" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	84,50	102,04	102,04	0,03 %
3.11.7	052282	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	14,87	17,95	53,85	0,01 %
<b>3.12</b>			<b>TANQUE DE ENCOLHIMENTO - LINHA DE VAPOR</b>		<b>1</b>		<b>1.199,35</b>	<b>1.199,35</b>	<b>0,32 %</b>
3.12.1	022066	Próprio	TÊ DE REDUÇÃO 1.1/2" x 3/4" AÇO CARBONO SCH 40, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	104,54	126,24	126,24	0,03 %
3.12.2	022067	Próprio	CURVA 180° 3/4" AÇO CARBONO SCH 40, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	75,14	90,73	90,73	0,02 %
3.12.3	92690	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	3	76,59	92,49	277,47	0,07 %
3.12.4	055969	SBC	CURVA 90 RAO CURTO ACO CARBONO SCH 40 3/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	21,47	25,92	25,92	0,01 %
3.12.5	022044	Próprio	VÁLVULA DE ESFERA TRIPARTIDA COM ROSCA BSP, CLASSE 300lbs 3/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1	413,93	499,86	499,86	0,13 %
3.12.6	055422	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	14,64	17,67	17,67	0,00 %
3.12.7	055451	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 1" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	84,50	102,04	102,04	0,03 %
3.12.8	055971	SBC	CURVA 45 RAO LONGO ACO CARBONO SCH 40 1" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	24,61	29,71	59,42	0,02 %
<b>3.13</b>			<b>TANQUE DE ENCOLHIMENTO - LINHA DE ÁGUA COMUM</b>		<b>1</b>		<b>472,83</b>	<b>472,83</b>	<b>0,12 %</b>
3.13.1	96720	SINAPI	TUBO, PPR, DN 32 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	1	17,60	21,25	21,25	0,01 %
3.13.2	96758	SINAPI	TÊ, PPR, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	3	17,27	20,85	62,55	0,02 %
3.13.3	94675	SINAPI	CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	11,32	13,67	27,34	0,01 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.13.4	022072	Próprio	LUVA MISTA 32 x 1" PPR PN 12, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	71,36	86,17	86,17	0,02 %
3.13.5	022064	Próprio	VÁLVULA ESFERA TRIPARTIDA 1", PASSAGEM PLENA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	128,61	155,30	155,30	0,04 %
3.13.6	055422	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	14,64	17,67	35,34	0,01 %
3.13.7	052815	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	70,29	84,88	84,88	0,02 %
<b>3.14</b>			<b>TANQUE DE ENCOLHIMENTO - LINHA DE AR COMPRIMIDO</b>		<b>1</b>		<b>916,99</b>	<b>916,99</b>	<b>0,24 %</b>
3.14.1	96713	SINAPI	TÊ NORMAL, PPR, DN 50 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO . AF_08/2022	UN	1	50,57	61,06	61,06	0,02 %
3.14.2	105229	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, PPR, DN 50 X 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	28,98	34,99	34,99	0,01 %
3.14.3	96719	SINAPI	TUBO, PPR, DN 25 MM, CLASSE PN 20, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	3	19,50	23,54	70,62	0,02 %
3.14.4	022044	Próprio	VÁLVULA DE ESFERA TRIPARTIDA COM ROSCA BSP, CLASSE 300lbs 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1	413,93	499,86	499,86	0,13 %
3.14.5	052834	SBC	CONECTOR FEMEA PPR 25mm x 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	26,21	31,65	31,65	0,01 %
3.14.6	070807	SBC	BUCHA REDUCAO GALVANIZADO 3/4"x1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	12,55	15,15	15,15	0,00 %
3.14.7	012370	Próprio	CONEXÃO ROSCA MACHO 1/2" x 8MM RETA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	50,35	60,80	60,80	0,02 %
3.14.8	012371	Próprio	MANGUEIRA PU 8MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	39,41	47,59	47,59	0,01 %
3.14.9	105150	SINAPI	JOELHO PPR 45 GRAUS, SOLDÁVEL, DN 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	9,01	10,88	21,76	0,01 %
3.14.10	012375	Próprio	CURVA 180° 25MM PPR AZUL PN20 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	60,88	73,51	73,51	0,02 %
<b>3.15</b>			<b>LINHA DE VAPOR - IOGURTEIRA</b>		<b>1</b>		<b>2.488,64</b>	<b>2.488,64</b>	<b>0,66 %</b>
3.15.1	055340	SBC	TE 90 ACO CARBONO SCH 40 1.1/2"	UN	2	60,37	72,90	145,80	0,04 %
3.15.2	071710	AGETOP CIVIL	LUVA DE REDUÇÃO EM AÇO GALVANIZADO 1.1/2" X 3/4"	Un	2	30,41	36,72	73,44	0,02 %
3.15.3	012368	Próprio	CURVA 180° 3/4" AÇO CARBONO SCH 40 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	80,12	96,75	193,50	0,05 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.15.4	92690	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	6	76,59	92,49	554,94	0,15 %
3.15.5	052284	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 3/4"	UN	8	12,51	15,10	120,80	0,03 %
3.15.6	052815	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 3/4"	UN	4	70,29	84,88	339,52	0,09 %
3.15.7	055969	SBC	CURVA 90 RAO CURTO ACO CARBONO SCH 40 3/4"	UN	2	21,47	25,92	51,84	0,01 %
3.15.8	091025	AGETOP CIVIL	VÁLVULA DE ESFERA TRIPARTIDA 3/4", PASSAGEM PLENA, ROSCA NPT, CLASSE 300 - NORMA ASME B16.34	Un	2	192,16	232,05	464,10	0,12 %
3.15.9	C1826	SEINFRA	NIPLE DUPLO DE REDUÇÃO AÇO GALV. D=20X15mm (3/4"X1/2") À 25X20mm (1"X3/4")	UN	2	24,12	29,12	58,24	0,02 %
3.15.10	97548	SINAPI	CURVA 45 GRAUS, EM AÇO, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	4	68,20	82,35	329,40	0,09 %
3.15.11	055361	SBC	CRUZETA GALVANIZADO 1"	UN	2	65,03	78,53	157,06	0,04 %
<b>3.16</b>			<b>LINHA DE CONDENSADO - IOGURTEIRA</b>		<b>1</b>		<b>3.998,23</b>	<b>3.998,23</b>	<b>1,06 %</b>
3.16.1	92690	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	6	76,59	92,49	554,94	0,15 %
3.16.2	055340	SBC	TE 90 ACO CARBONO SCH 40 1.1/2"	UN	2	60,37	72,90	145,80	0,04 %
3.16.3	071710	AGETOP CIVIL	LUVA DE REDUÇÃO EM AÇO GALVANIZADO 1.1/2" X 3/4"	Un	2	30,41	36,72	73,44	0,02 %
3.16.4	052284	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 3/4"	UN	14	12,51	15,10	211,40	0,06 %
3.16.5	056202	SBC	UNIAO GALVANIZADA ASSENTO PLANO 3/4"	UN	2	73,44	88,68	177,36	0,05 %
3.16.6	055969	SBC	CURVA 90 RAO CURTO ACO CARBONO SCH 40 3/4"	UN	2	21,47	25,92	51,84	0,01 %
3.16.7	012311	Próprio	PURGADOR INOX 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	495,38	598,22	1.196,44	0,32 %
3.16.8	W12378	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FILTRO DE LINHA "Y" EM BRONZE 3/4" COM TELA INOX	un	1	335,27	404,87	404,87	0,11 %
3.16.9	091025	AGETOP CIVIL	VÁLVULA DE ESFERA TRIPARTIDA 3/4", PASSAGEM PLENA, ROSCA NPT, CLASSE 300 - NORMA ASME B16.34	Un	4	192,16	232,05	928,20	0,25 %
3.16.10	055364	SBC	CRUZETA GALVANIZADO 3/4"	UN	2	36,95	44,62	89,24	0,02 %





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.16.11	97548	SINAPI	CURVA 45 GRAUS, EM AÇO, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2	68,20	82,35	164,70	0,04 %
<b>3.17</b>			<b>LINHA DE ÁGUA GELADA - IOGURTEIRA</b>		<b>1</b>		<b>906,50</b>	<b>906,50</b>	<b>0,24 %</b>
3.17.1	96720	SINAPI	TUBO, PPR, DN 32 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	6	17,60	21,25	127,50	0,03 %
3.17.2	96749	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PPR, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	10,93	13,19	26,38	0,01 %
3.17.3	012365	Próprio	CONECTOR FEMEA PPR VERDE 32mm x 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO PARA REDE DE ÁGUA FRIA	un	2	40,19	48,53	97,06	0,03 %
3.17.4	055422	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1"	UN	6	14,64	17,67	106,02	0,03 %
3.17.5	9012	ORSE	Válvula esfera em aço carbono NPT d=1", classe 300	un	2	77,40	93,46	186,92	0,05 %
3.17.6	055451	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 1"	UN	2	84,50	102,04	204,08	0,05 %
3.17.7	96760	SINAPI	TÊ, PPR, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	42,32	51,10	102,20	0,03 %
3.17.8	105146	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, PPR, DN 50 X 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	23,33	28,17	56,34	0,01 %
<b>3.18</b>			<b>LINHA DE RETORNO DE ÁGUA GELADA - IOGURTEIRA</b>		<b>1</b>		<b>906,50</b>	<b>906,50</b>	<b>0,24 %</b>
3.18.1	96720	SINAPI	TUBO, PPR, DN 32 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	6	17,60	21,25	127,50	0,03 %
3.18.2	96749	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PPR, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	10,93	13,19	26,38	0,01 %
3.18.3	012365	Próprio	CONECTOR FEMEA PPR VERDE 32mm x 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO PARA REDE DE ÁGUA FRIA	un	2	40,19	48,53	97,06	0,03 %
3.18.4	055422	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1"	UN	6	14,64	17,67	106,02	0,03 %
3.18.5	9012	ORSE	Válvula esfera em aço carbono NPT d=1", classe 300	un	2	77,40	93,46	186,92	0,05 %
3.18.6	055451	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 1"	UN	2	84,50	102,04	204,08	0,05 %
3.18.7	96760	SINAPI	TÊ, PPR, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	42,32	51,10	102,20	0,03 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.18.8	105146	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, PPR, DN 50 X 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	23,33	28,17	56,34	0,01 %
<b>3.19</b>			<b>LINHA DE ÁGUA COMUM - IOGURTEIRA</b>		<b>1</b>		<b>908,18</b>	<b>908,18</b>	<b>0,24 %</b>
3.19.1	96720	SINAPI	TUBO, PPR, DN 32 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	6	17,60	21,25	127,50	0,03 %
3.19.2	96749	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PPR, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	10,93	13,19	26,38	0,01 %
3.19.3	012365	Próprio	CONECTOR FEMEA PPR VERDE 32mm x 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO PARA REDE DE ÁGUA FRIA	un	2	40,19	48,53	97,06	0,03 %
3.19.4	052282	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1"	UN	6	14,87	17,95	107,70	0,03 %
3.19.5	9012	ORSE	Válvula esfera em aço carbono NPT d=1", classe 300	un	2	77,40	93,46	186,92	0,05 %
3.19.6	055451	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 1"	UN	2	84,50	102,04	204,08	0,05 %
3.19.7	96760	SINAPI	TÊ, PPR, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	42,32	51,10	102,20	0,03 %
3.19.8	105146	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, PPR, DN 50 X 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	23,33	28,17	56,34	0,01 %
<b>3.20</b>			<b>LINHA DE VAPOR - QUEIJOMATIC</b>		<b>1</b>		<b>1.084,74</b>	<b>1.084,74</b>	<b>0,29 %</b>
3.20.1	055355	SBC	TE 90 REDUCAO ACO CARBONO SCH 40 1.1/2 x 1.1/4"	UN	1	54,39	65,68	65,68	0,02 %
3.20.2	055107	SBC	REDUCAO CONCENTRICA ACO CARBONO DN 1.1/4x1"	UN	1	27,32	32,99	32,99	0,01 %
3.20.3	92645	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CONEXÃO SOLDADA, DN 25 (1"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA SPRINKLER - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	3	75,41	91,06	273,18	0,07 %
3.20.4	9012	ORSE	Válvula esfera em aço carbono NPT d=1", classe 300	un	2	77,40	93,46	186,92	0,05 %
3.20.5	055960	SBC	CURVA 90 RAO CURTO ACO CARBONO SCH 40 1"	UN	1	26,43	31,91	31,91	0,01 %
3.20.6	052282	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1"	UN	1	14,87	17,95	17,95	0,00 %
3.20.7	055451	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 1"	UN	1	84,50	102,04	102,04	0,03 %
3.20.8	97517	SINAPI	CURVA 45 GRAUS, EM AÇO, CONEXÃO SOLDADA, DN 25 (1"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA SPRINKLER - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2	69,59	84,03	168,06	0,04 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.20.9	055958	SBC	CURVA 90 RAO LONGO ACO CARBONO SCH 40 3/4"	UN	2	20,17	24,35	48,70	0,01 %
3.20.10	012366	Próprio	PONTA DE ROSCA 1" AÇO CARBONO SCH40 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	47,55	57,42	57,42	0,02 %
3.20.11	012372	Próprio	CURVA 180° 1" AÇO CARBONO SCH 40 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	82,72	99,89	99,89	0,03 %
3.21			<b>LINHA DE CONDENSADO - QUEIJOMATIC</b>		1		1.009,91	1.009,91	0,27 %
3.21.1	055340	SBC	TE 90 ACO CARBONO SCH 40 1.1/2"	UN	1	60,37	72,90	72,90	0,02 %
3.21.2	071710	AGETOP CIVIL	LUVA DE REDUÇÃO EM AÇO GALVANIZADO 1.1/2" X 3/4"	Un	2	30,41	36,72	73,44	0,02 %
3.21.3	92690	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	3	76,59	92,49	277,47	0,07 %
3.21.4	97548	SINAPI	CURVA 45 GRAUS, EM AÇO, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2	68,20	82,35	164,70	0,04 %
3.21.5	055969	SBC	CURVA 90 RAO CURTO ACO CARBONO SCH 40 3/4"	UN	1	21,47	25,92	25,92	0,01 %
3.21.6	052815	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 3/4"	UN	1	70,29	84,88	84,88	0,02 %
3.21.7	052284	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 3/4"	UN	3	12,51	15,10	45,30	0,01 %
3.21.8	056126	SBC	TE GALVANIZADO 3/4"	UN	1	27,54	33,25	33,25	0,01 %
3.21.9	091025	AGETOP CIVIL	VÁLVULA DE ESFERA TRIPARTIDA 3/4", PASSAGEM PLENA, ROSCA NPT, CLASSE 300 - NORMA ASME B16.34	Un	1	192,16	232,05	232,05	0,06 %
3.22			<b>SISTEMA CIP - LINHA DE VAPOR</b>		1		1.766,22	1.766,22	0,47 %
3.22.1	056144	SBC	TE REDUCAO GALVANIZADO DIAM. 1.1/2"x3/4"	UN	1	76,12	91,92	91,92	0,02 %
3.22.2	012368	Próprio	CURVA 180° 3/4" AÇO CARBONO SCH 40 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	80,12	96,75	96,75	0,03 %
3.22.3	92690	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	6	76,59	92,49	554,94	0,15 %
3.22.4	055958	SBC	CURVA 90 RAO LONGO ACO CARBONO SCH 40 3/4"	UN	1	20,17	24,35	24,35	0,01 %
3.22.5	012360	Próprio	PONTA DE ROSCA 3/4" SCH40 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	6	58,00	70,04	420,24	0,11 %
3.22.6	052815	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 3/4"	UN	1	70,29	84,88	84,88	0,02 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.22.7	055231	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 3/4"	UN	3	12,30	14,85	44,55	0,01 %
3.22.8	091025	AGETOP CIVIL	VÁLVULA DE ESFERA TRIPARTIDA 3/4", PASSAGEM PLENA, ROSCA NPT, CLASSE 300 - NORMA ASME B16.34	Un	1	192,16	232,05	232,05	0,06 %
3.22.9	055969	SBC	CURVA 90 RAIOS CURTO AÇO CARBONO SCH 40 3/4"	UN	2	21,47	25,92	51,84	0,01 %
3.22.10	97548	SINAPI	CURVA 45 GRAUS, EM AÇO, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2	68,20	82,35	164,70	0,04 %
<b>3.23</b>			<b>SISTEMA CIP - LINHA DE ÁGUA COMUM</b>		<b>1</b>		<b>501,30</b>	<b>501,30</b>	<b>0,13 %</b>
3.23.1	96760	SINAPI	TÊ, PPR, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	42,32	51,10	51,10	0,01 %
3.23.2	105146	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, PPR, DN 50 X 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	23,33	28,17	28,17	0,01 %
3.23.3	96720	SINAPI	TUBO, PPR, DN 32 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	3	17,60	21,25	63,75	0,02 %
3.23.4	052926	SBC	CURVA 90 PPR 32mm ÁGUA QUENTE	UN	1	43,86	52,96	52,96	0,01 %
3.23.5	96758	SINAPI	TÊ, PPR, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	17,27	20,85	20,85	0,01 %
3.23.6	012365	Próprio	CONECTOR FEMEA PPR VERDE 32mm x 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO PARA REDE DE ÁGUA FRIA	un	1	40,19	48,53	48,53	0,01 %
3.23.7	080977	AGETOP CIVIL	REGISTRO DE ESFERA METAL DIÂMETRO 1"	Un	1	96,02	115,95	115,95	0,03 %
3.23.8	052282	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1"	UN	1	14,87	17,95	17,95	0,00 %
3.23.9	055451	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 1"	UN	1	84,50	102,04	102,04	0,03 %
<b>3.24</b>			<b>MONTAGEM MATURADOR DE CREME VAPOR</b>		<b>1</b>		<b>1.493,80</b>	<b>1.493,80</b>	<b>0,39 %</b>
3.24.1	022066	Próprio	TÊ DE REDUÇÃO 1.1/2" x 3/4" AÇO CARBONO SCH 40, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	104,54	126,24	126,24	0,03 %
3.24.2	012368	Próprio	CURVA 180° 3/4" AÇO CARBONO SCH 40 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	80,12	96,75	96,75	0,03 %
3.24.3	92690	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	3	76,59	92,49	277,47	0,07 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.24.4	052284	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	5	12,51	15,10	75,50	0,02 %
3.24.5	052815	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	70,29	84,88	169,76	0,04 %
3.24.6	055969	SBC	CURVA 90 RAO CURTO ACO CARBONO SCH 40 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	21,47	25,92	25,92	0,01 %
3.24.7	022044	Próprio	VÁLVULA DE ESFERA TRIPARTIDA COM ROSCA BSP, CLASSE 300lbs 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1	413,93	499,86	499,86	0,13 %
3.24.8	C1826	SEINFRA	NIPLE DUPLO DE REDUÇÃO AÇO GALV. D=20X15mm (3/4"X1/2") À 25X20mm (1"X3/4") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	24,12	29,12	29,12	0,01 %
3.24.9	97548	SINAPI	CURVA 45 GRAUS, EM AÇO, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1	68,20	82,35	82,35	0,02 %
3.24.10	055361	SBC	CRUZETA GALVANIZADO 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	65,03	78,53	78,53	0,02 %
3.24.11	056141	SBC	TE GALVANIZADO 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	26,75	32,30	32,30	0,01 %
<b>3.25</b>			<b>MONTAGEM MATURADOR DE CREME CONDENSADO</b>		<b>1</b>		<b>2.791,63</b>	<b>2.791,63</b>	<b>0,74 %</b>
3.25.1	92690	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	3	76,59	92,49	277,47	0,07 %
3.25.2	022066	Próprio	TÊ DE REDUÇÃO 1.1/2" x 3/4" AÇO CARBONO SCH 40, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	104,54	126,24	126,24	0,03 %
3.25.3	052284	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	7	12,51	15,10	105,70	0,03 %
3.25.4	056202	SBC	UNIAO GALVANIZADA ASSENTO PLANO 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	73,44	88,68	88,68	0,02 %
3.25.5	055969	SBC	CURVA 90 RAO CURTO ACO CARBONO SCH 40 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	21,47	25,92	25,92	0,01 %
3.25.6	012311	Próprio	PURGADOR INOX 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	495,38	598,22	598,22	0,16 %
3.25.7	022044	Próprio	VÁLVULA DE ESFERA TRIPARTIDA COM ROSCA BSP, CLASSE 300lbs 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2	413,93	499,86	999,72	0,26 %
3.25.8	055364	SBC	CRUZETA GALVANIZADO 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	36,95	44,62	44,62	0,01 %
3.25.9	97548	SINAPI	CURVA 45 GRAUS, EM AÇO, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1	68,20	82,35	82,35	0,02 %





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.25.10	W12378	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FILTRO DE LINHA "Y" EM BRONZE 3/4" COM TELA INOX	un	1	335,27	404,87	404,87	0,11 %
3.25.11	056180	SBC	BUCHA REDUCAO GALVANIZADA DIAM. 1""x3/4"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	15,67	18,92	37,84	0,01 %
3.26			<b>LINHA DE ÁGUA GELADA - MATURADOR DE CREME</b>		<b>1</b>		<b>670,39</b>	<b>670,39</b>	<b>0,18 %</b>
3.26.1	96720	SINAPI	TUBO, PPR, DN 32 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	3	17,60	21,25	63,75	0,02 %
3.26.2	96749	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PPR, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	10,93	13,19	13,19	0,00 %
3.26.3	012365	Próprio	CONECTOR FEMEA PPR VERDE 32mm x 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO PARA REDE DE ÁGUA FRIA	un	1	40,19	48,53	48,53	0,01 %
3.26.4	055422	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	14,64	17,67	53,01	0,01 %
3.26.5	022064	Próprio	VÁLVULA ESFERA TRIPARTIDA 1", PASSAGEM PLENA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	128,61	155,30	310,60	0,08 %
3.26.6	055451	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 1"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	84,50	102,04	102,04	0,03 %
3.26.7	96760	SINAPI	TÊ, PPR, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	42,32	51,10	51,10	0,01 %
3.26.8	105146	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, PPR, DN 50 X 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	23,33	28,17	28,17	0,01 %
3.27			<b>RETORNO ÁGUA GELADA - MATURADOR DE CREME</b>		<b>1</b>		<b>557,85</b>	<b>557,85</b>	<b>0,15 %</b>
3.27.1	96720	SINAPI	TUBO, PPR, DN 32 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	3	17,60	21,25	63,75	0,02 %
3.27.2	96749	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PPR, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	10,93	13,19	13,19	0,00 %
3.27.3	96661	SINAPI	CONECTOR FÊMEA, PPR, 32 X 3/4", CLASSE PN 25, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	UN	1	33,26	40,16	40,16	0,01 %
3.27.4	055231	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 3/4"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	12,30	14,85	44,55	0,01 %
3.27.5	091025	AGETOP CIVIL	VÁLVULA DE ESFERA TRIPARTIDA 3/4", PASSAGEM PLENA, ROSCA NPT, CLASSE 300 - NORMA ASME B16.34	Un	1	192,16	232,05	232,05	0,06 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.27.6	052815	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 3/4"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	70,29	84,88	84,88	0,02 %
3.27.7	96760	SINAPI	TÊ, PPR, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	42,32	51,10	51,10	0,01 %
3.27.8	105146	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, PPR, DN 50 X 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	23,33	28,17	28,17	0,01 %
<b>3.28</b>			<b>LINHA DE ÁGUA COMUM - MATURADOR DE CREME</b>		<b>1</b>		<b>650,09</b>	<b>650,09</b>	<b>0,17 %</b>
3.28.1	96720	SINAPI	TUBO, PPR, DN 32 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	3	17,60	21,25	63,75	0,02 %
3.28.2	94675	SINAPI	CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	11,32	13,67	13,67	0,00 %
3.28.3	022072	Próprio	LUVA MISTA 32 x 1" PPR PN 12, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	71,36	86,17	86,17	0,02 %
3.28.4	055422	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1"" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	14,64	17,67	53,01	0,01 %
3.28.5	022064	Próprio	VÁLVULA ESFERA TRIPARTIDA 1 ", PASSAGEM PLENA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	128,61	155,30	310,60	0,08 %
3.28.6	055451	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 1""	UN	1	84,50	102,04	102,04	0,03 %
3.28.7	96758	SINAPI	TÊ, PPR, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	17,27	20,85	20,85	0,01 %
<b>3.29</b>			<b>PASTEURIZADOR - ENTRADA DE ÁGUA GELADA</b>		<b>1</b>		<b>1.498,60</b>	<b>1.498,60</b>	<b>0,40 %</b>
3.29.1	022068	Próprio	CONEXÃO SMS 1" INOX pi/pe, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	149,83	180,93	180,93	0,05 %
3.29.2	022055	Próprio	CURVA 90° DE AÇO INOX 304 - 1"X1,50MM/PIPE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	47,39	57,22	57,22	0,02 %
3.29.3	022070	Próprio	NIPLE DUPLO INOX AISI 304 1" PI/PE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	4	73,83	89,15	356,60	0,09 %
3.29.4	022071	Próprio	VALVULA ESFERA 1" INOX AISI 304 FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	388,83	469,55	469,55	0,12 %
3.29.5	022072	Próprio	LUVA MISTA 32 x 1" PPR PN 12, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	71,36	86,17	86,17	0,02 %
3.29.6	96669	SINAPI	TUBO, PPR, DN 32, CLASSE PN 12, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	M	8	18,36	22,17	177,36	0,05 %
3.29.7	96758	SINAPI	TÊ, PPR, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	17,27	20,85	20,85	0,01 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.29.8	052282	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	14,87	17,95	35,90	0,01 %
3.29.9	052499	SBC	UNIAO GALVANIZADO ASSENTO BRONZE 1" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	42,28	51,05	51,05	0,01 %
3.29.10	105163	SINAPI	JOELHO PPR, 45 GRAUS, SOLDÁVEL, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	14,41	17,40	34,80	0,01 %
3.29.11	105146	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, PPR, DN 50 X 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	23,33	28,17	28,17	0,01 %
<b>3.30</b>			<b>PASTEURIZADOR - SAÍDA DE ÁGUA GELADA</b>		<b>1</b>		<b>1.312,56</b>	<b>1.312,56</b>	<b>0,35 %</b>
3.30.1	022068	Próprio	CONEXÃO SMS 1" INOX pi/pe, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	149,83	180,93	180,93	0,05 %
3.30.2	022055	Próprio	CURVA 90° DE AÇO INOX 304 - 1"X1,50MM/PIPE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	47,39	57,22	57,22	0,02 %
3.30.3	022070	Próprio	NIPLE DUPLO INOX AISI 304 1" PI/PE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	73,83	89,15	89,15	0,02 %
3.30.4	022071	Próprio	VALVULA ESFERA 1" INOX AISI 304 FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	388,83	469,55	469,55	0,12 %
3.30.5	022072	Próprio	LUVA MISTA 32 x 1" PPR PN 12, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	71,36	86,17	172,34	0,05 %
3.30.6	105146	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, PPR, DN 50 X 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	23,33	28,17	28,17	0,01 %
3.30.7	96669	SINAPI	TUBO, PPR, DN 32, CLASSE PN 12, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	M	8	18,36	22,17	177,36	0,05 %
3.30.8	96758	SINAPI	TÊ, PPR, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	17,27	20,85	20,85	0,01 %
3.30.9	052282	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	14,87	17,95	17,95	0,00 %
3.30.10	052499	SBC	UNIAO GALVANIZADO ASSENTO BRONZE 1" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	42,28	51,05	51,05	0,01 %
3.30.11	96749	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PPR, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	10,93	13,19	13,19	0,00 %
3.30.12	105163	SINAPI	JOELHO PPR, 45 GRAUS, SOLDÁVEL, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	14,41	17,40	34,80	0,01 %
<b>3.31</b>			<b>PASTEURIZADOR -LEITE</b>		<b>1</b>		<b>1.767,90</b>	<b>1.767,90</b>	<b>0,47 %</b>



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.31.1	W12375	Próprio	CONEXÃO/UNIÃO SMS INOX AISI 304 1.1/2" x 1,50mm PI/PE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	3	210,97	254,76	764,28	0,20 %
3.31.2	W12380	Próprio	REDUÇÃO 1.1/2X1" INOX AISI 304 pi/pe - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	3	127,21	153,61	460,83	0,12 %
3.31.3	022068	Próprio	CONEXÃO SMS 1" INOX pi/pe, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	3	149,83	180,93	542,79	0,14 %
<b>3.32</b>			<b>PASTEURIZADOR - LINHA DE VAPOR</b>		<b>1</b>		<b>679,79</b>	<b>679,79</b>	<b>0,18 %</b>
3.32.1	052282	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	14,87	17,95	35,90	0,01 %
3.32.2	052915	SBC	CURVA 90 FEMEA-FEMEA GALVANIZADA 1" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	27,57	33,29	33,29	0,01 %
3.32.3	055451	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	84,50	102,04	102,04	0,03 %
3.32.4	92359	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CONEXÃO SOLDADA, DN 25 (1"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	3	70,93	85,65	256,95	0,07 %
3.32.5	056145	SBC	TE REDUCAO GALVANIZADO DIAM. 1.1/2"x1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	76,44	92,30	92,30	0,02 %
3.32.6	012372	Próprio	CURVA 180° 1" AÇO CARBONO SCH 40 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	82,72	99,89	99,89	0,03 %
3.32.7	055971	SBC	CURVA 45 RAIO LONGO ACO CARBONO SCH 40 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	24,61	29,71	59,42	0,02 %
<b>3.33</b>			<b>PASTEURIZADOR - LINHA DE ÁGUA COMUM</b>		<b>1</b>		<b>830,01</b>	<b>830,01</b>	<b>0,22 %</b>
3.33.1	96720	SINAPI	TUBO, PPR, DN 32 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	6	17,60	21,25	127,50	0,03 %
3.33.2	94675	SINAPI	CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	11,32	13,67	13,67	0,00 %
3.33.3	022072	Próprio	LUVA MISTA 32 x 1" PPR PN 12, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	71,36	86,17	344,68	0,09 %
3.33.4	055231	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	12,30	14,85	44,55	0,01 %
3.33.5	022064	Próprio	VÁLVULA ESFERA TRIPARTIDA 1", PASSAGEM PLENA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	128,61	155,30	155,30	0,04 %
3.33.6	055451	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 1" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	84,50	102,04	102,04	0,03 %
3.33.7	94690	SINAPI	TÊ, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	10,89	13,15	13,15	0,00 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.33.8	C1826	SEINFRA	NIPLE DUPLO DE REDUÇÃO AÇO GALV. D=20X15mm (3/4"X1/2") À 25X20mm (1"X3/4") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	24,12	29,12	29,12	0,01 %
<b>3.34</b>			<b>PASTEURIZADOR - LINHA DE AR COMPRIMIDO</b>		<b>1</b>		<b>634,03</b>	<b>634,03</b>	<b>0,17 %</b>
3.34.1	96713	SINAPI	TÊ NORMAL, PPR, DN 50 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO . AF_08/2022	UN	1	50,57	61,06	61,06	0,02 %
3.34.2	105229	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, PPR, DN 50 X 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	28,98	34,99	34,99	0,01 %
3.34.3	96719	SINAPI	TUBO, PPR, DN 25 MM, CLASSE PN 20, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	3	19,50	23,54	70,62	0,02 %
3.34.4	091025	AGETOP CIVIL	VÁLVULA DE ESFERA TRIPARTIDA 3/4", PASSAGEM PLENA, ROSCA NPT, CLASSE 300 - NORMA ASME B16.34 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Un	1	192,16	232,05	232,05	0,06 %
3.34.5	052834	SBC	CONECTOR FEMEA PPR 25mm x 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	26,21	31,65	31,65	0,01 %
3.34.6	012370	Próprio	CONEXÃO ROSCA MACHO 1/2" x 8MM RETA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	50,35	60,80	60,80	0,02 %
3.34.7	012371	Próprio	MANGUEIRA PU 8MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	39,41	47,59	47,59	0,01 %
3.34.8	105150	SINAPI	JOELHO PPR 45 GRAUS, SOLDÁVEL, DN 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	9,01	10,88	21,76	0,01 %
3.34.9	012375	Próprio	CURVA 180° 25MM PPR AZUL PN20 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	60,88	73,51	73,51	0,02 %
<b>3.35</b>			<b>CHILLER - SAÍDA DE ÁGUA GELADA DA CAIXA D'ÁGUA</b>		<b>1</b>		<b>6.971,24</b>	<b>6.971,24</b>	<b>1,84 %</b>
3.35.1	1052	ORSE	Adaptador de pvc rígido soldável c/ flanges livres p/ caixa de água diâm = 60mm x 2" - Rev 01_10/2022 (Fornecimento e instalação)	un	1	51,11	61,72	61,72	0,02 %
3.35.2	022074	Próprio	NIPLE DUPLO C REDUÇÃO 2 x 1.1/2" GALVANIZADO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	88,83	107,27	107,27	0,03 %
3.35.3	022072	Próprio	LUVA MISTA 32 x 1" PPR PN 12, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	71,36	86,17	258,51	0,07 %
3.35.4	96722	SINAPI	TUBO, PPR, DN 50 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	6	35,28	42,60	255,60	0,07 %
3.35.5	96751	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PPR, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	25,50	30,79	61,58	0,02 %





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.35.6	022049	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REGISTRO ESFERA 50MM PPR/METAL	un	1	583,93	705,15	705,15	0,19 %
3.35.7	055423	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	41,72	50,38	100,76	0,03 %
3.35.8	055457	SBC	UNIAO GALVANIZADO ASSENTO CONICO 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	67,13	81,06	162,12	0,04 %
3.35.9	102118	SINAPI	BOMBA CENTRÍFUGA, TRIFÁSICA, 3 CV OU 2,96 HP, HM 34 A 40 M, Q 8,6 A 14,8 M3/H - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2020	UN	1	1.944,13	2.347,73	2.347,73	0,62 %
3.35.10	052282	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	14,87	17,95	17,95	0,00 %
3.35.11	92944	SINAPI	LUVA DE REDUÇÃO, EM FERRO GALVANIZADO, 1 1/2" X 1", CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA SPRINKLER - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2	40,23	48,58	97,16	0,03 %
3.35.12	052890	SBC	CURVA 90 MACHO GALVANIZADA 1 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	1.847,54	2.231,08	2.231,08	0,59 %
3.35.13	055423	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	41,72	50,38	100,76	0,03 %
3.35.14	055473	SBC	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL EM LATAO, ROSCA BSP 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	176,17	212,74	212,74	0,06 %
3.35.15	96722	SINAPI	TUBO, PPR, DN 50 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	3	35,28	42,60	127,80	0,03 %
3.35.16	96751	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PPR, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	25,50	30,79	30,79	0,01 %
3.35.17	022073	Próprio	PONTA DE ROSCA 1.1/2" GALVANIZADA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	76,62	92,52	92,52	0,02 %
<b>3.36</b>			<b>CHILLER - SAÍDA DE ÁGUA GELADA</b>		<b>1</b>		<b>1.445,32</b>	<b>1.445,32</b>	<b>0,38 %</b>
3.36.1	055423	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	41,72	50,38	201,52	0,05 %
3.36.2	056209	SBC	LUVA GALVANIZADA DIAM. 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	33,72	40,72	40,72	0,01 %
3.36.3	055457	SBC	UNIAO GALVANIZADO ASSENTO CONICO 1.1/2", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	67,13	81,06	81,06	0,02 %
3.36.4	96671	SINAPI	TUBO, PPR, DN 50, CLASSE PN 12, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	M	3	36,14	43,64	130,92	0,03 %
3.36.5	022049	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REGISTRO ESFERA 50MM PPR/METAL	un	1	583,93	705,15	705,15	0,19 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.36.6	96751	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PPR, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	25,50	30,79	30,79	0,01 %
3.36.7	1061	ORSE	Adaptador pvc rígido soldável c/ flange e anel, p/ caixa d'água diâm = 60mm x2" - Fornecimento e Instalação	un	1	51,11	61,72	61,72	0,02 %
3.36.8	022072	Próprio	LUVA MISTA 32 x 1" PPR PN 12, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	71,36	86,17	86,17	0,02 %
3.36.9	022074	Próprio	NIPLE DUPLO C REDUÇÃO 2 x 1.1/2" GALVANIZADO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	88,83	107,27	107,27	0,03 %
<b>3.37</b>			<b>CHILLER - ENTRADA DE ÁGUA GELADA</b>		<b>1</b>		<b>1.767,13</b>	<b>1.767,13</b>	<b>0,47 %</b>
3.37.1	055423	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	41,72	50,38	201,52	0,05 %
3.37.2	056209	SBC	LUVA GALVANIZADA DIAM. 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	33,72	40,72	40,72	0,01 %
3.37.3	055457	SBC	UNIAO GALVANIZADO ASSENTO CONICO 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	67,13	81,06	81,06	0,02 %
3.37.4	96671	SINAPI	TUBO, PPR, DN 50, CLASSE PN 12, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	M	3	36,14	43,64	130,92	0,03 %
3.37.5	022049	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REGISTRO ESFERA 50MM PPR/METAL	un	1	583,93	705,15	705,15	0,19 %
3.37.6	96751	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PPR, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	25,50	30,79	30,79	0,01 %
3.37.7	1061	ORSE	Adaptador pvc rígido soldável c/ flange e anel, p/ caixa d'água diâm = 60mm x2" - Fornecimento e Instalação	un	1	51,11	61,72	61,72	0,02 %
3.37.8	022072	Próprio	LUVA MISTA 32 x 1" PPR PN 12, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	71,36	86,17	86,17	0,02 %
3.37.9	022074	Próprio	NIPLE DUPLO C REDUÇÃO 2 x 1.1/2" GALVANIZADO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	4	88,83	107,27	429,08	0,11 %
<b>3.38</b>			<b>CHILLER - ENTRADA DE ÁGUA COMUM NA CAIXA D'ÁGUA</b>		<b>1</b>		<b>689,51</b>	<b>689,51</b>	<b>0,18 %</b>
3.38.1	105146	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, PPR, DN 50 X 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	23,33	28,17	28,17	0,01 %
3.38.2	0222051	Próprio	CURVA 90 GRAUS PPR VERDE, DN 50MM, PN12 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	5	42,47	51,28	256,40	0,07 %
3.38.3	96722	SINAPI	TUBO, PPR, DN 50 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	1	35,28	42,60	42,60	0,01 %
3.38.4	022050	Próprio	LUVA MISTA, PPR, 50 x 1.1/2" PN12, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	81,88	98,87	98,87	0,03 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.38.5	052296	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	42,02	50,74	101,48	0,03 %
3.38.6	055457	SBC	UNIAO GALVANIZADO ASSENTO CONICO 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	67,13	81,06	81,06	0,02 %
3.38.7	055506	SBC	LUVA GALVANIZADO 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	33,72	40,72	40,72	0,01 %
3.38.8	94706	SINAPI	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM X 1 1/2", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	33,30	40,21	40,21	0,01 %
3.39			<b>CHILLER - RETORNO DE ÁGUA GELADA DA CAIXA DE ÁGUA</b>		1		1.193,87	1.193,87	0,32 %
3.39.1	94707	SINAPI	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 60 MM X 2", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	52,11	62,92	62,92	0,02 %
3.39.2	022074	Próprio	NIPLE DUPLO C REDUÇÃO 2 x 1.1/2" GALVANIZADO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	88,83	107,27	107,27	0,03 %
3.39.3	022072	Próprio	LUVA MISTA 32 x 1" PPR PN 12, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	71,36	86,17	86,17	0,02 %
3.39.4	022049	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REGISTRO ESFERA 50MM PPR/METAL	un	1	583,93	705,15	705,15	0,19 %
3.39.5	96722	SINAPI	TUBO, PPR, DN 50 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	3	35,28	42,60	127,80	0,03 %
3.39.6	96751	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PPR, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	25,50	30,79	61,58	0,02 %
3.39.7	94651	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 50MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	1	20,92	25,26	25,26	0,01 %
3.39.8	94678	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	14,68	17,72	17,72	0,00 %
3.40			<b>SEPARADOR DE UMIDADE</b>		1		1.956,70	1.956,70	0,52 %
3.40.1	96648	SINAPI	TUBO, PPR, DN 32, CLASSE PN 25, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	M	3	32,02	38,66	115,98	0,03 %
3.40.2	052285	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	10,34	12,48	12,48	0,00 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.40.3	0123/100	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PURGADOR TERMODINAMICO 1/2" PARA REDE DE AR COMPRIMIDO. INSTALAÇÃO EM SEPARADOR DE UMIDADE.	un	1	353,95	427,43	427,43	0,11 %
3.40.4	0123/101	Próprio	SEPARADOR DE UMIDADE EM PPR PARA REDE DE AR COMPRIMIDO 32 x 32 x 1/2" F/F/F, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO COM SUPORTE	un	1	1.068,42	1.290,22	1.290,22	0,34 %
3.40.5	0123/103	Próprio	CONEXÃO RETA 3/8" x 6mm GALVANIZADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	55,18	66,63	66,63	0,02 %
3.40.6	0123/104	Próprio	MANGUEIRA PU PARA REDE DE AR COMPRIMIDO 6MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	36,41	43,96	43,96	0,01 %
<b>3.41</b>			<b>CONEXÃO - COMPRESSOR DE AR COMPRIMIDO</b>		<b>1</b>		<b>730,00</b>	<b>730,00</b>	<b>0,19 %</b>
3.41.1	061073	SBC	ABRACADEIRA ROSCA SEM FIM 3/4" x 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	2,94	3,55	7,10	0,00 %
3.41.2	3194	ORSE	Fornecimento e assentamento de bucha de redução de ferro galvanizado de 1" x 1/2"	un	1	26,89	32,47	32,47	0,01 %
3.41.3	080977	AGETOP CIVIL	REGISTRO DE ESFERA METAL DIAMETRO 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Un	1	96,02	115,95	115,95	0,03 %
3.41.4	052282	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	14,87	17,95	17,95	0,00 %
3.41.5	012365	Próprio	CONECTOR FEMEA PPR 32mm x 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO PARA REDE DE ÁGUA FRIA	un	1	40,19	48,53	48,53	0,01 %
3.41.6	96749	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PPR, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	10,93	13,19	13,19	0,00 %
3.41.7	96648	SINAPI	TUBO, PPR, DN 32, CLASSE PN 25, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	M	3	32,02	38,66	115,98	0,03 %
3.41.8	96749	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PPR, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	3	10,93	13,19	39,57	0,01 %
3.41.9	96758	SINAPI	TÊ, PPR, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	17,27	20,85	20,85	0,01 %
3.41.10	052817	SBC	CAP/TAMPAO PPR AGUA QUENTE 32mm, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	11,65	14,06	14,06	0,00 %
3.41.11	0123/105	Próprio	MANGUEIRA 5/16" PARA COMPRESSOR DE AR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	39,41	47,59	47,59	0,01 %
3.41.12	012370	Próprio	CONEXÃO ROSCA MACHO 1/2" x 8MM RETA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	50,35	60,80	60,80	0,02 %
3.41.13	012371	Próprio	MANGUEIRA PU 8MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	39,41	47,59	47,59	0,01 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.41.14	0123/106	Próprio	CURVA 180 PPR 32MM PN20 PARA REDE DE AR COMPRIMIDO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	69,42	83,83	83,83	0,02 %
3.41.15	0123/107	Próprio	ESPIGÃO 8MM x 1/2" BSP - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	53,45	64,54	64,54	0,02 %
<b>3.42</b>			<b>GERADOR DE VAPOR - RETORNO DO CONDENSADO DO MISTURADOR DE VAPOR</b>		<b>1</b>		<b>709,62</b>	<b>709,62</b>	<b>0,19 %</b>
3.42.1	92690	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	6	76,59	92,49	554,94	0,15 %
3.42.2	055969	SBC	CURVA 90 RAIOS CURTO AÇO CARBONO SCH 40 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	21,47	25,92	77,76	0,02 %
3.42.3	022076	Próprio	PONTA DE ROSCA, AÇO CARBONO, DN 3/4, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	63,70	76,92	76,92	0,02 %
<b>3.43</b>			<b>GERADOR DE VAPOR - RETORNO DO CONDENSADO DA LINHA</b>		<b>1</b>		<b>1.074,74</b>	<b>1.074,74</b>	<b>0,28 %</b>
3.43.1	022077	Próprio	PONTA DE ROSCA C/ REDUÇÃO 1.1/2X1" AÇO CARBONO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	84,11	101,57	101,57	0,03 %
3.43.2	055961	SBC	CURVA 90 RAIOS CURTO AÇO CARBONO SCH 40 1.1/2", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	37,75	45,58	91,16	0,02 %
3.43.3	055452	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 1.1/2", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	78,32	94,57	94,57	0,02 %
3.43.4	92648	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CONEXÃO SOLDADA, DN 40 (1 1/2"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA SPRINKLER - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	6	108,68	131,24	787,44	0,21 %
<b>3.44</b>			<b>GERADOR DE VAPOR - DRENO DESCARGA DO CONDENSADO</b>		<b>1</b>		<b>717,75</b>	<b>717,75</b>	<b>0,19 %</b>
3.44.1	052284	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 3/4", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	12,51	15,10	15,10	0,00 %
3.44.2	055337	SBC	UNIAO ASSENTO CONICO GALVANIZADO 3/4", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	37,16	44,87	44,87	0,01 %
3.44.3	022076	Próprio	PONTA DE ROSCA, AÇO CARBONO, DN 3/4, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	63,70	76,92	76,92	0,02 %
3.44.4	92690	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	6	76,59	92,49	554,94	0,15 %
3.44.5	055969	SBC	CURVA 90 RAIOS CURTO AÇO CARBONO SCH 40 3/4", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	21,47	25,92	25,92	0,01 %
<b>3.45</b>			<b>GERADOR DE VAPOR - RESPIRADOR TANQUE DE DIESEL</b>		<b>1</b>		<b>509,42</b>	<b>509,42</b>	<b>0,13 %</b>



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.45.1	022078	Próprio	PONTA DE ROSCA 1" AÇO CARBONO SCH 40, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	58,90	71,12	142,24	0,04 %
3.45.2	055960	SBC	CURVA 90 RAIOS CURTO AÇO CARBONO SCH 40 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	26,43	31,91	31,91	0,01 %
3.45.3	92645	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CONEXÃO SOLDADA, DN 25 (1"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA SPRINKLER - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	3	75,41	91,06	273,18	0,07 %
3.45.4	055064	SBC	LUVA AÇO CARBONO SCH 40 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	34,99	42,25	42,25	0,01 %
3.45.5	055944	SBC	CAP AÇO CARBONO SCH 40 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	16,43	19,84	19,84	0,01 %
<b>3.46</b>			<b>GERADOR DE VAPOR - SAÍDA DA DESCARGA DO CONDENSADO</b>		<b>1</b>		<b>1.096,86</b>	<b>1.096,86</b>	<b>0,29 %</b>
3.46.1	022079	Próprio	PONTA DE ROSCA 1/2" AÇO CARBONO SCH 40, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	4	57,40	69,31	277,24	0,07 %
3.46.2	97547	SINAPI	CURVA 90 GRAUS, EM AÇO, CONEXÃO SOLDADA, DN 15 (1/2"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	3	46,80	56,51	169,53	0,04 %
3.46.3	056875	SBC	VALVULA DE ESFERA TRIPARTIDA 1/2", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	174,41	210,61	210,61	0,06 %
3.46.4	052285	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1/2", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	10,34	12,48	12,48	0,00 %
3.46.5	052401	SBC	UNIAO GALVANIZADO ASSENTO BRONZE 1/2", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	32,73	39,52	39,52	0,01 %
3.46.6	92689	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO SOLDADA, DN 15 (1/2"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	6	53,48	64,58	387,48	0,10 %
<b>3.47</b>			<b>GERADOR DE VAPOR - ALIMENTAÇÃO DIESEL</b>		<b>1</b>		<b>2.256,10</b>	<b>2.256,10</b>	<b>0,60 %</b>
3.47.1	022079	Próprio	PONTA DE ROSCA 1/2" AÇO CARBONO SCH 40, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	4	57,40	69,31	277,24	0,07 %
3.47.2	052918	SBC	CURVA 90 FEMEA-FEMEA GALVANIZADA 1/2", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	15,22	18,37	55,11	0,01 %
3.47.3	056875	SBC	VALVULA DE ESFERA TRIPARTIDA 1/2", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	174,41	210,61	210,61	0,06 %
3.47.4	052285	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1/2", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	10,34	12,48	12,48	0,00 %
3.47.5	052401	SBC	UNIAO GALVANIZADO ASSENTO BRONZE 1/2", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	1	32,73	39,52	39,52	0,01 %





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.47.6	92689	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO SOLDADA, DN 15 (1/2"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	6	53,48	64,58	387,48	0,10 %
3.47.7	022080	Próprio	LUVA DE REDUÇÃO 1/2 x 3/8" GALVANIZADA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	49,58	59,87	119,74	0,03 %
3.47.8	022081	Próprio	ESPIGÃO P/ MANGUEIRA 3/8 X 3/8", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	49,47	59,73	119,46	0,03 %
3.47.9	022082	Próprio	ABRAÇADEIRA ROSCA S/ FIM 3/8" AÇO CARBONO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	29,00	35,02	70,04	0,02 %
3.47.10	022083	Próprio	MANGUEIRA CRISTAL TRANÇADA 3/8", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	3	6,99	8,44	25,32	0,01 %
3.47.11	022084	Próprio	VALVULA ESFERA 3/8" COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	388,83	469,55	939,10	0,25 %
<b>3.48</b>			<b>GERADOR DE VAPOR - ALIMENTAÇÃO DE ÁGUA COMUM P/ TANQUE</b>		<b>1</b>		<b>1.831,94</b>	<b>1.831,94</b>	<b>0,48 %</b>
3.48.1	1084	ORSE	Bucha de redução longa de pvc rígido soldável, marrom, diâm = 50 x 32mm (Fornecimento e Instalação)	un	1	19,46	23,49	23,49	0,01 %
3.48.2	022073	Próprio	PONTA DE ROSCA 1.1/2" GALVANIZADA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	76,62	92,52	185,04	0,05 %
3.48.3	055961	SBC	CURVA 90 RAIOS CURTO AÇO CARBONO SCH 40 1.1/2", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	37,75	45,58	182,32	0,05 %
3.48.4	022045	Próprio	VALVULA ESFERA TRIPARTIDA 1.1/2" AÇO CARBONO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	267,93	323,55	323,55	0,09 %
3.48.5	055457	SBC	UNIAO GALVANIZADO ASSENTO CONICO 1.1/2", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	67,13	81,06	162,12	0,04 %
3.48.6	95697	SINAPI	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CONEXÃO SOLDADA, DN 40 (1 1/2"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	6	104,20	125,83	754,98	0,20 %
3.48.7	022077	Próprio	PONTA DE ROSCA C/ REDUÇÃO 1.1/2X1" AÇO CARBONO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	84,11	101,57	101,57	0,03 %
3.48.8	022050	Próprio	LUVA MISTA, PPR, 50 x 1.1/2" PN12, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	81,88	98,87	98,87	0,03 %
<b>3.49</b>			<b>GERADOR DE VAPOR - SAÍDA DE VAPOR PRINCIPAL</b>		<b>1</b>		<b>119,32</b>	<b>119,32</b>	<b>0,03 %</b>
3.49.1	022086	Próprio	REDUÇÃO CONCÊNTRICA 1.1/2" x 1" AÇO CARBONO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	98,81	119,32	119,32	0,03 %
<b>3.50</b>			<b>PRENSA DE FRESCAIS - LINHA DE AR COMPRIMIDO</b>		<b>1</b>		<b>744,36</b>	<b>744,36</b>	<b>0,20 %</b>
3.50.1	96713	SINAPI	TÊ NORMAL, PPR, DN 50 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO . AF_08/2022	UN	1	50,57	61,06	61,06	0,02 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.50.2	105229	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, PPR, DN 50 X 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	28,98	34,99	34,99	0,01 %
3.50.3	96719	SINAPI	TUBO, PPR, DN 25 MM, CLASSE PN 20, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	3	19,50	23,54	70,62	0,02 %
3.50.4	091025	AGETOP CIVIL	VÁLVULA DE ESFERA TRIPARTIDA 3/4", PASSAGEM PLENA, ROSCA NPT, CLASSE 300 - NORMA ASME B16.34	Un	1	192,16	232,05	232,05	0,06 %
3.50.5	052834	SBC	CONECTOR FEMEA PPR 25mm x 3/4"	UN	1	26,21	31,65	31,65	0,01 %
3.50.6	070807	SBC	BUCHA REDUCAO GALVANIZADO 3/4"x1/2"	UN	1	12,55	15,15	15,15	0,00 %
3.50.7	012370	Próprio	CONEXÃO ROSCA MACHO 1/2" x 8MM RETA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	50,35	60,80	60,80	0,02 %
3.50.8	012371	Próprio	MANGUEIRA PU 8MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	3	39,41	47,59	142,77	0,04 %
3.50.9	105150	SINAPI	JOELHO PPR 45 GRAUS, SOLDÁVEL, DN 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	9,01	10,88	21,76	0,01 %
3.50.10	012375	Próprio	CURVA 180° 25MM PPR AZUL PN20 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	60,88	73,51	73,51	0,02 %
<b>3.51</b>			<b>ENVASADORA DE MANTEIGA - LINHA DE AR COMPRIMIDO</b>		<b>1</b>		<b>744,36</b>	<b>744,36</b>	<b>0,20 %</b>
3.51.1	96713	SINAPI	TÊ NORMAL, PPR, DN 50 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO . AF_08/2022	UN	1	50,57	61,06	61,06	0,02 %
3.51.2	105229	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, PPR, DN 50 X 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	28,98	34,99	34,99	0,01 %
3.51.3	96719	SINAPI	TUBO, PPR, DN 25 MM, CLASSE PN 20, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	3	19,50	23,54	70,62	0,02 %
3.51.4	091025	AGETOP CIVIL	VÁLVULA DE ESFERA TRIPARTIDA 3/4", PASSAGEM PLENA, ROSCA NPT, CLASSE 300 - NORMA ASME B16.34	Un	1	192,16	232,05	232,05	0,06 %
3.51.5	052834	SBC	CONECTOR FEMEA PPR 25mm x 3/4"	UN	1	26,21	31,65	31,65	0,01 %
3.51.6	070807	SBC	BUCHA REDUCAO GALVANIZADO 3/4"x1/2"	UN	1	12,55	15,15	15,15	0,00 %
3.51.7	012370	Próprio	CONEXÃO ROSCA MACHO 1/2" x 8MM RETA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	50,35	60,80	60,80	0,02 %
3.51.8	012371	Próprio	MANGUEIRA PU 8MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	3	39,41	47,59	142,77	0,04 %



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.51.9	105150	SINAPI	JOELHO PPR 45 GRAUS, SOLDÁVEL, DN 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	9,01	10,88	21,76	0,01 %
3.51.10	012375	Próprio	CURVA 180° 25MM PPR AZUL PN20 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	60,88	73,51	73,51	0,02 %
<b>3.52</b>			<b>DRENOPRENSA - LINHA DE AR COMPRIMIDO</b>		<b>1</b>		<b>744,36</b>	<b>744,36</b>	<b>0,20 %</b>
3.52.1	96713	SINAPI	TÊ NORMAL, PPR, DN 50 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO . AF_08/2022	UN	1	50,57	61,06	61,06	0,02 %
3.52.2	105229	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, PPR, DN 50 X 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	28,98	34,99	34,99	0,01 %
3.52.3	96719	SINAPI	TUBO, PPR, DN 25 MM, CLASSE PN 20, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	3	19,50	23,54	70,62	0,02 %
3.52.4	091025	AGETOP CIVIL	VÁLVULA DE ESFERA TRIPARTIDA 3/4", PASSAGEM PLENA, ROSCA NPT, CLASSE 300 - NORMA ASME B16.34	Un	1	192,16	232,05	232,05	0,06 %
3.52.5	052834	SBC	CONECTOR FEMEA PPR 25mm x 3/4"	UN	1	26,21	31,65	31,65	0,01 %
3.52.6	070807	SBC	BUCHA REDUCAO GALVANIZADO 3/4"x1/2"	UN	1	12,55	15,15	15,15	0,00 %
3.52.7	012370	Próprio	CONEXÃO ROSCA MACHO 1/2" x 8MM RETA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	50,35	60,80	60,80	0,02 %
3.52.8	012371	Próprio	MANGUEIRA PU 8MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	3	39,41	47,59	142,77	0,04 %
3.52.9	105150	SINAPI	JOELHO PPR 45 GRAUS, SOLDÁVEL, DN 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	9,01	10,88	21,76	0,01 %
3.52.10	012375	Próprio	CURVA 180° 25MM PPR AZUL PN20 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	60,88	73,51	73,51	0,02 %
<b>3.53</b>			<b>EMBALADEIRA DE LEITE - AR COMPRIMIDO</b>		<b>1</b>		<b>916,99</b>	<b>916,99</b>	<b>0,24 %</b>
3.53.1	96713	SINAPI	TÊ NORMAL, PPR, DN 50 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO . AF_08/2022	UN	1	50,57	61,06	61,06	0,02 %
3.53.2	105229	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, PPR, DN 50 X 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	28,98	34,99	34,99	0,01 %
3.53.3	96719	SINAPI	TUBO, PPR, DN 25 MM, CLASSE PN 20, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E	M	3	19,50	23,54	70,62	0,02 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

			INSTALAÇÃO. AF_04/2024						
3.53.4	022044	Próprio	VÁLVULA DE ESFERA TRIPARTIDA COM ROSCA BSP, CLASSE 300lbs 3/4", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1	413,93	499,86	499,86	0,13 %
3.53.5	052834	SBC	CONECTOR FEMEA PPR 25mm x 3/4", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	26,21	31,65	31,65	0,01 %
3.53.6	070807	SBC	BUCHA REDUCAO GALVANIZADO 3/4"x1/2", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	12,55	15,15	15,15	0,00 %
3.53.7	012370	Próprio	CONEXÃO ROSCA MACHO 1/2" x 8MM RETA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	50,35	60,80	60,80	0,02 %
3.53.8	012371	Próprio	MANGUEIRA PU 8MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	39,41	47,59	47,59	0,01 %
3.53.9	105150	SINAPI	JOELHO PPR 45 GRAUS, SOLDÁVEL, DN 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2	9,01	10,88	21,76	0,01 %
3.53.10	012375	Próprio	CURVA 180° 25MM PPR AZUL PN20 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	60,88	73,51	73,51	0,02 %
<b>3.54</b>			<b>EMBALADEIRA DE LEITE - ÁGUA COMUM</b>		<b>1</b>		<b>697,28</b>	<b>697,28</b>	<b>0,18 %</b>
3.54.1	96720	SINAPI	TUBO, PPR, DN 32 MM, CLASSE PN 12, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	3	17,60	21,25	63,75	0,02 %
3.54.2	96758	SINAPI	TÊ, PPR, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1	17,27	20,85	20,85	0,01 %
3.54.3	94675	SINAPI	CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	3	11,32	13,67	41,01	0,01 %
3.54.4	022072	Próprio	LUVA MISTA 32 x 1" PPR PN 12, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	71,36	86,17	86,17	0,02 %
3.54.5	022064	Próprio	VÁLVULA ESFERA TRIPARTIDA 1", PASSAGEM PLENA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	128,61	155,30	155,30	0,04 %
3.54.6	052184	SBC	UNIAO GALVANIZADO COM ASSENTO PLANO 1", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	84,50	102,04	102,04	0,03 %
3.54.7	022087	Próprio	BUCHA DE REDUÇÃO 1 X 1/2" GALVANIZADA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	15,88	19,17	19,17	0,01 %
3.54.8	012370	Próprio	CONEXÃO ROSCA MACHO 1/2" x 8MM RETA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	50,35	60,80	60,80	0,02 %
3.54.9	012371	Próprio	MANGUEIRA PU 8MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2	39,41	47,59	95,18	0,03 %
3.54.10	055422	SBC	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	14,64	17,67	53,01	0,01 %



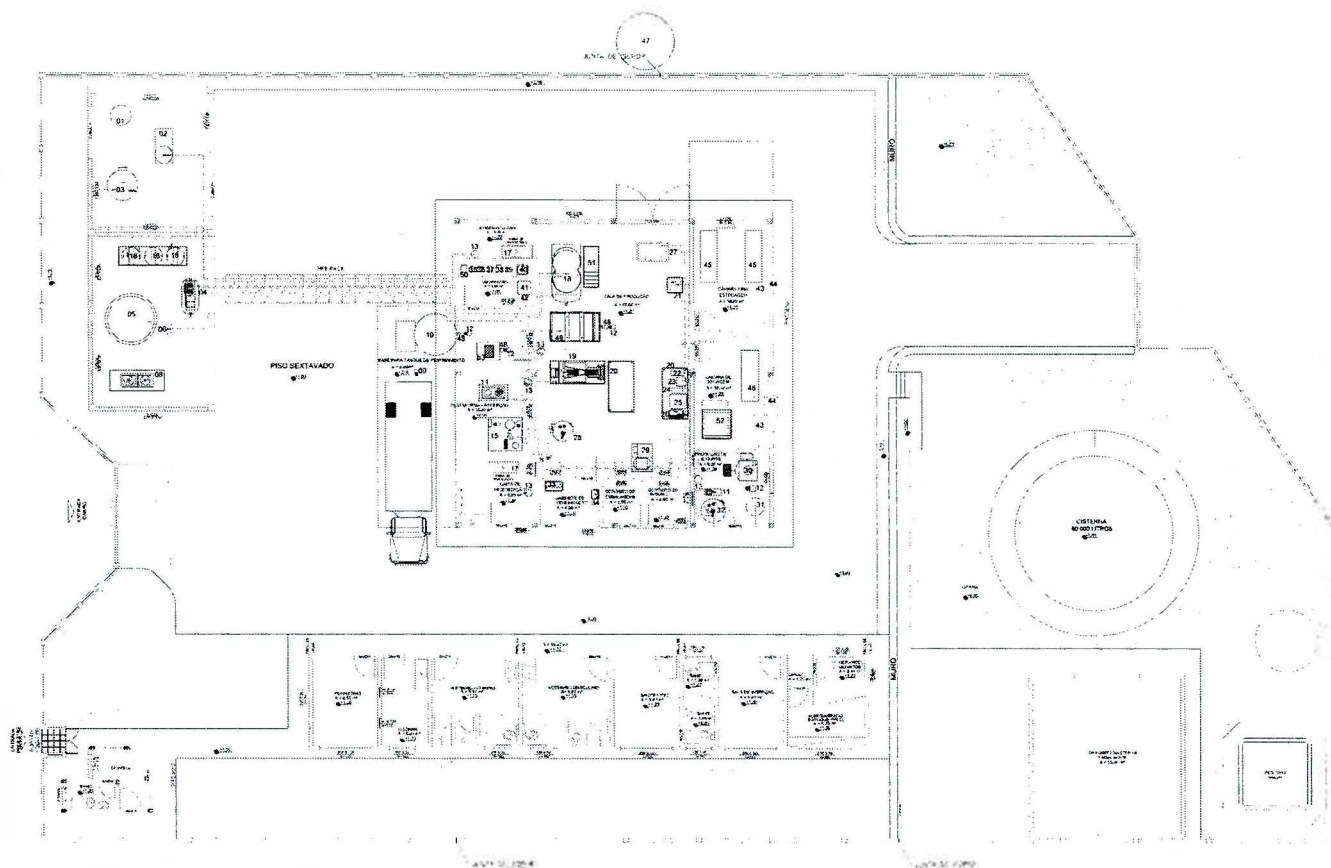
**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

Praça Nove de Maio, S/N, Novo Horizonte,  
CEP: 44823-771, Capim Grosso – Bahia  
CNPJ Nº 13.230.982/0001-50

3.55			<b>INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DOS EQUIPAMENTOS</b>		1		3.554,71	3.554,71	0,94 %
3.55.1	065240	SBC	CHAVE PARTIDA DIRETA TRIF C/ CX TERMOPL. FUSIVEL 25A 380V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (PARA COMPRESSOR E MONOBLOCO)	UN	2	470,07	567,65	1.135,30	0,30 %
3.55.2	0123/110	Próprio	Chave De Partida Direta 220 v 1F PARA BOMBA AUTO ASPIRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	286,22	345,63	345,63	0,09 %
3.55.3	0123/110	Próprio	Chave De Partida Direta 220 v 1F PARA BOMBA CENTRÍFUGA SANITÁRIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	5	286,22	345,63	1.728,15	0,46 %
3.55.4	0123/110	Próprio	Chave De Partida Direta 220 v 1F PARA BOMBA POSITIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1	286,22	345,63	345,63	0,09 %
3.56			<b>ADEQUAÇÃO DO PASTEURIZADOR</b>		1		21.133,00	21.133,00	5,58 %
3.56.1	022088	Próprio	"REGISTRADOR GRÁFICO COM PT100 DUPLO Módulo eletrônico responsável pela leitura de temperatura no ponto de maior aquecimento imprimindo em fita de papel com a finalidade de arquivamento e controle fiscal. Acompanhado de sensor de temperatura com medição através de Platina montado em tubos de proteção metálica e cabeçote duplo em alumínio com rosca 3/8" BSP."	un	1	8.500,00	10.264,60	10.264,60	2,71 %
3.56.2	022089	Próprio	"RETORNO AUTOMÁTICO Este sistema controla automaticamente a temperatura e a direção do fluxo do produto através de um micro processador "" P.I.D "" . Caso haja alteração da temperatura de trabalho, ele impede a passagem do produto não pasteurizado para o envase, corrige automaticamente a temperatura e libera novamente para o sistema de envase sem necessidade de qualquer operação manual. Este sistema também permite que o pasteurizador faça o aquecimento inicial automaticamente"	un	1	5.000,00	6.038,00	6.038,00	1,59 %
3.56.3	0222065	Próprio	ADEQUAÇÃO DO SISTEMAS DE PLACAS PARA INTERLIGAÇÃO COM A PADRONIZADORA com fornecimento e instalação da coluna intermediária fabricada em aço inox aisi 304 (bloco do trocador de calor) para interligação do leite da padronizadora em circuito fechado, bitola 1"SMS para saída da padronizadora, retorno padronizadora, retorno retardador, saída água quente.	un	1	4.000,00	4.830,40	4.830,40	1,28 %
				<b>Total sem BDI</b>			<b>313.715,51</b>		
				<b>Total do BDI</b>			<b>65.116,09</b>		
				<b>Total Geral</b>			<b>378.831,60</b>		







PLANTA BAIXA

#### UTILIDADES

- 1 - VAPOR
- 2 - ÁGUA QUENTE
- 3 - ÁGUA FRIA
- 4 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 5 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 6 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 7 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 8 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 9 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 10 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 11 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 12 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 13 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 14 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 15 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 16 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 17 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 18 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 19 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 20 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 21 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 22 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 23 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 24 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 25 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 26 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 27 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 28 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 29 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 30 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 31 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 32 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 33 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 34 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 35 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 36 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 37 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 38 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 39 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 40 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 41 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 42 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 43 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 44 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 45 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 46 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 47 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 48 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 49 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 50 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 51 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 52 - ÁGUA DE CONDENSADO
- 53 - ÁGUA DE CONDENSADO

#### EQUIPAMENTOS:

- 01 - TANQUE DE OLEO 500 L
- 02 - GERADOR DE VAPOR 220KG/H
- 03 - TANQUE DE CONDENSADO 600 L
- 04 - COMPRESSOR DE AR 200 L
- 05 - CAIXA DE ÁGUA GELADA 3000 L
- 06 - BOMBA CENTRIFUGA
- 07 - TORRE DE RESFRIAMENTO
- 08 - CHILLER 30.000 KCAL/H
- 09 - BOMBA AUTOASPIRANTE 2000 L/H
- 10 - TANQUE DE RESFRIAMENTO 2000L
- 11 - BOMBA POSITIVA 1200L/H
- 12 - BOMBA SANITÁRIA 1000 L/H
- 13 - MISTURADOR DE VAPOR
- 14 - PADRONIZADORA 2000 L/H
- 15 - PASTEURIZADOR 1000 L/H
- 16 - SISTEMA CIP 300L - 3 TANQUES
- 17 - TANQUE DE HIGIENIZAÇÃO
- 18 - QUEIJOMATIC 1000 L
- 19 - MONOBLOCO 350KG/H
- 20 - MESA INOX
- 21 - TANQUE DE ENCOLHIMENTO 120 L
- 22 - BALANÇA
- 23 - DATADOR
- 24 - SELA POTE
- 25 - SELADORA A VACUO
- 26 - ENVASADORA DE MANTEIGA
- 27 - PRENSA PNEUMÁTICA
- 28 - TANQUE DE MATURAÇÃO 200 L
- 29 - BATEDEIRA DE MANTEIGA 50/100 KG
- 30 - EMBALADEIRA DE SACHE 1000 L/H
- 31 - TANQUE PULMÃO 400 L
- 32 - IOGURTEIRA 1000 L
- 33 - LAVA BOTAS
- 34 - LAVA MÃO
- 35 - CENTRIFUGA INOX
- 36 - CRIOSCOPIO
- 37 - PHAGAMETRO
- 38 - ANALISADOR LEITE ULTRASONICO
- 39 - ACIDIMETRO DORNIC
- 40 - PIA INOX
- 41 - FRIGOBAR
- 42 - ACIDIMETRO SALUT
- 43 - EVAPORADORA
- 44 - CONDENSADORA
- 45 - PRATELEIRA DE ESTOCAGEM
- 46 - PRATELEIRA DESSORADORA
- 47 - RESERVATÓRIO DE SORO DE LEITE
- 48 - FILTRO DE LINHA
- 49 - DRENOPRENSA 1000L
- 50 - ANALISADOR DE UNIDADE
- 51 - ESCADA QUEIJOMATIC
- 52 - TANQUE DE SALGA 300L
- 53 - TANQUE DE RECEPÇÃO 200L



PROJETO ESPECÍFICO  
UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE LEITE E DERIVADOS

PROJETO ARQUITETÔNICO

PLANTA LAYOUT

FRANCISCO GILVAM JARDIM

PROJETO

PROJETO

PROJETO

PROJETO

ARQ.

06/13

PROJETO

PROJETO

PROJETO

## PLANILHA DE COMPOSIÇÃO BDI PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

### PLANILHA DE BDI PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

DESCRIÇÃO	%	A	B	C	D
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL ( AC )	3,00	0,0300			
SEGURO (S) e GARANTIA (G)	0,80	0,0080			
RISCO ( R )	0,97	0,0097			
DESPESAS FINANCEIRAS ( DF )	0,59		0,0059		
LUCRO ( L )	6,16			0,0616	
TRIBUTOS ( T )	6,65				0,0665
PIS	0,65				
COFINS	3,00				
ISS	3,00				
$A = 1 + AC + S + R + G$		1,0477			
$B = 1 + DF$			1,0059		
$C = 1 + L$				1,0616	
$D = 1 + T$					0,9335
BENEFÍCIO E DESPESAS INDIRETAS (BDI)		19,85%			
$A = ((A \times B \times C)/D) - 1$					

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO BDI PARA OBRAS DE REDES DE**  
**ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÃO**  
**CORRELATAS (BARRAGENS)**

**PLANILHA DE BDI PARA OBRAS DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE**  
**ESGOTO E CONSTRUÇÃO CORRELATAS**

DESCRIÇÃO	%	A	B	C	D
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL ( AC )	3,43	0,0343			
SEGURO (S) e GARANTIA (G)	0,28	0,0028			
RISCO ( R )	1,00	0,0100			
DESPESAS FINANCEIRAS ( DF )	0,94		0,0094		
LUCRO ( L )	6,74			0,0674	
TRIBUTOS ( T )	6,65				0,0665
PIS	0,65				
COFINS	3,00				
ISS	3,00				
$A = 1 + AC + S + R + G$		1,0471			
$B = 1 + DF$			1,0094		
$C = 1 + L$				1,0674	
$D = 1 - T$					0,9335
BENEFÍCIO E DESPESAS INDIRETAS (BDI)		20,85%			
$A = ((A \times B \times C) / D) - 1$					

## PLANILHA DE BDI PARA OBRAS DE RODOVIAS E FERROVIAS (PONTES E PASSAGENS MOLHADAS)

### PLANILHA DE BDI PARA OBRAS DE RODOVIAS E FERROVIAS E CONSTRUÇÃO CORRELATAS

DESCRIÇÃO	%	A	B	C	D
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL ( AC )	3,80	0,0380			
SEGURO (S) e GARANTIA (G)	0,32	0,0032			
RISCO ( R )	0,50	0,0050			
DESPESAS FINANCEIRAS ( DF )	1,02		0,0102		
LUCRO ( L )	6,64			0,0664	
TRIBUTOS ( T )	6,65				0,0665
PIS	0,65				
COFINS	3,00				
ISS	3,00				
<b>A = 1 + AC + S + R + G</b>		1,0462			
<b>B = 1 + DF</b>			1,0102		
<b>C = 1 + L</b>				1,0664	
<b>D = 1 + T</b>					0,9335
<b>BENEFÍCIO E DESPESAS INDIRETAS (BDI)</b>	<b>20,73%</b>				
<b><math>A = ((A \times B \times C) / D) - 1</math></b>					

## ENCARGOS SOCIAIS SEM DESONERAÇÃO OU ONERADO

SINAPI – Cálculos e Parâmetros

**CAIXA**

### Apêndice 5 – Encargos Sociais – Bahia

BAHIA					
VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/2025					
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA	MENSALISTA	HORISTA	MENSALISTA
		%	%	%	%
GRUPO A					
A1	INSS	5,00%	5,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	21,80%	21,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,98%	Não incide	17,98%	Não incide
B2	Feriados	3,97%	Não incide	3,97%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,86%	0,65%	0,86%	0,65%
B4	13º Salário	11,07%	8,33%	11,07%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,74%	0,56%	0,74%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	2,14%	Não incide	2,14%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,07%	0,10%	0,07%
B9	Férias Gozadas	11,92%	8,97%	11,92%	8,97%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
B	Total	48,88%	18,66%	48,88%	18,66%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,49%	4,13%	5,49%	4,13%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13%	0,10%	0,13%	0,10%
C3	Férias Indenizadas	2,36%	1,77%	2,36%	1,77%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,97%	2,24%	2,97%	2,24%
C5	Indenização Adicional	0,46%	0,35%	0,46%	0,35%
C	Total	11,41%	8,59%	11,41%	8,59%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INSS sobre 13º, conforme Lei nº 14.973/2024)	10,10%	3,65%	17,99%	6,87%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,47%	0,35%	0,49%	0,37%
D	Total	10,57%	4,00%	18,48%	7,24%
TOTAL(A+B+C+D)		92,66%	53,95%	115,57%	71,26%

Fonte: Informação Dias de Chuva - INMET

## **QUANDO UM OBJETO POSSUI MAIS DE UMA UNIDADE PARA EXECUÇÃO**

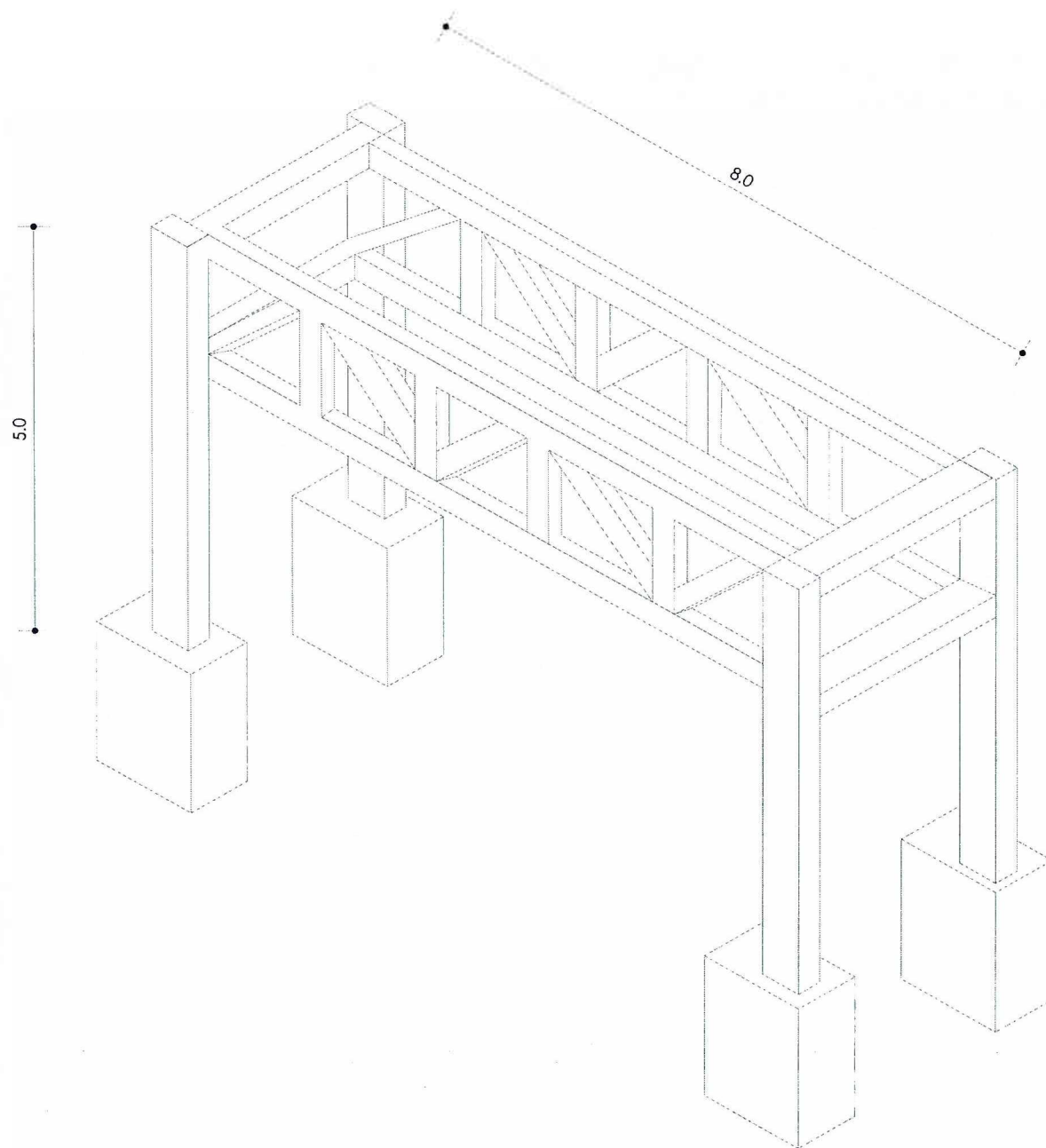
- 1 -Fazer uma única planilha (sintética e de composição);
- 2 - Fazer um único cronograma;
- 3- Fazer uma única planilha de curva ABC;
- 4 – Fazer uma única planilha de itens relevantes;
- 5 – Fazer único arquivo de BDI e encargos sociais

## **OBSERVAÇÕES**

**Tanto o BDI quanto os Encargos Sociais podem sofrer alterações.**  
**Caso isso aconteça, todos serão comunicados e novas composições serão compartilhadas.**

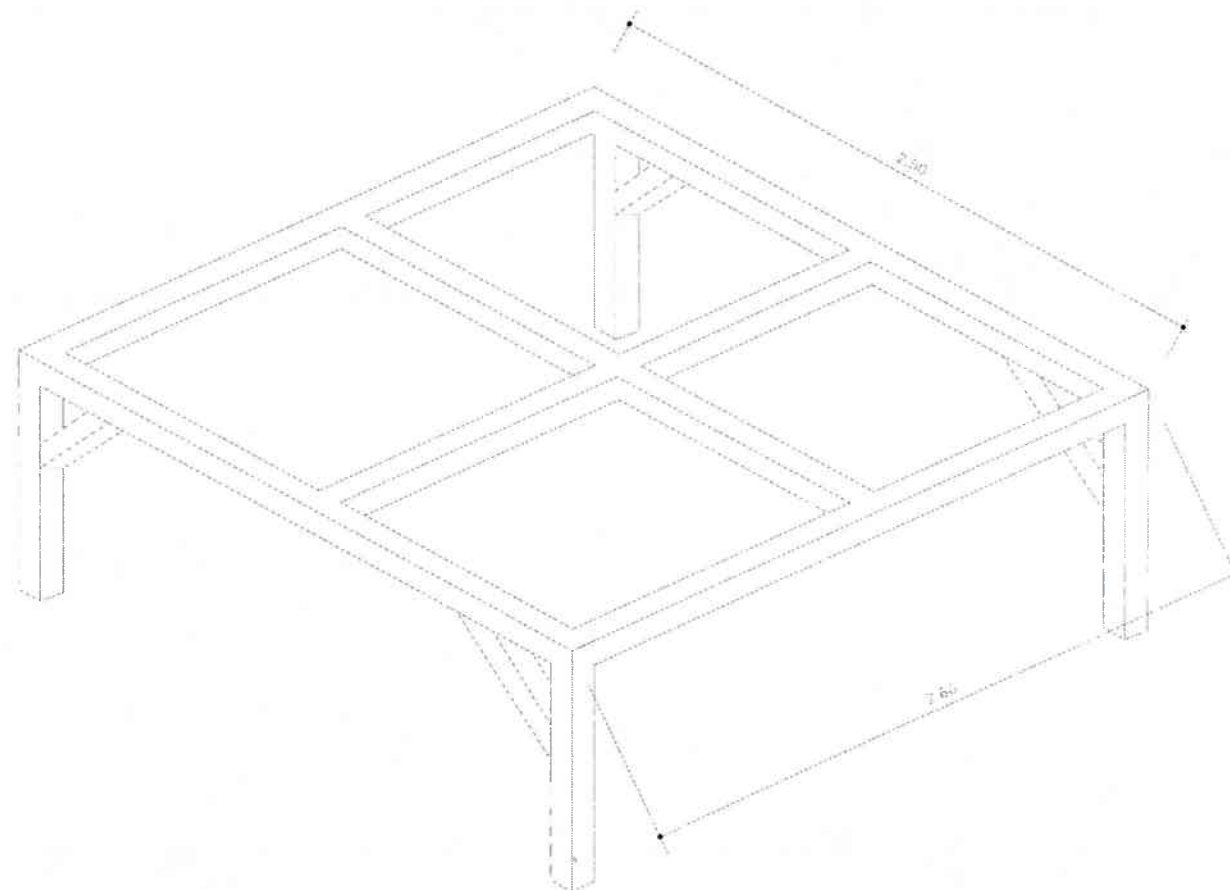


ESTRUTURA PARA O PIPE RACK  
MEDIDAS EM METROS

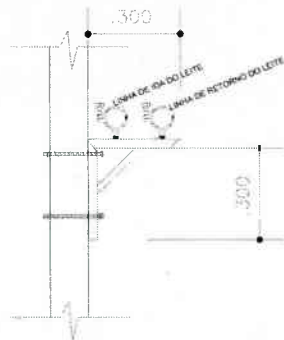


# ESTRUTURA PARA O TANQUE DE RESFRIAMENTO

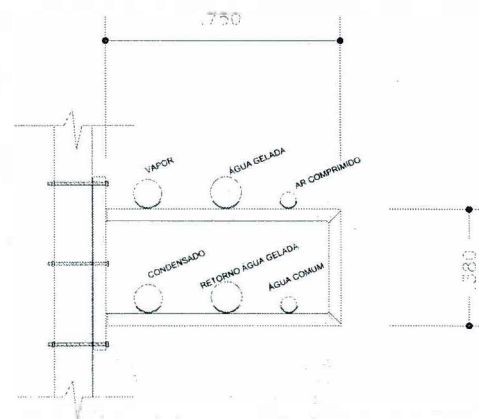
MEDIDAS EM METROS



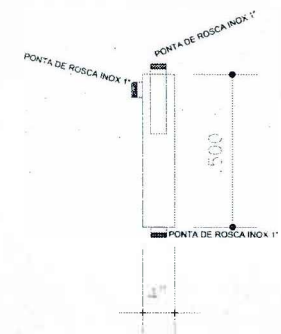
**SUORTE DE TUBULAÇÃO DE LINHA DO LEITE**  
MEDIDAS EM MILIMETROS MM



**SUORTE DE TUBULAÇÃO DE UTILIDADES**  
MEDIDAS EM MILIMETROS MM



**MISTURADOR DE VAPOR**  
MEDIDAS EM MILIMETROS MM



## **CRONOGRAMA DE MONTAGEM INDUSTRIAL (30 DIAS CORRIDOS)**

**Objeto:** Montagem industrial – Unidade de Beneficiamento de Leite e Derivados

**Premissa:** Infraestrutura civil e elétrica já concluída

---

### **FASE 1 – MOBILIZAÇÃO E ADEQUAÇÕES INICIAIS (Dia 01 ao 10)**

**Duração:** 10 dias

**Objetivo:** Preparar estrutura para início das interligações

**Atividades:**

- Mobilização de equipe técnica e ferramentas
- Conferência de layout e posicionamento dos equipamentos conforme planta
- Relocação e nivelamento dos equipamentos (tanques, pasteurizador, bombas, etc.)
- Fabricação e instalação de:
  - Suportes de tubulação (utilidades e inox)
  - Pipe rack
  - Suportes de mangueiras frigoríficas
  - Bases metálicas para bombas
  - Tanques pulmão
- Fabricação e instalação do misturador de vapor
- Adequação do pasteurizador:
  - Conversão de sistema elétrico → vapor
  - Aquisição e instalação de componentes complementares

**Marco: Layout físico definido e infraestrutura de suporte concluída**

---

## **FASE 2 – MONTAGEM DAS UTILIDADES (Dia 11 ao 20)**

**Duração: 10 dias**

**Objetivo: Implantar redes principais de processo**

**Linhas de utilidades:**

- Vapor avanço e retorno
- Água gelada avanço e retorno
- Água comum
- Ar comprimido

**Atividades:**

- Montagem das tubulações (corte, solda, fixação)
- Instalação de válvulas, registros e acessórios
- Interligação com equipamentos:
  - Gerador de vapor
  - Chiller
  - Compressores
- Teste preliminar de estanqueidade (parcial)

**Complemento:**

- Execução do isolamento térmico:

- Linhas de vapor
- Linhas de água gelada

**Marco: Utilidades instaladas e prontas para operação**

---

### **FASE 3 – MONTAGEM LINHA INOX E INTERLIGAÇÕES (Dia 21 ao 28)**

**Duração: 8 dias**

**Objetivo: Interligar processo produtivo (linha sanitária)**

**Atividades:**

- **Montagem da linha inox (processo leiteiro)**
- **Interligação dos equipamentos:**
  - **Pasteurizador**
  - **Tanques (recepção, pulmão, maturação, etc.)**
  - **Sistema CIP**
  - **Queijomatic, iogurteira, etc.**
- **Instalação de bombas sanitárias e centrífugas**
- **Conexões com utilidades já instaladas**
- **Interligação elétrica final (pontos já disponíveis)**

**Marco: Sistema produtivo completo montado**

---

### **FASE 4 – TESTES, COMISSONAMENTO E TREINAMENTO (Dia 29 ao 30)**





**Duração: 2 dias**

**Objetivo: Validar funcionamento e entregar sistema operante**

**Atividades:**

- **Testes operacionais:**
  - **Linhas de utilidades**
  - **Estanqueidade e pressão**
  - **Funcionamento de bombas e equipamentos**
- **Teste integrado da planta (simulação operacional)**
- **Ajustes finos e correções**

**Treinamento:**

- **Capacitação da equipe do contratante:**
  - **Operação das linhas de utilidades**
  - **Operação da linha inox**
  - **Procedimentos básicos de operação**

**Marco final: Sistema entregue, testado e operante**

---

## **RESUMO DO CRONOGRAMA (VISÃO GERAL)**

<b>Fase</b>	<b>Descrição</b>	<b>Período</b>	<b>Duração</b>
<b>1</b>	<b>Mobilização e preparação</b>	<b>Dia 01–10</b>	<b>10 dias</b>



Fase	Descrição	Período	Duração
2	Montagem utilidades	Dia 11–20	10 dias
3	Linha inox e interligações	Dia 21–28	8 dias
4	Testes e treinamento	Dia 29–30	2 dias

---

#### OBSERVAÇÕES TÉCNICAS IMPORTANTES

- O cronograma é sequencial crítico (caminho crítico linear) — atrasos em utilidades impactam diretamente as demais fases.
- Recomenda-se execução parcialmente paralela de:
  - Fabricação de suportes (fase 1)
  - Pré-montagem de trechos de tubulação
- A conversão do pasteurizador é atividade crítica de risco técnico
- Testes devem considerar:
  - Limpeza prévia (flush das linhas)
  - Verificação sanitária básica (importante para indústria de alimentos)

**THIAGO ALMEIDA**  
ENGR. MEC. - CREA/BA 3000123387  
CAR/PROJETO BAHIA QUE PRODUZ E  
ALIMENTA



## MEMORIAL DESCRITIVO TÉCNICO

### MONTAGEM INDUSTRIAL – UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE LEITE E DERIVADOS

---

#### 1. OBJETO

O presente memorial descritivo tem por objetivo estabelecer as diretrizes técnicas, procedimentos executivos, critérios de qualidade e condições de aceitação para a montagem industrial de uma Unidade de Beneficiamento de Leite e Derivados, conforme layout fornecido pelo contratante, planilha de montagem industrial e demais documentos complementares.

A montagem contempla a instalação completa das redes de utilidades, estruturas metálicas de suporte, linhas sanitárias em aço inoxidável e interligação de todos os equipamentos do processo produtivo.

---

#### 2. PREMISSAS GERAIS

- A infraestrutura civil e elétrica encontra-se concluída.
  - Todos os materiais, equipamentos e insumos constantes na planilha de montagem serão fornecidos pelo contratante.
  - A contratada será responsável pela mão de obra, ferramentas, consumíveis e execução dos serviços.
  - Todos os serviços deverão seguir rigorosamente o layout aprovado e a planilha de montagem.
- 

#### 3. NORMAS E REFERÊNCIAS

Os serviços deverão atender, no que couber, às seguintes normas:

- ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão
- ABNT NBR 15526 – Instalações de gás combustível
- ABNT NBR 5626 – Instalação predial de água fria
- NR-10 – Segurança em instalações elétricas

- **NR-12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos**
  - **NR-13 – Caldeiras e vasos de pressão**
  - **NR-18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção**
  - **NR-33 – Espaços confinados**
  - **NR-35 – Trabalho em altura**
  - **Normas sanitárias aplicáveis à indústria de alimentos (MAPA e ANVISA)**
- 

#### **4. DESCRIÇÃO GERAL DA MONTAGEM**

A montagem industrial compreende:

- **Implantação de pipe rack e suportes metálicos**
  - **Montagem das redes de utilidades:**
    - **Água gelada (avanço e retorno)**
    - **Vapor (avanço e retorno de condensado)**
    - **Água comum**
    - **Ar comprimido**
  - **Montagem da linha sanitária em aço inox**
  - **Interligação dos equipamentos do processo**
  - **Instalação de válvulas, instrumentos e acessórios**
  - **Testes de estanqueidade e comissionamento**
- 

#### **5. SERVIÇOS PRELIMINARES**

##### **5.1 Mobilização**

- **Transporte de equipe técnica, ferramentas e equipamentos**
- **Instalação de área de apoio**

- Conferência de layout e posicionamento dos equipamentos

## 5.2 Inspeção inicial

- Verificação dimensional do layout
- Conferência de cotas, níveis e alinhamentos
- Checagem de interferências

---

## 6. ESTRUTURAS METÁLICAS

### 6.1 Pipe Rack

**Designação:** Estrutura metálica destinada à sustentação das tubulações de utilidades e processo.

**Recomendações:**

- Executar conforme layout
- Garantir resistência mecânica adequada
- Prever acesso para manutenção
- Utilizar pintura anticorrosiva

**Procedimentos de Execução:**

- Corte, montagem e soldagem das estruturas
- Fixação em bases existentes
- Nivelamento e alinhamento
- Aplicação de pintura de proteção

**Unidade de Medição:** metro linear ou unidade instalada

---

### 6.2 Suportes de Tubulação

**Designação:** Suportes metálicos para fixação e sustentação das tubulações.

**Recomendações:**

- Espaçamento conforme diâmetro e peso das linhas
- Uso de elementos antivibratórios quando necessário

**Procedimentos:**

- Fabricação conforme projeto
- Fixação em estruturas ou alvenarias
- Ajuste fino de alinhamento

**Unidade: unidade**

---

## **7. LINHAS DE UTILIDADES**

### **7.1 Considerações Gerais**

- Todas as tubulações deverão ser identificadas por cor e sentido de fluxo
  - Utilizar materiais compatíveis com cada fluido
  - Prever pontos de dreno, purga e inspeção
- 

### **7.2 Linha de Vapor (Avanço e Retorno)**

**Designação: Sistema de distribuição de vapor e retorno de condensado.**

**Procedimentos de Execução:**

- Corte e preparação de tubos
- Soldagem conforme procedimento qualificado
- Instalação de válvulas, purgadores e filtros
- Execução de inclinação para drenagem de condensado

**Recomendações:**

- Instalar purgadores em pontos baixos
- Prever isolamento térmico



- Atender requisitos da NR-13

Unidade: metro linear

---

### 7.3 Linha de Água Gelada (Avanço e Retorno)

Designação: Sistema de circulação de água gelada proveniente do chiller.

Procedimentos:

- Montagem de tubulação
- Interligação com chiller e trocadores
- Instalação de válvulas

Recomendações:

- Isolamento térmico obrigatório
- Evitar perdas de carga excessivas

Unidade: metro linear

---

### 7.4 Linha de Água Comum

Designação: Distribuição de água para uso geral e processo.

Procedimentos:

- Montagem das tubulações
- Instalação de registros e pontos de consumo

Unidade: metro linear

---

### 7.5 Linha de Ar Comprimido

Designação: Sistema de distribuição de ar comprimido.

Procedimentos:

- Interligação ao compressor
- Instalação de filtros, reguladores e drenos

**Recomendações:**

- Evitar pontos de condensação
- Prever inclinação e drenos

**Unidade: metro linear**

---

## **8. LINHA SANITÁRIA EM AÇO INOX**

### **8.1 Materiais**

- Tubos em aço inox AISI 304 ou 316
- Conexões sanitárias SMS

### **8.2 Procedimentos de Execução**

- Corte com ferramentas apropriadas
- Solda TIG com purga interna
- Acabamento sanitário (polimento)

### **8.3 Recomendações**

- Evitar pontos mortos
- Garantir drenabilidade
- Atender requisitos sanitários

**Unidade: metro linear**

---

## **9. INTERLIGAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**

**Designação: Conexão dos equipamentos às redes de utilidades e linha de processo.**

**Procedimentos:**

- Posicionamento conforme layout
- Nivelamento e fixação
- Conexão hidráulica e mecânica

**Equipamentos principais:**

- Pasteurizador
- Tanques de processo
- Sistema CIP
- Queijomatic
- logurteira
- Bombas sanitárias

---

## **10. ISOLAMENTO TÉRMICO**

**Aplicação:**

- Linhas de vapor
- Linhas de água gelada

**Procedimentos:**

- Aplicação de material isolante
- Proteção com acabamento externo

---

## **11. TESTES E COMISSIONAMENTO**

### **11.1 Testes de Estanqueidade**

- Teste hidrostático
- Teste pneumático (quando aplicável)

### **11.2 Testes Operacionais**

- Funcionamento de bombas
- Verificação de vazamentos
- Teste de pressão e temperatura

### 11.3 Limpeza e Sanitização

- Flush das linhas
  - Limpeza com sistema CIP
- 

## 12. TREINAMENTO OPERACIONAL

- Operação das utilidades
  - Operação da linha de processo
  - Procedimentos básicos de manutenção
- 

## 13. SEGURANÇA DO TRABALHO

- Uso obrigatório de EPIs
  - Sinalização de áreas
  - Atendimento às NR's aplicáveis
- 

## 14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E ACEITAÇÃO

- Conformidade com o projeto e layout
  - Execução conforme normas técnicas
  - Aprovação em testes de funcionamento
- 

## 15. CONSIDERAÇÕES FINAIS



**Todos os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, garantindo qualidade, segurança e conformidade com as exigências sanitárias para a indústria de alimentos.**

**A unidade será considerada concluída após testes, comissionamento e entrega operacional ao contratante.**

**THIAGO ALMEIDA**  
ENGº MEC. - CREA/BA 3000123387  
CAR/PROJETO BAHIA QUE PRODUZ E  
ALIMENTA